



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THAINÁ GUERRA LINS

ESTIGMAS RACIAIS E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA MORTALIDADE DA
POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2023

THAINÁ GUERRA LINS

ESTIGMAS RACIAIS E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA MORTALIDADE DA
POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gislene Aparecida dos Santos.

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

L733e

Lins, Thainá Guerra

Estigmas raciais e território: uma análise da mortalidade da população negra na cidade do Rio de Janeiro / Thainá Guerra Lins. -- Rio de Janeiro, 2023.

166 f.

Orientadora: Gislene Aparecida dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. População negra. 2. Mortalidade. 3. Estigmas.
4. Território usado. I. Santos, Gislene Aparecida dos, orient. II. Título.

THAINÁ GUERRA LINS

ESTIGMAS RACIAIS E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA MORTALIDADE DA
POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: / / .

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Gislene Aparecida dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Eduardo Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Denilson Araújo de Oliveira
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Dedicado ao meu pai, Nelson de Souza, força ancestral
que conduz meus passos por onde quer que eu vá.

AGRADECIMENTOS

“Será que há tempo de poder ser mais?” é um verso cantado por Emicida e Gilberto Gil que, ao longo do mestrado, constantemente me convidou à reflexão. Cursei o mestrado durante uma pandemia. Duas experiências que nunca imaginei viver. Foi necessário lidar com muitas coisas ao mesmo tempo: as aulas remotas, as notícias de milhares de vidas ceifadas, mudança de metodologia, o descaso do governo, o desenvolvimento da pesquisa, o controle da circulação, a esperança de construir e discutir novas reflexões, a solidão e o silêncio que o isolamento nos impôs. Era inevitável questionar se havia tempo de poder ser mais. Foi um processo de muita indefinição, incerteza e insegurança. A resposta ao questionamento sempre esteve ali, apenas alguns versos depois: “viver é partir, voltar e repartir”. E esta dissertação, assim como tudo em minha vida, só foi possível porque tive bases para que pudesse partir em busca dos meus sonhos com a certeza de poder voltar e repartir minhas dores e alegrias com as pessoas para as quais dedico, neste simples texto, a minha gratidão.

À minha mãe, Katia Guerra, que não mediu esforços para que eu pudesse entrar e permanecer na universidade. Ao longo do caminho, ela foi minha fortaleza, sem perder a doçura, o amor e o carinho que me acolhem. Pelas madrugadas me levando ao ponto de ônibus e acordada fazendo minha marmitta do dia, pelos apertos financeiros para comprar os materiais que eu precisava, pela compreensão com as minhas ausências, pela preocupação com o trajeto de mais de 40km, pelo abraço que não me faltou nos momentos de fraqueza e pelos sorrisos que me deram a certeza de estar no caminho certo, muito obrigada! Isso é nosso!

À minha avó e à minha irmã, Ruth e Thaissa, que são amenidades no caminho. Seja no afago do tempero de vó ou na inocência da brincadeira da irmã mais nova, é no simples que reside a minha razão. Vocês são a materialidade do amor que não apenas se sente, mas se vive. Chegar à casa e vê-las entretidas em jogos e conversas descontraídas, por vezes, me salvou dos dias ruins. Obrigada pelo amor simples, como colo de vó, e leve, como sorriso de criança!

Aos amigos que foram apoio e companheirismo em todos os momentos. Beatriz e Eduarda que foram conforto e cuidado do “vou fazer o processo seletivo do mestrado” ao “entreguei o texto final”. Com flores, quitutes, recadinhos e abraços acolhedores, me trouxeram a calma que, por vezes, me foge. Meus amigos, Gabriel, Paulo Daniel e Luan, que além de ombros sempre disponíveis e do apoio irrestrito durante toda a minha trajetória acadêmica, não se furtam das piadas que me fazem soltar boas gargalhadas. Minha amiga e irmã Livia, uma das primeiras pessoas a me despertar para a geografia quando me presenteou com “O que é ser geógrafo?” do Aziz Ab’Saber. Sempre atenciosa e acolhedora, é a minha companhia

indispensável de todos os momentos da vida. O caminho não seria tão bonito e especial sem o carinho de vocês!

A todos os professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória. Em especial, destaco aqui Emília Motta, minha professora de geografia do ensino médio que muito me apoiou durante a preparação para o vestibular e sempre esteve disponível para trocar boas ideias e conversas ao longo da graduação. E Carlinha que, além de professora de matemática, se tornou uma grande amiga. Com palavras doces e abraços apertados, me inspira confiança e tranquilidade para que eu continue caminhando. Os ensinamentos e o carinho que recebo de vocês é parte fundamental desta caminhada!

À minha orientadora, Gislene Aparecida dos Santos, ou simplesmente Gis, que já no primeiro período da graduação me convidou à geografia da população. Daí em diante, foram muitas as construções compartilhadas, sempre com muita atenção e generosidade de sua parte. Sua orientação sempre afetuosa me permitiu a liberdade para a construção desta dissertação. Por isso, sou grata não apenas por compartilhar comigo muitas das reflexões que compõem este trabalho, mas também pela sensibilidade com os meus anseios e inquietações.

Às pessoas que se disponibilizaram a compartilhar parte de suas experiências de vida comigo através das entrevistas que compuseram esta dissertação. Conjuntamente, agradeço a todas as pessoas negras que me antecederam e que com suas vidas pavimentaram o caminho para que hoje, eu, mulher negra e periférica, possa me fazer ser ouvida! Sou uma, mas não sou só, porque o caminho que hoje percorro foi aberto por passos que vêm de longe!

Ao IFHEP, instituição de educação popular que me formou humanamente e, assim, me fez questionar o mundo, suas injustiças e contradições. Lugar, no sentido mais geográfico da palavra, que acolheu minhas inquietações e me preparou para a luta.

Ao GEPOP, grupo de pesquisa e, também, lugar onde me encontrei na vida acadêmica. É ali que o pensamento flui e minhas reflexões são construídas, sempre em boas companhias, com muitos debates, risadas, trocas, cafezinhos quentes e biscoitos. As tardes ali compartilhadas contribuíram fundamentalmente para que a geografia se tornasse o meu jeito de pensar o mundo.

À CAPES, pelo suporte financeiro necessário à construção desta dissertação e ao PPGG/UFRJ, pelos recursos e estrutura disponibilizados para a realização desta pesquisa.

“Eu sei que não morrer, nem sempre, é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. "Escrever é uma forma de sangrar". Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...”

(Conceição Evaristo. A gente combinamos de não morrer.)

RESUMO

A expressiva mortalidade da população negra, sobretudo por meios violentos, é uma realidade inegável na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto esta dinâmica não se dá de maneira aleatória, eventual ou como uma infeliz coincidência. Pelo contrário, corresponde a um processo que foi construído de maneira histórica, social e territorial. Suas bases foram estabelecidas já no regime escravocrata com a desumanização de pessoas negras que, ao imputar estigmas sobre esses corpos e suas práticas, as condicionou à subalternidade, inferioridade e marginalização social. Isso resultou no estabelecimento da hierarquia racial que, até os dias atuais, determina não apenas as relações sociais, mas também a organização territorial da cidade, condicionando os usos e apropriações que dela são feitos e também a distribuição desigual dos serviços urbanos, de maneira a privar a população negra de acessá-los plenamente. Social e territorialmente marginalizada, a população negra foi fixada no imaginário social como um perigo à sociedade e, assim, as políticas de vigilância e controle implementadas contra essa população foram socialmente justificadas e bem aceitas. Neste contexto, o território foi estrategicamente mobilizado pela branquitude – representada pelo braço armado do Estado – enquanto um instrumento para a promoção da violência contra a população negra. Assim, o que se identifica na cidade do Rio de Janeiro é que a hierarquia racial historicamente constituída fez com que a lógica de segurança pensada para a cidade não tivesse como objetivo a garantia da proteção da população, mas a criminalização e a vitimização da população negra. Trata-se, portanto, de um processo que se estabeleceu no campo das crenças e imaginários – a psicosfera – e também no âmbito da materialidade e das técnicas – a tecnosfera –. Desta forma, o objetivo da presente dissertação é propor uma análise da mortalidade da população negra no Rio de Janeiro enquanto um processo que deriva tanto da organização territorial da cidade, quanto da estigmatização de pessoas negras. A análise dos dados estatísticos nos permite identificar a participação determinante do braço armado do Estado nesta dinâmica e, por isso, será dada atenção especial a essa atuação na mortalidade da população negra. A fim de atender ao objetivo proposto, metodologicamente, nos valem de levantamento bibliográfico, realização de entrevista semiestruturada e organização e análise de dados secundários de diferentes fontes. Desta forma, a pretensão é contribuir no debate acerca da mortalidade negra na cidade do Rio de Janeiro, a partir da geografia que, durante muito tempo, silenciou sobre a temática.

Palavras-chave: População negra; Mortalidade; Estigmas; Território usado.

ABSTRACT

The significant mortality of black population, especially by violent means, is an undeniable reality in Rio de Janeiro city. However, this dynamic does not happen randomly, incidentally or as an unfortunate coincidence. On the contrary, it corresponds to a process that is historically, socially and territorially constructed. Its foundations were laid by the slave regime, which dehumanised black people, stigmatising their bodies and practices and conditioning them to subalternity, inferiority and social exclusion. The result was the establishment of a racial hierarchy that continues to determine not only social relations, but also the territorial organisation of the city, determining the uses and appropriations of the city and the unequal distribution of urban services in a way that deprives the black population of full access to them. Socially and territorially marginalised, the black population was fixed in the social imaginary as a danger to society, and thus the surveillance and control policies implemented against this population were socially justified and well accepted. In this context, the territory was strategically mobilised by whiteness – represented by the armed wing of the State – as an instrument to promote violence against the black population. What can be seen in the city of Rio de Janeiro, then, is that the historically constituted racial hierarchy has meant that the logic of security designed for the city has not aimed to guarantee the protection of the population, but rather the criminalization and victimisation of the black population. It is, therefore, a process that has been established in the field of beliefs and imaginaries – the psychosphere – as well as in the field of materiality and techniques – the technosphere. Thus, the objective of this dissertation is to propose an analysis of the mortality of the black population in Rio de Janeiro as a process resulting from both the territorial organisation of the city and the stigmatisation of blacks. The analysis of statistical data allows us to identify the decisive participation of the armed arm of the State in this dynamic, and therefore special attention will be given to this role in the mortality of the black population. In order to achieve the proposed objective, methodologically, we made use of a bibliographical survey, semi-structured interviews, and organisation and analysis of secondary data from different sources. In this way, the intention is to contribute to the debate on black mortality in the city of Rio de Janeiro, starting from a geography that has long been silent on the subject.

Keywords: Black population; Mortality; Stigmas; Used territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio de busca por um escravizado fugido (1809)	109
Figura 2: Anúncio de busca por um escravizado fugido (1815)	109
Figura 3: Anúncio de busca por um escravizado fugido (1814)	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Mortes por intervenção do agente do Estado no Rio de Janeiro (1999-2006)	133
Gráfico 2: Mortes por intervenção de agentes do Estado no Rio de Janeiro (2003-2022)	140
Gráfico 3: Participação de agentes do Estado no total de letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro (2014-2022)	143
Gráfico 4: Participação de agentes do Estado no total de letalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro (2014-2022)	144
Gráfico 5: Mortes por intervenção de agentes do Estado na cidade do Rio de Janeiro (2014-2022).	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população brasileira, segundo a cor (1872-1960)	72
Tabela 2: Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade, masculina, segundo cor/raça e faixa etária – Brasil, 2015	105
Tabela 3: Média de anos de estudo da população masculina, segundo cor/raça e faixa etária – Brasil, 2015	106
Tabela 4: Bairros com maior número absoluto de população negra, na cidade do Rio de Janeiro	114
Tabela 5: Bairros com maior número proporcional de população negra, na cidade do Rio de Janeiro	115
Tabela 6: Bairros com maior número proporcional de população branca, na cidade do Rio de Janeiro	116
Tabela 7: Mortes por intervenção de agentes do Estado, por Unidade de Polícia Pacificadora (2007-2021)	137
Tabela 8: Porcentagem de pessoas negras mortas por intervenção de agentes do Estado por AISP no Rio de Janeiro – RJ (2014-2022)	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Porcentagem de população negra por bairro no Rio de Janeiro - RJ (2010).....	116
Mapa 2: Mortes por intervenção de agentes do Estado em UPPs no Rio de Janeiro - RJ (2007-2021)	138
Mapa 3: Mortes por intervenção de agentes do Estado por AISP no Rio de Janeiro – RJ (2018).....	142
Mapa 4: Mortes de pessoas negras por intervenção de agentes do Estado por AISP no Rio de Janeiro – RJ (2014-2022).....	148

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Definição temática e espacial	18
1.2 Caminhos metodológicos	21
1.2.1 Raça-estigma-mortalidade e território	22
1.2.2 Triangulação metodológica	24
2. UMA QUESTÃO A SER RESOLVIDA: O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS POPULACIONAIS	29
2.1 Os estudos de população em geografia	38
2.2 Corpos marcados para a morte: relações entre raça e mortalidade	46
3. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO: O USO DO TERRITÓRIO E A CRIAÇÃO DE ESTIGMAS	63
3.1 O uso do território como instrumento para manutenção da hierarquia racial	78
4. ESTIGMAS RACIAIS	92
4.1 “Eu nunca tive dúvidas”: percepções do racismo na infância e no espaço escolar	97
4.2 “Eu nunca estava lá”: representações de pessoas negras na mídia	100
4.3 Da mulata ao negão: estigmas raciais e gênero	103
4.4 “Fique no seu lugar!”: estigmas raciais e território	111
5. “E O MEU POVO AINDA CHORA PELAS BALAS DE FUZIL...”	124
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	159

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, julgamos ser imprescindível situar a presente pesquisa no campo das Geografias Negras, que se caracteriza por

1. Escritas Geográficas Enegrecidas: enegrecer esta ciência com teóricos negros por meio de: (a) repensar a historiografia da Geografia a partir de rasuras e construções geográficas negras e (b) preocupar-se com uma bibliografia e com um conteúdo epistemológico, metódico e de metodologias negras; 2. Fazer Geográfico Enegrecido: com pesquisas cujos objetos de estudos sejam negros e sobre relações étnico-raciais. (GUIMARÃES, 2018, p.45).

Motivada, em grande parte, pelo incômodo com o conivente silêncio da geografia acerca da mortalidade da população negra, esta dissertação visa, junto aos objetivos que atendem à temática aqui discutida, combater a “forte invisibilidade de propostas não tradicionais, que discutam ampla e diretamente questões raciais” (GUIMARÃES, 2020, p. 307). Nesse sentido, concordamos com Guimarães (2020) quando afirma que as Geografias Negras não se pretendem novas, tampouco outras, como se estivessem sempre condicionadas àquilo que foi estabelecido enquanto padrão hegemônico na ciência geográfica, mas correspondem a “uma forma própria de entender o espaço geográfico” (GUIMARÃES, 2020, p. 307). É neste sentido que esta dissertação está orientada.

O arrancamento de pessoas da África, o tráfico pelo Atlântico Sul e sua alocação em terras brasileiras configurou-se como um dos maiores deslocamentos forçados de população – tanto em termos quantitativos, quanto em termos de duração temporal (do século XV ao século XIX) – da história da humanidade. Entretanto, no campo da Geografia brasileira são raros os estudos sistematizados sobre essa temática¹ e, de maneira geral, os estudos sobre as dinâmicas populacionais dos negros no Brasil em tempos pretéritos são mais facilmente encontrados no campo científico da História.

No livro *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, o historiador Manolo Florentino realiza uma densa análise sobre a lógica do tráfico escravista a partir de metodologia própria, apresentando diferentes tratamentos às distintas fontes que alimentaram essa produção. Desse livro, nos interessa particularmente a detalhada demografia do tráfico atlântico feita pelo autor que nos revela que a exposição à morte e os altos índices de mortalidade são a realidade imposta à população negra

¹ Aqui destacamos os trabalhos de Carvalho (1929; 1963) sobre a presença da população negra advinda de África no Brasil e os esforços de Anjos (2002; 2011; 2014) em cartografar o tráfico de africanos escravizados para o Brasil, propondo uma reflexão da temática à luz da geografia.

desde os seus primeiros momentos no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro. Portanto, a vulnerabilidade e o expressivo número de mortes de pessoas negras que dela resulta não se dão de maneira aleatória e tampouco eventual, mas estão inseridas na construção de uma lógica histórica que controla, cerceia e, em seu ápice, aniquila corpos negros.

A demarcação dos corpos que podem ser condicionados à morte foi fundamentada na construção de um mundo de raças (MBEMBE, 2014), no qual as relações sociais se estabelecem por meio de concepções feitas acerca do corpo do outro. É no encontro do europeu, branco e civilizado, com o outro negro, não civilizado e, agora, africano, que o negro é designado à desumanidade. Tornando mercadoria, passível de compra, venda, troca, utilização e descarte, o corpo negro foi esvaziado de humanidade e coisificado, podendo ser assim submetido aos interesses da branquitude e à toda sorte de exploração advinda desses interesses. Assim, o corpo negro foi o primeiro produto da lógica de acumulação do sistema capitalista (MBEMBE, 2014) e a sua busca pela restituição da humanidade negada foi ressignificada pelo branco enquanto uma ameaça à ordem social estabelecida pelo poder e pela lógica de organização social branca.

Dessa maneira, tudo aquilo que o negro é, faz e manifesta, demanda vigilância e contenção em diferentes dimensões – mentais e físicas –, dentre as quais enfatizamos aquelas de caráter espacial. É dessa construção do negro como perigo iminente e dos demais estigmas associados ao corpo negro que deriva a lógica racista de organização territorial que, fundamentada em um poder que gerencia a vida por meio da aceitabilidade da morte, vitimiza corpos negros diariamente.

A vida humana está interligada a espacialidades e temporalidades, fazendo com que as relações entre espaço e tempo sejam relevantes para os estudos sociais. Entre os geógrafos, o tempo foi tratado em segundo plano e de maneira mais corrente foi abordado a partir de narrativas cronológicas². Dessa forma, Corrêa (2016) afirma que ao trabalhar com o tempo, o interesse do geógrafo está na busca pelo entendimento da espacialidade da ação humana no decorrer da história³. Assim, entender os processos sócio-espaciais do passado possibilita uma análise mais completa acerca de dinâmicas atuais que foram alicerçadas em momentos pretéritos. Segundo Santos (2012), não há sociedade a-espacial, de maneira que a história não

² Não se pode negar, entretanto, que há geógrafos que dedicaram atenção às relações entre tempo e espaço, dentre estes, Mauricio de Almeida Abreu dedicou-se profundamente à cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 1987; 1992; 2003; 2010). Entretanto, em sua vasta obra sobre a cidade não há grande preocupação com a população, de maneira que essa dimensão só é mobilizada em articulação com as dinâmicas urbanas, que é o que interessa ao autor.

³ O autor propõe cinco vias de análise para que o geógrafo insira o passado em suas análises acerca da organização do espaço. São elas: herança, memória, projeto, inscrição e trajetória. Para maior detalhamento sobre cada uma dessas possibilidades, ver Corrêa (2016).

se escreve fora do espaço⁴. Enquanto espacialidade das relações sociais de poder, o território é, necessariamente, condicionado pela sociedade e condicionante da organização social. Os diferentes usos ao longo do tempo deixam heranças materiais e imateriais no território, acarretando permanências, ressignificações, aprimoramentos ou apagamentos de objetos e ações. O território usado acomoda, portanto, as ações passadas, presentes nos objetos e na vida social, e as ações presentes. Em uma sociedade estruturada sob e a partir de uma lógica racista – como é o caso brasileiro – entendemos que a organização do espaço⁵ também manifesta o racismo. De acordo com Almeida (2018), o racismo no Brasil é inerente às dinâmicas da sociedade e está profundamente inscrito na vida social, de maneira que não pode ser entendido enquanto ações isoladas de indivíduos ou grupos, tampouco enquanto uma ideia estanque que ficou no passado. O racismo é “uma vontade de poder no presente” (OLIVEIRA, 2020, p. 2) que foi gestada no passado escravocrata e que é constantemente aprimorada para a manutenção da hierarquia racial que nos fundou social e territorialmente.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX são marcadas por profundas transformações sociopolíticas. Especificamente no caso brasileiro, datam desse período a abolição da escravidão, concretizada oficialmente com a Lei Áurea (1888), e a instituição da República (1889). Nesse período, o país também está buscando nas nações europeias as bases referenciais para se estabelecer enquanto uma nação, ou seja, busca-se uma unidade cultural, populacional e territorial (CIRQUEIRA, 2015). Pautado por um discurso eurocêntrico, determinista e evolucionista, a percepção existente era de que o Brasil se caracterizava como um país culturalmente pobre, formado por uma população inferior (indígenas, mestiços e negros), além de estar localizado nos trópicos, área com tendência à degeneração (SCHWARCZ, 1993; MACHADO, 1995; CIRQUEIRA, 2015). Assim, a busca pela construção da nação passava inevitavelmente por pensar nessas questões.

Com o fim institucional da escravidão, diferentemente da harmonia racial que se anuncia como legado (FREYRE, 2001), o que se observa é a permanência de estruturas sociais escravocratas com o fomento do Estado que participou diretamente na naturalização e na propagação da hierarquia racial, da mesma forma que foi o promotor de políticas de imigração europeia, fundamentadas nas teorias raciais vigentes na época, fortalecendo e efetivando as

⁴ Barros (2005) expõe que a antiga divisão na qual à Geografia cabe o estudo do presente e à história cabe o estudo do passado foi desfeita por March Bloch. Logo, “a História estuda a ação humana no tempo e a Geografia no espaço: a primeira pode, assim, estudar o tempo presente e a segunda o espaço no passado” (CORRÊA, 2016, p. 1).

⁵ Para Corrêa (2016), enquanto construção social, o espaço é ao mesmo tempo reflexo da sociedade, meio no qual ela existe e condição através da qual ela se reproduz. Dessa forma, o espaço deve ser pensado de maneira contextualizada com a sociedade.

propostas de branqueamento populacional. O fim da escravidão no Rio de Janeiro, cidade que mais recebeu escravizados no mundo (FLORENTINO, 1997), significou uma concentração expressiva da população recém liberta na área central da cidade, tanto porque os empregos se limitavam a esse espaço, quanto porque a elite branca que aí residia precisava de mão de obra disponível para realização dos “usos sujos” (ABREU, 2011). Para se manter na área central, a população negra recém liberta e inserida em trabalhos precários passou a se acomodar nos cortiços, habitações coletivas – à época – ocupadas por trabalhadores, em sua maioria, imigrantes e negros. Essas habitações eram consideradas epicentro da pobreza, da insalubridade e da propagação de doenças na cidade. Assim, os cortiços eram constantemente denunciados e taxados como um problema a ser sanado pelos discursos higienistas da época. Abreu (2011) aponta que diversas medidas administrativas foram tomadas para a resolução desse problema social e espacial: primeiro, a promulgação de uma legislação que proibiu a construção de novos cortiços, seguida da demolição do maior cortiço da cidade, o “Cabeça de Porco” (1893), e finalmente, a reforma urbana de Pereira Passos, realizada a partir de forte discurso civilizatório e sanitário. Com a perseguição aos cortiços, uma nova configuração espacial de moradia e sociabilidade surge como “território da pobreza” e, conseqüentemente, da população negra: o morro, mais especificamente, o Morro da Favella. Daí em diante, inicia-se no Rio de Janeiro um processo de segregação sócio-espacial (SOUZA, 2016) que não é caracterizada apenas pela classe social, mas também – e fundamentalmente –, destacamos, pela dimensão racial. Nesse sentido, Almeida (2018) afirma que em nossa sociedade o racismo foi instituído como normalidade para justificar a lógica escravocrata e, mesmo com o fim da escravidão, isso não foi abolido. Historicamente tratada como um problema social, econômico e espacial, a população negra é transformada em causa de medo na cidade, fato que estimula políticas públicas que se traduzem em marginalização, exclusão, contenção e aniquilação de corpos negros.

Segundo Lefebvre (1991, p. 26), “o espaço é um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder”. A organização interna da cidade do Rio de Janeiro, a distribuição espacial da população e os usos do espaço urbano, explicitam o caráter espacial da hierarquização racial. É perceptível na cidade, a existência de uma divisão racial do espaço (GONZALEZ; HASENBALG, 1982) que torna o racismo e as dinâmicas que dele advêm – como a mortalidade – fenômenos, necessariamente, geográficos. Conforme indica Oliveira (2020), a construção social do negro, enquanto um problema a ser resolvido, obedece fundamentalmente a um projeto de organização e de controle territorial.

Frente ao exposto, infere-se que a população negra teve sua vida destituída de valor, desde a desumanização promovida pelo colonizador europeu e demais elites brancas no contexto escravocrata, até a expressiva mortalidade que perdura nos dias atuais. Ao longo desse processo, conferimos destaque à atuação do Estado brasileiro no sentido de aprofundar as diferenciações raciais, sobretudo através de seus dispositivos de segurança (ou insegurança), condenando a população negra à morte social e física constantemente. De acordo com Foucault (2008), o Estado se dispõe a eliminar aquilo que representa uma ameaça à otimização da vida da população. No caso brasileiro, o perigo foi personificado na população negra. Dessa forma, a atuação do Estado brasileiro ao longo do tempo se deu em direção ao controle e, quando possível, à eliminação da população negra.

Assim, a presente pesquisa propõe novas abordagens que possibilitem o entendimento da mortalidade da população negra⁶ no Rio de Janeiro e ainda que se faça uso dos aspectos demográfico e estatístico, a pretensão é não limitar a análise aos números. Nessa perspectiva, entendemos que a referida mortalidade resulta de uma lógica territorial racista historicamente construída no imaginário social por meio de discursos e representações negativas acerca da população negra, que são fundamentalmente operados pelo Estado brasileiro. A mortalidade negra no Rio de Janeiro, portanto, não corresponde a uma eventualidade que acontece de maneira aleatória ou a uma falha do projeto de sociedade aqui constituído, mas trata-se de uma manifestação do poder racial que, para se consolidar, faz usos estratégicos do território.

Frente a isso, a questão central que guia a presente pesquisa é: Como os estigmas associados ao corpo negro e a organização territorial da cidade foram mobilizados enquanto uma estratégia para expor a população negra à morte no Rio de Janeiro? Em conjunção, outras questões são importantes e nos oferecem informações que auxiliam na compreensão da dinâmica estudada. São elas: qual é o papel da geografia da população na análise da mortalidade negra? De que maneira os estigmas raciais influenciam no controle territorial de corpos negros? A violência simbólica, em alguma medida, legitima a violência física contra a população negra?

1.1 Definição temática e espacial

Inicialmente, nesta seção, é importante destacar que as escolhas feitas para o desenvolvimento desta pesquisa não são de caráter puramente técnico e científico, mas também refletem particularidades e subjetividades da autora desta dissertação. Muitas das dinâmicas aqui pensadas e discutidas também compõem a minha trajetória enquanto mulher negra e pobre

⁶ No presente trabalho, consideramos como população negra o conjunto de indivíduos pardos e pretos, segundo classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

criada no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, formada no chão da escola pública e da educação popular. Por isso, as reflexões aqui construídas, por vezes, refletem inquietações e questionamentos que perpassam o meu cotidiano e atravessam a minha própria existência. Dessa maneira, não houve nesta pesquisa qualquer esforço no sentido de estabelecer um distanciamento entre a pesquisadora e o objeto de estudo, tampouco isso seria possível. Nesse sentido, me aproprio da *escrevivência* conforme proposta por Conceição Evaristo (2017) e assumo aqui “(...) uma escrita que é profundamente comprometida com a vida. É profundamente comprometida com a vivência [...] Sempre uma escrita marcada pela minha condição, pela minha vivência de mulher negra na sociedade brasileira” (EVARISTO, 2017).

A mortalidade, assim como a natalidade e o movimento, é um fenômeno intrínseco à população, sobretudo se considerarmos a sua constituição orgânica. Entretanto, há fatores sociais que influenciam nessas dinâmicas, impulsionando-as ou retraindo-as. Dessa maneira, embora a morte seja condição natural dos seres humanos, em relação à população negra no Rio de Janeiro, o que se percebe é uma vida condicionada à ameaça de morte que não está vinculada apenas à natureza do corpo humano, mas a escolhas políticas. Não se trata, portanto, do curso natural da vida humana, mas de uma interrupção dessa naturalidade por mortes – muitas vezes violentas – que derivam de fatores políticos, econômicos, culturais e sociais. Assim, destacamos que a mortalidade a que essa pesquisa se dedica é marcada pela violência em diversas dimensões, atingindo diferentes segmentos e grupos populacionais negros, como as mulheres em idade fértil, que compõem 64,8% das vítimas de óbitos maternos no Rio de Janeiro, no período entre 2000 e 2019; e os jovens negros (15-29 anos) que, entre pessoas do sexo masculino, correspondem a 76,3% dos óbitos por intervenções legais e operações de guerra no mesmo período, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade. Portanto, neste primeiro momento, evidenciamos a força dessa violência e sua ocorrência fundamentalmente marcada pela dimensão racial.

Em nossa análise, daremos enfoque à mortalidade da população negra no século XXI, sobretudo por reconhecermos que a maior facilidade na veiculação de discursos estigmatizantes, a maior instrumentalização das forças policiais e o modelo neoliberal de gestão das cidades, que chega fortemente ao Rio de Janeiro, fortalecem a demanda por segurança que é fundamentalmente atendida por meio de estratégias espaciais, como a fortificação de construções, a autossegregação, a presença de agentes de segurança pública que controlem a circulação, dentre outros. Contudo, pelo caráter histórico da desumanização e vitimização de corpos negros, faremos uso de momentos pretéritos que nos auxiliam no entendimento do

processo de naturalização da exposição da população negra à morte, bem como da organização territorial que viabilizou a consolidação dessa dinâmica.

Conforme anteriormente mencionado, no Brasil há uma relação explícita entre mortalidade e raça que pode ser evidenciada, dentre outros motivos, pela expressividade dos índices de violência letal na população negra. Os dados estatísticos revelam que na cidade do Rio de Janeiro, a variável mortalidade está historicamente associada a categorias raciais, sendo a população negra o grupo populacional mais suscetível à morte⁷. O relatório “*Você matou meu filho!*”: *Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*” produzido pela Anistia Internacional, entre os anos de 2010 e 2013, pessoas negras correspondiam a 79,11% das vítimas de homicídios decorrentes de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro. Assim, ainda que essas informações não estejam presentes nas análises da geografia da população – e da geografia de maneira geral – existem organizações sociais, movimentos populares e outras entidades comprometidas não somente com a produção de dados, mas também com os debates relativos à mortalidade negra.

Apesar da expressividade dos dados, a discussão acerca da mortalidade negra não é consolidada no campo analítico da geografia. Em pesquisa realizada na Plataforma Lattes, é possível constatar a pouca atenção da geografia à mortalidade da população negra. Na página de busca avançada, foi construída uma consulta para identificar doutores e doutoras cujas produções bibliográficas contivessem as palavras “mortalidade”, “população” e “negra”. Como resultado, a plataforma apontou 514 resultados, dentre os quais apenas 1 possuía doutorado em geografia e sua pesquisa se voltava à temática da mortalidade infantil. Ainda na página de busca avançada, foi construída outra consulta para identificar doutores e doutoras cujas produções bibliográficas contivessem exatamente a frase “mortalidade da população negra”. O resultado indicou 9 doutores com tal especificidade em suas produções bibliográficas, dentre esses, nenhum era doutor em geografia. Em consonância, em consulta aos Anais do ENANPEGE, realizados cada dois anos entre 2013 e 2019, constatou-se que 35 trabalhos⁸ correspondem às palavras de entrada “negra/negro”, “raça/racial/raciais”. Para a palavra “mortalidade”, dois trabalhos foram encontrados, nenhum deles diretamente associado à população negra. Essas

⁷ Não se pretende nesta pesquisa a organização, sistematização e análise de dados demográficos, pois entendemos que isso seria limitar as possibilidades de análise a puras demonstrações ou constatações de narrativas pré-estabelecidas. Nesse sentido, os variados instrumentos (mapas, imagens, croquis, gráficos, tabelas, esquemas etc) dos quais a geografia pode fazer uso para construir suas análises não serão aqui mobilizados como produtos finais, mas como meios de contribuição com a produção do conhecimento (LATOURET, 2001).

⁸ É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada a partir das palavras mencionadas como componentes do título do trabalho. Dessa forma, alguns trabalhos que apresentassem a temática apenas no interior de seu conteúdo podem não ter sido contabilizados.

breves consultas explicitam que há uma lacuna no campo analítico da geografia para tratar da mortalidade e de sua associação com a dimensão racial.

Assim, inicialmente instigada pela expressividade do material demográfico e estatístico já produzido acerca da mortalidade negra no Rio de Janeiro, bem como pela ausência da temática nas análises da geografia, a presente pesquisa visa participar e corroborar no debate, trazendo para o campo teórico e metodológico da Geografia da População uma reflexão mediada pela mortalidade negra, em associação com o território.

Mediante o exposto, o objetivo central da presente pesquisa consiste em analisar a mortalidade da população negra no Rio de Janeiro enquanto um processo que resulta da organização territorial da cidade, tendo em vista a atuação dos agentes sociais – sobretudo o Estado – que participam direta ou indiretamente nessa dinâmica e os estigmas atribuídos ao corpo negro. Para atingir tal objetivo, é necessário considerarmos também algumas especificidades que contribuem para a completude da análise. São elas: 1) Entender de que maneira o uso do território na cidade do Rio de Janeiro serve a uma lógica de poder fundamentada na hierarquia racial; 2) Analisar a construção social dos estigmas raciais ao longo do tempo e sua influência na mortalidade negra; 3) Identificar e interpretar as limitações e potencialidades dos estudos geográficos acerca da relação entre mortalidade e raça.

1.2 Caminhos metodológicos

Acerca dos procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa, alguns já foram apresentados na seção anterior. Nesta etapa, o levantamento da bibliografia e dos dados já existentes foram fundamentais para a construção da problemática e justificativa da presente pesquisa, dada a ausência da variável mortalidade da população negra no campo de investigação da Geografia. A preocupação metodológica esteve presente ao longo do desenvolvimento de toda a pesquisa, de maneira que se faz necessário discorrer sobre os passos metodológicos adotados.

Na presente pesquisa, a obtenção de dados será realizada por meio da combinação entre fontes qualitativas e quantitativas. Nesse sentido, Minayo e Minayo-Gómez (2003) afirmam que um método único e isolado não é capaz de responder satisfatoriamente às questões impostas pela realidade social. Assim, nos valem do trabalho de Uwe Flick (2004), no qual o autor propõe uma combinação metodológica que utiliza os dados qualitativos e quantitativos conjuntamente, valendo-se de estratégias distintas e ampliando a capacidade de observação sobre o fenômeno estudado, constituindo assim a triangulação metodológica (FLICK, 2004) que possibilita “iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências,

discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e subjetiva na construção e análise dos dados” (MINAYO; MINAYO-GOMÉZ, 2003, p. 136). Assim, o caminho a ser percorrido é de contínuo diálogo entre estas fontes ao longo da pesquisa, objetivando captar da melhor forma possível os aspectos relativos à mortalidade negra e conferindo maior confiabilidade aos resultados a serem apresentados e discutidos.

Conjuntamente à obtenção de dados serão discutidas e analisadas as relações existentes entre a tríade raça-estigma-mortalidade, considerando o território como dimensão fundamental de análise, não apenas por sua capacidade de abranger relações de poder em diferentes escalas, mas sobretudo porque enquanto território usado nos possibilita entender sua apropriação e organização ao longo do tempo em prol de uma gestão racista do espaço que controla, cerceia e vitima corpos negros na cidade do Rio de Janeiro. Desta maneira, são dois os pontos a serem explicados na presente seção: a maneira como será realizada a combinação de fontes quantitativas e qualitativas; a utilização da tríade raça-estigma-mortalidade e do conceito de *território usado* (SANTOS, 1994) na compreensão da mortalidade da população negra na cidade do Rio de Janeiro.

1.2.1 Raça-estigma-mortalidade e território

Como mencionado, a discussão teórico-conceitual será fundamentalmente ancorada no conceito de *território* que guarda a relação direta entre política e população. A análise da mortalidade em associação com a dimensão territorial, demanda um outro olhar sobre o território que, caracterizado pela circulação, será mobilizado para o entendimento da contenção, regulação e interrupção de determinados movimentos. Apesar de ser um conceito advindo da perspectiva clássica e ainda que a dimensão do poder seja também fundamental neste trabalho, a atenção aqui será destinada ao *território em seu uso*, conforme proposto por Santos (1994), condicionado e condicionante de ações sociais ao longo do tempo.

Correspondendo ao território em constante processo de (re)construção ao longo do tempo, o território usado está necessariamente vinculado aos aspectos econômicos, políticos e culturais da sociedade, e dessa forma, une o passado e o futuro (SANTOS, 1999). Isso significa que as configurações territoriais atuais não são independentes, mas derivam das heranças socio-territoriais ou sociogeográficas – objetos e ações – já existentes (SANTOS, 1996). Nesse sentido, a análise da mortalidade negra no Rio de Janeiro na atualidade não pode ser realizada sem considerar o passado escravocrata que deu origem à organização territorial da cidade e também às relações sociais que ali foram estabelecidas.

Segundo Mbembe (2020), aos olhos do colonizador branco e europeu, as colônias são o local de habitação dos selvagens, de caráter animalesco, aos quais falta a condição de humanidade. É a partir da construção desse mundo de raças, na qual o branco percebe o corpo negro através da alteridade, que se estabelece a condição básica para a aceitabilidade do “fazer morrer”. Assim, a raça será mobilizada para a implantação de políticas de classificação hierárquica da sociedade, de controle sobre determinados povos e territórios e, finalmente, de políticas de morte. É, portanto, com o controle e, em última instância, com a eliminação da raça inferior – a qual é atribuída a ausência de humanidade e a representação de uma ameaça – que a vida social se torna mais segura e salutar. A concepção que foi construída acerca do negro no período da escravidão foi utilizada para que a população negra fosse submetida ao controle espacial, à máxima exploração produtiva e à violência física e simbólica. Assim, torna-se fundamental um entendimento acerca dos *estigmas* (GOFFMAN, 1982) e de como eles foram mobilizados ao longo do tempo não apenas para estabelecer e reforçar a divisão racial do espaço (GONZALEZ; HASENBELG, 1982), mas também como justificativa para a realização do projeto racista de organização do território no Rio de Janeiro.

O estigma é uma marca de distinção da qual se deduz uma significação que, geralmente, induz à noção de que a pessoa detentora de tal marca é dotada de inferioridade ou representa algum tipo de ameaça social. De acordo com Goffman (1982), as sociedades definem formas de classificação dos indivíduos e, para tal, fazem uso de atributos considerados comuns e incomuns, ou seja, os que são socialmente aceitos e aqueles dos quais se deve manter distância, respectivamente. Dessa maneira, é imposto um modo de ser legítimo e, simultaneamente, é imposto um modo de comportar-se de acordo com as características possuídas. Nesse sentido, o estigma não deve ser entendido como algo de caráter atributivo, mas relacional, porque é através dele que “se designa a normalidade do outro pela depreciação do estigmatizado” (RONDON FILHO, 2013, p. 271).

Assim, o que entendemos é que a mortalidade negra na cidade do Rio de Janeiro é resultado de uma lógica que para se constituir, utiliza o território como estratégia e instrumento, assim como se vale dos estigmas historicamente construídos acerca do corpo negro para justificar as ações que marginalizam e vitimizam a população negra. É, portanto, a partir da inter-relação entre **território**, **estigma** e **mortalidade** que construímos a análise aqui apresentada.

1.2.2 Triangulação metodológica

Na presente pesquisa, optamos por trabalhar com questões que se destinam a descobrir e analisar novos aspectos de dinâmicas consolidadas (FLICK, 2004). Dessa forma, são variadas as possibilidades de dados empíricos a serem mobilizados e analisados em combinação com os atores envolvidos. De acordo com Flick (2004), diferentemente da metodologia quantitativa, a metodologia qualitativa não se interessa por testagens e experimentos de hipóteses previamente propostas, mas se dedica com maior afinco à possibilidade de descoberta e ao oferecimento de respostas que estão suscetíveis a retomadas e reformulações.

Ainda segundo o mesmo autor, determinadas formas de obtenção de dados qualitativos e classificações apresentam maior ou menor conformidade de acordo com as linhas de pensamento. O autor chama a atenção também para as dificuldades possíveis de serem encontradas tanto no decorrer da pesquisa, quanto na discussão dos resultados obtidos. Por isso, cabe aqui explicar as escolhas feitas para o desenvolvimento dessa pesquisa dentro do amplo campo da metodologia qualitativa.

De acordo com Flick (2004), no campo da metodologia qualitativa existem três perspectivas metodológicas gerais, cada qual com seus métodos de coleta de dados e de interpretação, e com seus campos de aplicação. Assim, inicialmente, a escolha era trabalhar com a perspectiva metodológica definida pelo autor como *Descrição da produção de situações sociais*, cujos elementos constitutivos seriam: 1) postura teórica: Etnometodologia e Construtivismo; 2) métodos de coletas de dados: Observação participante e Coleta de documentos; 3) métodos de interpretação: Análise de conversação e Análise de documentos; 4) campos de aplicação: Análise das esferas de vida e de organizações. Contudo, a pandemia da COVID-19 impossibilitou o planejamento metodológico inicial e nos exigiu esforços de reconfiguração para o desenvolvimento da pesquisa⁹.

Frente a tais dificuldades, optamos por trabalhar com o levantamento bibliográfico acerca da temática da mortalidade negra para contribuir e corroborar com os esforços que têm sido feitos no sentido da análise dessa dinâmica, ainda que sua presença na geografia seja incipiente. Em conjunção, foi realizada uma entrevista semiestruturada com cinco pessoas negras: três homens cis heterossexuais e duas mulheres cis bissexuais. As pessoas entrevistadas são moradoras dos bairros de Campo Grande, Padre Miguel, Praça Seca, Rocha Miranda e

⁹ Cabe destacar que o cronograma inicial previa a realização da pesquisa de campo no período entre 2020 e 2021, contudo, esse período foi marcado pelo auge da pandemia da COVID-19. Isso impossibilitou a realização da metodologia planejada, que consistia em entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente. Dessa forma, em curto tempo, algumas mudanças foram necessárias na forma do trabalho de campo, de maneira a redesenhá-lo para que fosse possível no contexto imposto.

Cidade Universitária, e suas vivências cotidianas se dão na cidade do Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada com o objetivo de identificar como os estigmas são percebidos pelos sujeitos em suas experiências cotidianas, e também de que maneira esses corpos estigmatizados reagem à hierarquização que lhes é imposta.

Devido às limitações impostas pela pandemia da COVID-19, a entrevista foi realizada *online*, através do *Google Meet*. Ademais, como muitas das informações fornecidas pelas pessoas que participaram da entrevista são de cunho íntimo e pessoal, optamos por não utilizar seus nomes verdadeiros quando, ao longo do texto, fizemos referências a tais pessoas e suas falas. Destacamos ainda que as pessoas entrevistadas possuem ensino superior completo ou em curso, fato que – reconhecemos – não representa a maior parte da população negra do Rio de Janeiro. Contudo, a realização da entrevista com pessoas que estão inseridas em espaços acadêmicos e de produção do conhecimento nos possibilitou inferir na prática que “onde quer que vá, um negro continua sendo um negro” (FANON, 2020, p. 186).

A realização da entrevista semiestruturada deu-se com as cinco pessoas ao mesmo tempo. O objetivo da realização em grupo foi tanto deixar os participantes mais à vontade, quanto provocar a troca entre eles a partir de suas respostas, possibilitando, assim, identificar semelhanças, diferenças, concordâncias e discordâncias entre os diferentes sujeitos acerca da discussão proposta. Como o objetivo era obter o maior volume de informações possível sobre a percepção dos estigmas pelas pessoas entrevistadas a partir de suas experiências, optamos pela realização de uma entrevista semiestruturada que, embora considere o embasamento teórico e as informações prévias sobre o fenômeno coletadas pela entrevistadora para a formulação das perguntas, permite que as pessoas entrevistadas discorram sobre suas experiências de maneira livre e espontânea (TRIVIÑOS, 1987). Ademais, o roteiro de uma entrevista semiestruturada exige poucas questões, desde que essas tenham amplitude o suficiente para permitir uma discussão mais aprofundada. Assim, a pessoa entrevistada “seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). O objetivo da realização da entrevista, portanto, não é tratar estaticamente as informações coletadas, tampouco quantificá-las, mas entender a percepção do conjunto de pessoas entrevistadas sobre o fenômeno estudado, buscando elementos que corroborem para a análise aqui proposta.

Para a análise do material resultante da entrevista, nos valem do método documentário que, de acordo com Weller (2005), não se estrutura a partir da construção de teorias prévias a serem comprovadas através do processo interpretativo, mas diferencia-se de outras perspectivas

qualitativas por construir a teorização de maneira reflexiva ao longo do processo de pesquisa. Cabe ao pesquisador, portanto, realizar um trabalho interpretativo capaz de explicar teoricamente o conhecimento atóxico, ou seja, capaz de fornecer

a explicação teórica do *modus operandi* que orienta a ação prática, e através do qual o padrão de orientação é constituído e reproduzido, requer uma linha ou instância específica de análise – uma postura sociogenética – que pergunta pelo como (WELLER, 2005, p. 270).

Assim, ancorada nas proposições de Karl Mannheim, a autora aponta que para a compreensão de uma realidade social faz-se necessário questionar de que maneira aquela realidade foi construída, considerando os três níveis de sentido – objetivo ou imanente, expressivo e documentário – no processo de interpretação. Os três níveis de sentido são diferenciados pela autora da seguinte maneira: o nível objetivo ou imanente é dado naturalmente e sua compreensão é possível independentemente do conhecimento do contexto em que ele se dá; o nível expressivo é aquele que se transmite por meio de ações ou palavras e só pode ser interpretado caso haja conhecimento acerca do contexto em que ele se insere; e o nível documentário diz respeito à análise do que a ação revela, ainda que involuntariamente. Ou seja, a ação torna-se um documento para a interpretação teórica (WELLER, 2005).

Os três níveis de análise estão presentes nos produtos culturais e não se excluem, sendo os dois primeiros mencionados etapas fundamentais para a constituição do sentido documentário. Contudo, para compreender a totalidade de um produto cultural e não se limitar à sua significação imediata é necessário chegar à análise do nível documentário. Dessa forma, um produto cultural

não pode ser compreendido em seu próprio e verdadeiro sentido se nos atemos simplesmente sobre aquele “nível de sentido” que ele transmite quando o olhamos inteiramente em seu sentido objetivo. É necessário considerar seu sentido expressivo e documentário, se quisermos esgotar inteiramente o seu significado (WELLER, 2005, p. 263 apud MANNHEIM, 1964, p. 104).

Cabe destacar ainda que o sentido documentário de uma realidade social não se dá aleatoriamente ou em desconexão com demais variáveis, mas está inserido em um contexto que demanda certa inserção para que o significado de expressões e representações sociais possam ser compreendidos. Assim, uma compreensão que se pretende completa precisa também considerar dinâmicas que estão em relação – ainda que não óbvias – com a realidade social estudada. Em consonância, para a análise documentária não interessa uma busca por atestar a veracidade dos fatos expostos e narrados pelos sujeitos. Nessa forma de análise, o pesquisador

deve concentrar seus esforços nas ações e nos padrões de orientação que estão documentados nas descrições fornecidas pelos sujeitos entrevistados (WELLER, 2005).

Nos valem ainda de dados e informações advindos de fontes quantitativas, como os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados estatísticos e relatórios técnicos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela Anistia Internacional; dados estatísticos advindos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ); além disso, serão analisados também os dados quantitativos produzidos por outros autores em pesquisas anteriores. Essa análise de dados secundários nos serve, sobretudo, como ponto de partida. É por meio da associação desses dados que podemos identificar uma manutenção da alta mortalidade da população negra, por diferentes causas, ao longo do tempo na cidade do Rio de Janeiro, bem como mapear essa mortalidade, identificando sua relação com a organização do território. Em concordância com Gomes (2017), entendemos que o mapeamento é um instrumento fundamental para o raciocínio geográfico porque permite localizar e relacionar elementos dentro de uma mesma composição.

Dessa forma, por meio da combinação de metodologias qualitativas e quantitativas desempenhamos um exercício na tentativa de superar uma metodologia única, bem como almejamos desenvolver uma análise mais completa, que nos forneça resultados pertinentes ao objetivo proposto e possibilitem um conhecimento mais aprofundado acerca da dinâmica em estudo.

Mediante ao que foi exposto, a organização estrutural deste trabalho se dará da seguinte forma: o primeiro capítulo discute a inserção e a consolidação dos estudos populacionais no campo analítico da geografia, evidenciando que estes não se limitam à interpretação de dados demográficos ou à distribuição populacional no espaço, mas possibilitam realizar análises complexas, correlacionando fatores históricos, econômicos, políticos e culturais às dinâmicas da população. A partir das discussões desenvolvidas por diferentes autores (ZELINSKY, 1974; BEAUJEU-GARNIER, 1980; GEORGE, 1981; DAMIANI, 2011) evidencia-se uma lacuna nas análises do campo da Geografia da População para tratar da mortalidade, sobretudo quando associada à dimensão racial. No campo analítico da geografia, essa discussão pode ser encontrada nas análises de Mondardo (2018) sobre a mortalidade dos povos indígenas, no subcampo da geografia política, e nas análises de Oliveira (2020) sobre a gestão racista do espaço urbano do Rio de Janeiro, no subcampo da geografia urbana.

A proposição que fazemos é de que na Geografia essa reflexão está pautada pela dimensão territorial, sendo necessário fazê-la na indissociável relação entre a teoria racial, a

população e o território. Para isso, no segundo capítulo aqui apresentado será dedicada atenção ao conceito de *território usado* (SANTOS, 1996) que, ao considerar sua relação dialética com as ações humanas, possibilita compreender a dinamicidade do território.

Em conjugação, discute-se a construção do pensamento racial brasileiro, seus fundamentos e contextos sociais, por meio do diálogo com outros campos de conhecimento do domínio das ciências humanas, reconhecendo que há nessas análises uma dimensão espacial a ser explorada para aprofundamento do debate, conforme fizeram Machado (1995) e Cirqueira (2015). O que se verifica é que o pensamento racial aqui construído, diretamente influenciado pelas concepções europeias, é dotado de estigmas raciais nos quais o negro é marcado pela inferioridade natural, ao passo que o branco traz consigo uma superioridade que seria capaz de conduzir o Brasil ao desenvolvimento, desde que o país fosse gradualmente embranquecido e se desvinculasse de suas características advindas das contribuições negras e indígenas. Assim, neste capítulo serão discutidos a origem desses estigmas, bem como as reformulações e aprimoramentos realizados ao longo do tempo em prol de sua manutenção.

Na sequência, o terceiro capítulo propõe aprofundar a discussão acerca dos estigmas raciais, com atenção especial às estratégias que foram mobilizadas para que eles fossem reforçados e mantidos ao longo do tempo. Nesse contexto, identificamos que a construção de estigmas (GOFFMAN, 1982) acerca de um determinado grupo requer a veiculação da narrativa que se pretende associar a seus componentes e às suas práticas. Dessa maneira, para entender a naturalização dos estigmas atribuídos a corpos negros, será feito uso da entrevista semiestruturada realizada – como apontado anteriormente, a partir da qual o conceito de estigma se mostrou pertinente a esta análise –. Além disso, será dedicada atenção à apropriação destes estigmas pelo Estado na formulação de políticas sociais, econômicas, culturais e, sobretudo, securitárias na cidade do Rio de Janeiro. Em suma, busca-se entender em que medida a violência simbólica confere legitimidade e potencializa ações violentas direcionadas à população negra.

Por fim, o quarto capítulo propõe a análise das políticas de segurança pública empregadas na cidade do Rio de Janeiro que, ancoradas em premissas racistas, expõem pessoas negras ao risco de morte. Nesse contexto, destacamos a atuação do Estado, principal promotor da letalidade violenta de pessoas negras no Rio de Janeiro, bem como analisamos a violência simbólica e física enquanto *modus operandis* do Estado no tratamento dado a pessoas negras. Para a análise da mortalidade, entendemos que ela se dá de maneira mais bruta e recorrente contra pessoas negras, mas também que acontece de maneira diferencial no território. Dessa forma, há tanto corpos matáveis, quanto territórios onde estas mortes podem acontecer de

maneira deliberada. Assim, pensamos ser possível obter uma análise fidedigna da relação entre raça, mortalidade e território.

2. UMA QUESTÃO A SER RESOLVIDA: O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS POPULACIONAIS

As dinâmicas relativas à população despertaram interesse e demandaram análises em diferentes contextos históricos e geográficos ao longo da história da humanidade. Ainda hoje, o tema é de fundamental importância e recebe atenção de diversos campos do conhecimento, dentre os quais destacamos a geografia. De acordo com Milléo (2014, p. 9), dissertar sobre a população “é abordar a vida, a morte e o movimento das pessoas **no espaço**” (*grifo nosso*). Dessa forma, o presente capítulo objetiva contribuir no debate sobre a inserção dos estudos populacionais no campo analítico da geografia, destacando a complexidade destas análises quando as dinâmicas populacionais são pensadas em correlação com fatores econômicos, políticos, históricos e culturais. Além disso, a partir da identificação de um vazio nas análises da Geografia da População sobre a mortalidade, sobretudo em associação com a dimensão racial, realizamos neste capítulo uma discussão sobre as relações existentes entre raça e mortalidade.

Os estudos sobre população não são exclusivos da Geografia, sendo possível encontrá-los sob diferentes abordagens nas mais diversas ciências. Por sua vez, a Geografia tem um modo característico de analisar as questões referentes à população ora enfatizando as dinâmicas migratórias, ora dedicando maior atenção à distribuição populacional no espaço e o seu crescimento. Entendemos que os estudos populacionais na Geografia atravessaram momentos de maior ou menor adesão e, assim, realizar uma breve análise sobre o tema é relevante para o desenvolvimento da presente pesquisa. Com isso, se pretende investigar como a população foi concebida em diferentes momentos ao longo do tempo¹⁰, partindo do entendimento de que questões concernentes à população, como natalidade, crescimento demográfico, fecundidade e mortalidade estão sempre presentes na história da humanidade. Cabe destacar ainda que os estudos sobre a população na ciência geográfica podem ser melhor entendidos se considerarmos o contexto histórico em que foram elaborados, porque possibilita analisar também as

¹⁰ Essa análise dos diferentes momentos não pretende abarcar o “início dos tempos”, com o surgimento das primeiras comunidades humanas. Aqui partiremos do surgimento da sociedade moderna, porque as mudanças que acontecem a partir desse período propiciam um melhor estudo da população na Geografia enquanto campo científico, conforme salientou Mormul (2013).

condicionantes econômicas, culturais e políticas que interferiram na organização territorial da sociedade.

Ao discutir o conceito de população, Milléo (2014) aponta que este nasce na modernidade, quando esta já estava bem alicerçada por suas bases fundamentais. Em seu estudo, o autor refere-se à modernidade como o período que tem início em meados do século XVIII e perdura até os dias atuais, e ressalta ainda que a mudança da lógica do poder soberano para um poder do Estado pautado na disciplina e na normatização insere a população no rol de prioridades para controle territorial.

Desde que os Estados – com preceitos culturais, políticos e morais – foram estabelecidos, o conhecimento sobre a população se tornou uma ferramenta importante para o exercício do poder. Dessa forma, questões sobre a relação entre Estado e população passam a ser centrais para administrar e, de certa forma, manter o controle sobre a população. Embora possam parecer resolvidas sob alguns pontos de vista, ainda hoje essas questões estão presentes nas considerações feitas acerca da população. A contextualização que se segue será realizada a fim de entender como a temática populacional e suas dinâmicas foram pensadas em diferentes tempos e espaços. Não se pretende, entretanto, um aprofundamento e uma imersão na análise dos contextos históricos e geográficos mencionados.

Dentre as muitas inquietações acerca das dinâmicas populacionais, o crescimento da população e o medo de uma “superpopulação” é algo que há muito preocupa a sociedade. Entretanto, a hipótese da superpopulação não estava associada às projeções numéricas, porque as estatísticas existentes apresentavam erros e limitações significativas. Assim, o debate acerca do crescimento da população envolvia diversos posicionamentos, até mesmo políticos, religiosos ou ideológicos¹¹.

De acordo com Minois (2011), na Grécia Antiga, as condições geomorfológicas limitavam uma possível expansão da cidade, de maneira que o crescimento populacional era facilmente percebido e despertava atenção para os fatores demográficos. Ao discorrer sobre a temática populacional na pólis grega, Minois (2011) analisa a inserção da população no campo analítico de grandes filósofos gregos. Assim, o autor indica que em seus principais diálogos, Platão definiu como população ótima aquela que estivesse em equilíbrio com o espaço e os recursos disponíveis, detalhando os métodos para organizar a sociedade e permitir o seu pleno

¹¹ É importante mencionar que os valores morais advindos do cristianismo sempre foram considerados para decisões políticas sobre a população. Legalidade de práticas contraceptivas, virgindade, castidade e demais ideias bíblicas sempre influenciaram fortemente discussões acerca do crescimento populacional e dos direitos reprodutivos, sobretudo, femininos.

funcionamento. Minois (2011) destaca também que para Aristóteles, a grandiosidade de uma cidade não reside no tamanho de sua população, sobretudo porque um grande contingente populacional dificulta o controle e, mediante o aparecimento expressivo dos dissensos culturais e ideológicos, os estrangeiros poderiam apropriar-se do direito à cidadania. Ademais, um maior número de pessoas corresponderia também ao aumento da pobreza e à iminência de revolta. Para Aristóteles, portanto, o problema do “excesso de pessoas” não era necessariamente a disponibilidade e distribuição de recursos, mas sim a preservação da ordem (MINOIS, 2011; MORMUL, 2013). A população – nesse contexto entendida como totalidade dos habitantes – foi mobilizada para a construção da cidadania grega, que estava profundamente vinculada a uma ideia de ordem social. Nesse sentido, cidadania se distingue de população porque para atender à ordem social pretendida para os cidadãos gregos, a população não é considerada em sua totalidade, mas a partir de uma classificação capaz de conferir ou não o status de cidadão.

Em contraposição ao pensamento demográfico grego, na Roma Antiga prevalecia uma perspectiva de incentivo à natalidade e conseqüente crescimento populacional para fins de ocupação e manutenção das conquistas territoriais. Entre os séculos III e V, os debates acerca da população passam do domínio político para o âmbito moral e religioso. Nesse momento, as respostas para questões referentes ao crescimento populacional eram obtidas a partir da palavra divina e, apesar das contradições, esta era apropriada de acordo com os interesses de manutenção da ordem e desenvolvimento econômico dos clérigos da antiguidade. Já no período medieval, a dimensão numérica da população passou a ser considerada fundamental, porque a superioridade numérica passa a ser utilizada estrategicamente pelos povos ocidentais¹².

Em *Segurança, território e população*¹³, Michel Foucault aponta que, de alguma forma, as alterações das práticas governamentais demandaram uma reconfiguração na organização e na produção de determinados saberes. Na França do final da Idade Média – séculos XVI e XVII –, por exemplo, para o controle da peste, as práticas realizadas eram de caráter disciplinar e os saberes se davam por meio do estabelecimento de regras. A partir do século XVIII, ainda que o caráter disciplinar estivesse mantido, o saber se vinculava à mensuração dos riscos advindos da peste, à quantificação e à caracterização das pessoas afetadas, e seus efeitos sobre a população de maneira geral. Na Inglaterra do século XVI, nos momentos em que a mortalidade aparecia de maneira expressiva, a construção de tabelas que apresentavam a quantificação, a razão e o local da morte revela uma visão acerca da população que estava vinculada a um evento

¹² Um exemplo disso são as Cruzadas, processo no qual a expansão do cristianismo se deve, em grande parte, ao fluxo de pessoas que só foi possível pelo grande contingente populacional.

¹³ Mais especificamente nas seções “Aula de 18 de janeiro de 1978” e “Aula de 25 de janeiro de 1978”.

de alta mortalidade, no qual a população precisava ser mobilizada para pensar o repovoamento (FOUCAULT, 2008). De toda forma, o que se percebe a partir desses dois exemplos é uma tendência à mobilização da estatística pelo Estado, para obtenção de informações relativas à população.

Foucault (2008) afirma que para os mercantilistas do século XVII, a população se caracteriza como um princípio fundamental da dinâmica de poder do Estado e do soberano, sobretudo porque era da população que derivava a força produtiva. Dessa maneira, para que se configure como alicerce da riqueza e do poderio estatal, esta população precisa estar devidamente “adestrada, repartida, distribuída, fixada de acordo com mecanismos disciplinares” (FOUCAULT, 2008, p. 91). Já na perspectiva dos fisiocratas, a população deixa de ser apenas um conjunto de pessoas submetidas ao poder soberano e torna-se um conjunto de processos que demandam administração, isto é, torna-se um “objeto técnico-político de uma gestão e de um governo” (FOUCAULT, 2008, p. 92), e como tal, está associada a uma série de variáveis, como o meio em que está inserida, as leis a que é submetida, os hábitos das pessoas, os valores morais e religiosos, entre outros. Nessa perspectiva, a atuação do governo não se dá mais no sentido de obtenção da obediência da população, mas de intervenções – por cálculo, análise e reflexão – em fatores que parecem distantes, mas que influenciam diretamente na população.

A população e suas dinâmicas, sobretudo aquela relacionada ao crescimento e decréscimo, foi um tema disputável durante muitos séculos, mormente pela associação feita entre o crescimento populacional e as condições de sobrevivência da humanidade. De acordo com Foucault (2008), a partir do século XVII, com as novas técnicas de governo próprias da modernidade, a revolta urbana devia ser evitada pelo governo através de uma boa administração das condições de vida da população. Assim, ganha destaque a escassez de alimentos, que era uma das principais causas de revolta. Mediante a isso, Foucault (2008) aponta que a partir dos séculos XVII e XVIII, foi desenvolvido um sistema de vigilância voltada para a cadeia produtiva dos grãos. No período mercantilista, diminuía-se o preço dos grãos ao produtor, garantindo menor custo para a população que tinha os salários mantidos em níveis baixos. Contudo, a estratégia de regulação do mercantilismo não foi suficiente para inibir a escassez alimentar e, conseqüentemente, as revoltas. Assim, ela é substituída pelos princípios liberais defendidos e apregoados pela doutrina fisiocrata. Na perspectiva dos fisiocratas, a escassez não é necessariamente um mal, mas um acontecimento natural e a atenção do governo deve ser direcionada ao grão e não à escassez. Dessa maneira, o governo pode intervir na realidade,

atuando na regulação, administração e minimização dos impactos da escassez alimentar, mas não impedindo a sua ocorrência.

É deixando essas pessoas morrerem de fome que se poderá fazer da escassez alimentar uma quimera e impedir que ela se produza com aquele caráter maciço de flagelo que a caracterizava nos sistemas precedentes. De modo que o acontecimento-escassez é assim dissociado. A escassez-flagelo desaparece, mas a escassez que faz os indivíduos morrerem não só não desaparece, como não deve desaparecer (FOUCAULT, 2008, p. 55).

A solução fisiocrata para lidar com a relação entre população e alimento, portanto, não nega a existência da escassez de alimentos, mas a naturaliza, tornando-a em alguma medida – aquela prevista pelos cálculos estatísticos do governo – aceitável. Isso significa que em modelos de governo agora sustentados por dispositivos de segurança, o foco não é mais o indivíduo, mas o seu conjunto. O interesse agora é a população (FOUCAULT, 2008). Assim, sempre associado à produção de alimentos e à distribuição de riquezas, o crescimento populacional é um tema ambíguo e muito complexo.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, as teorias populacionais passam a ser repensadas, movimento que se desenvolveu sobretudo a partir das ideias de Thomas Malthus, um clérigo e economista inglês que, em 1798, publicou o *Ensaio sobre o princípio da população*. Nesse ensaio, o autor apresenta a ideia do princípio básico da população: o crescimento populacional se dá em progressão geométrica, ao passo que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, de maneira que, em algum momento, os alimentos ficarão escassos gerando guerras, doenças, fome e crises constantes. Assim, para Malthus, a própria natureza seria a responsável pela eliminação do excedente populacional. Ao defender a redução da natalidade e o cancelamento de políticas assistencialistas, como a Lei dos Pobres, Malthus visava estimular a responsabilização individual. Além disso, o autor via na moral uma possibilidade de conter o crescimento populacional e apregoava que o casamento e a procriação somente deveriam acontecer mediante a garantia de alimentação e educação a longo prazo. Por seu caráter político, as teorias populacionais de Malthus foram muito repercutidas e absorvidas pela ideologia conservadora das classes dominantes. Nesse sentido, Szmrecsány (1982) aponta que o conteúdo da teoria malthusiana, muito questionável e pouco original, foi relevante menos no que tange ao científico e mais no que corresponde aos elementos ideológicos intrínsecos às suas proposições¹⁴. Salientando a importância socioeconômica das questões populacionais,

¹⁴ Avançando a partir do apontamento de Szmrecsányi (1982), Milléo (2014) afirma: “poderíamos dizer que não existe uma carga ideológica ligada apenas à obra de Malthus senão, antes, uma carga inerente à população que precisa ser enfrentada para decompor esse mesmo conteúdo ideológico”.

Malthus pode ser considerado uma inflexão na história destes estudos porque contribuiu profundamente para a origem de teorias modernas e novas perspectivas de análise no campo da população.

Na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, época em que Malthus viveu, importantes movimentos sociais aconteceram. Dentre eles, destaca-se o ludismo, marca do início da luta da classe trabalhadora no enfrentamento à paupérie. Para Malthus, entretanto, o vício e a pobreza extrema eram entraves positivos ao crescimento populacional porque são capazes de reequilibrar a relação entre população e recursos disponíveis.

Estes fatos parecem demonstrar que a população aumenta exatamente na proporção em que seus dois grandes controles – miséria e vício- são removidos e que não existe um critério mais verdadeiro da felicidade e inocência de um povo que a rapidez do seu aumento. A novidade das cidades, às quais algumas pessoas são necessariamente atraídas pela natureza das suas atividades, deve encarar-se como um tipo de miséria, e mesmo o mínimo controle do casamento, de uma perspectiva da dificuldade de manter uma família, deve classificar-se na mesma categoria. Em suma, é difícil conceber qualquer controle da população que não se inclua na descrição de alguma espécie de miséria ou vício (MALTHUS, 1982, p. 54).

Assim, a miséria era fundamental porque propiciava a fome, o desemprego, o decaimento do valor dos salários, aumentava a morbidade e a mortalidade, e a redução do matrimônio. Esses fatores são considerados por Malthus como necessários porque, ao dificultar a sobrevivência, seriam limitantes do crescimento populacional. Em contrapartida, a miséria pode estimular cultivadores a aumentar a aplicação da mão de obra disponível mediante à abertura de novas terras ao cultivo, possibilitando o restabelecimento do equilíbrio entre população e recursos (DAMIANI, 2011). Dessa forma, a ampliação dos meios de subsistência acarreta um novo crescimento populacional. Para Malthus, a vida em uma sociedade igualitária é fator de estímulo a nascimentos e o crescimento da população corresponde ao aumento da pobreza, fazendo com que as pessoas lutem entre si pela sobrevivência. O autor discorda ainda das políticas assistencialistas destinadas aos mais pobres, alegando que a diminuição da miséria a curto prazo propicia casamentos e a procriação entre os pobres.

Em Malthus, o homem é um ser movido por suas paixões e desejos corporais, de maneira que necessita de uma disciplina moral que se impõe sobre esses corpos para que não resulte na procriação em progressão geométrica. De acordo com Damiani (2011, p. 16), “a paixão entre os homens assim definida se reduz a uma função: a procriação, regulada pela miséria e os vícios, ou pelo matrimônio e o celibato”. Há, portanto, no pensamento malthusiano, um cálculo

matemático para pensar a população, sua reprodução e a disponibilidade de recursos necessários à subsistência.

Em contraposição aos posicionamentos conservadores – senão reacionários – alicerçados nas proposições de Malthus acerca da população, surge a teoria reformista. Para Karl Marx, a população não resulta da desconformidade entre crescimento populacional e disposição dos meios de subsistência, isto é, a produção de uma população absoluta (DAMIANI, 2011). Assim, a relação entre crescimento populacional e disponibilidade de recursos, para Marx, deve ser pensada a partir de uma proposição que abriga a dialética do desenvolvimento de uma determinada sociedade, de maneira que o problema central da população não estaria necessariamente relacionado ao contingente populacional, mas às desigualdades decorrentes do sistema capitalista. Para Marx, portanto, a resolução para o paradoxo malthusiano estaria em uma organização socialista da sociedade que, funcionando de maneira mais equilibrada, propiciaria melhores condições de vida. Ainda nesse sentido, a distribuição igualitária da riqueza entre os indivíduos da sociedade permitiria também uma relação mais harmônica entre crescimento populacional e a disponibilidade de recursos. Damiani (2011) aponta que, para Marx, o pobre não se limita apenas àquele que têm acesso privado aos recursos, mas é também aquele que é impossibilitado de apropriar-se dos meios de subsistência através do trabalho.

Existe, assim, a seguinte mediação social a se considerar: a qualidade de necessitado do trabalhador decorre do fato de ele depender sempre da necessidade que o capitalista – que o emprega – tem de seu trabalho. Portanto, as condições que o colocam diante dos meios de subsistência – a partir de seu salário – são fortuitas a seu ser orgânico. Isto ocorre porque no capitalismo, a finalidade da produção é o lucro, ou melhor, a produção de mais capital, e não a satisfação das necessidades da população (DAMIANI, 2011, p. 16-17).

Não se trata, nessa perspectiva, de um desprezo ao crescimento absoluto da população, mas de uma não limitação da análise a leis gerais e abstratas que desconsideram a influência das ações humanas em seu destino. Admite-se, portanto, que a superpopulação não está diretamente associada ao crescimento populacional, mas, sendo relativa, se associa à dimensão histórica do progresso da produção social, de desenvolvimento e reprodução do capital (DAMIANI, 2011). Na bibliografia marxiana há pouco interesse na questão demográfica em si, de maneira que a população é pensada em associação à dimensão do trabalho no sistema capitalista. O crescimento populacional corresponderia à criação de excedentes populacionais úteis, que formam uma reserva de trabalhadores inativos suscetíveis à absorção a qualquer momento, de acordo com as necessidades da expansão do capital.

As proposições teóricas malthusianas foram refutadas na prática, sobretudo pelo desenvolvimento da medicina, que possibilitou a prevenção de doenças e aumentou a esperança de vida ao nascer, e das técnicas agrícolas, que otimizaram a produção de alimentos. Porém, embora refutadas, as premissas malthusianas foram revisitadas e apropriadas a partir de uma nova abordagem no século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, pode-se verificar um crescimento populacional acelerado, sendo considerado uma “explosão demográfica”. Os dados revelam que entre as décadas de 1950 e 1980, a população mundial apresentou um crescimento de cerca de 2 bilhões de habitantes, o dobro do crescimento constatado durante a primeira metade do século XX, quando a população mundial passou de 1,7 para 2,6 bilhões de habitantes (ONU, 2019). Essa nova configuração populacional se deu em um contexto de desenvolvimento das forças produtivas, com impacto em áreas de interesse na sociedade, como habitação, saúde e trabalho. Acerca deste último, a reestruturação das relações de trabalho no campo e na cidade, gerou um contingente populacional excedente, caracterizando-se enquanto um problema a ser sanado.

A teoria neomalthusiana revelava o medo de que o crescimento populacional dos países considerados subdesenvolvidos pudesse comprometer a disponibilidade dos recursos naturais mundiais, bem como se temia uma pressão política desse contingente. Nesse momento, em que também se pensava o custo social dessa população excedente, as políticas públicas de caráter demográfico resultaram em estratégias de controle de natalidade¹⁵, que variavam desde a esterilização maciça da população até à distribuição gratuita de medicamentos contraceptivos.

Foi na década de 1950 que ocorreu o maior florescimento do enfoque neomalthusiano referente às relações entre população e desenvolvimento econômico, estabelecendo-se uma estreita vinculação entre produção científica e políticas controlistas. Para tanto, tonava-se necessário acoplar a produção científica às necessidades de políticas populacionais voltadas para o controle do crescimento populacional, encarado como obstáculo ao desenvolvimento econômico (PATARRA, 1991, p.9).

Considerando as novas questões sociais e econômicas postas no período pós-guerra, o pensamento malthusiano não foi inteiramente preservado. Apesar disso, os neomalthusianos analisam essas questões considerando o crescimento da população e os recursos vitais disponíveis em um território (DAMIANI, 2011). Assim como Malthus, os neomalthusianos mantêm a visão de que o elevado crescimento populacional é fomentador da pobreza. A divergência entre o pensamento malthusiano e o neomalthusianismo consiste nas soluções propostas para essa problemática. Os ideólogos neomalthusianos, não vinculados ao moralismo

¹⁵ É importante ressaltar que as políticas de controle de natalidade foram difundidas nos “países subdesenvolvidos” com o apoio dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial.

de Malthus, defendem a utilização de métodos contraceptivos eficientes, das metas populacionais e de estratégias coercitivas de redução da natalidade, objetivando suprimir os obstáculos demográficos ao desenvolvimento.

Frente à influência do neomalthusianismo, as Conferências Mundiais de População ocorridas em Roma e Belgrado, nos anos de 1954 e 1965 respectivamente, foram caracterizadas pelas discussões acerca da preocupação com a “explosão demográfica”. Esse debate se desenvolvia no período da Guerra Fria, marcado por intensas polarizações. Dessa maneira, não é surpresa que as posições relativas ao crescimento populacional também fossem marcadas por essas contraposições ideológicas. Em 1974, na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento de Bucareste, a maior parte dos países do “sul econômico” se posicionaram contrariamente à afirmação de que a alta fecundidade era o motivo do subdesenvolvimento, argumentando que a relação era inversa, ou seja, o subdesenvolvimento acarretava uma alta fecundidade, realidade que só poderia ser modificada mediante transformação das condições econômicas dos países do chamado “terceiro mundo”. Segundo Damiani (2011), a teoria neomalthusiana ignora fatores fundamentais da conformação social, como o desenvolvimento do sistema capitalista, a lógica imperialista e a atuação de empresas privadas cuja razão de ser residem no lucro, de maneira que o apego a jargões já refutados como “superpopulação” em contraponto à “escassez dos recursos”, isenta o modo de produção capitalista da responsabilidade pela miséria, pela fome e pelas potenciais crises sociais. Assim, a partir da Conferência de Bucareste, o que se observa é um enfraquecimento do viés mais ortodoxo do neomalthusianismo.

Apesar da intensidade que caracterizou o posicionamento dos países em desenvolvimento em Bucareste, o que se identifica é uma contradição entre sua posição oratória e as políticas que implementaram em seus territórios, dentre as quais se destacam a política do filho único na China; os campos de esterilização masculina e a implementação de um programa centralizado de planejamento familiar na Índia; e – no contexto latino americano – a legalização do aborto e a implantação de uma ampla política de acesso a métodos contraceptivos, ambos em Cuba. Destarte, nos anos 1980, os países que se posicionaram como lideranças em Bucareste abandonaram a ideia de que as medidas voltadas à redução da fecundidade correspondiam a uma estratégia capitalista de ataque aos países em desenvolvimento. Essa mudança abriu caminho para que o discurso neomalthusiano fosse reanimado e o financiamento às instituições internacionais voltadas ao apoio técnico a políticas de controle da natalidade fosse ampliado. Dessa maneira, em 1984, na Conferência realizada na Cidade do México, a maior parte dos países em desenvolvimento já apresentava maior abertura ao planejamento familiar. Essa

conferência, porém, foi marcada por um reaparecimento do conservadorismo moral para tratar das questões populacionais.

Devido ao fim da Guerra Fria, a Conferência do Cairo, em 1994, ocorreu em um contexto diferente das anteriores e, sendo constituinte do Ciclo Social das Nações Unidas, não aconteceu de maneira isolada. Uma outra diferença entre a Conferência do Cairo e suas antecessoras é a presença de uma maior pluralidade de grupos e atores políticos nas discussões propostas, dentre os quais se destacam os movimentos feministas, que pautaram os direitos reprodutivos das mulheres nas discussões populacionais (ALVES; CORRÊA, 2003). Pela amplitude de vozes presentes e ativas nos debates populacionais, as deliberações do Cairo apresentaram uma superação tanto da dicotomia entre natalismo e controlismo, assim como das proposições do conservadorismo moralista. Assim, o que se percebe é que o crescimento demográfico é tema de muita discussão e pontos de vista díspares porque envolve particularidades, provocando tensões, contradições e estudos necessários de diversas áreas do conhecimento científico acerca da temática.

2.1 Os estudos de população em geografia

A Geografia da População se estabeleceu enquanto um subcampo de estudos na ciência geográfica a partir da década de 1950. O anteriormente discutido crescimento demográfico mundial, a demanda por mão de obra, as desigualdades econômicas entre os países no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as migrações internacionais a partir dos anos 1970, podem ser apontados como motivações para que a população seja, a partir de então, objeto de estudo de um ramo específico dentro do campo disciplinar da geografia. No domínio das análises da Geografia da População, aparecem variáveis que possibilitam o estudo da dinâmica populacional, a saber: natalidade, fecundidade, mortalidade e migração (DAMIANI, 2011). Entretanto, a inserção destas variáveis no campo da geografia, se dará de formas e intensidades distintas. Se para os estudos migratórios, a Geografia da População apresenta um campo solidificado, para a variável mortalidade este campo teórico ainda é pouco expressivo, sobretudo quando são realizadas as interseções entre mortalidade e raça; observa-se um ocultamento quanto a mortalidade da população negra¹⁶.

¹⁶ No período de 2016.1 a 2018.1 atuei como monitora bolsista da disciplina Geografia da População - no Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre o conjunto de atividades desenvolvidas, foi realizado um levantamento dos manuais didáticos para a disciplina e, desde então, me chamou a atenção que a variável mortalidade se apresente pelo recorte demográfico, em números absolutos obtidos a partir de uma perspectiva estatística, desconsiderando as categorias sociais, como gênero, raça e etnia. Nos dados censitários, a mortalidade está relacionada à razão de sexo – mortalidade feminina e mortalidade masculina – e à faixa etária.

De acordo com Pierre George (1981), os estudos acerca da população na geografia restringiram-se a apresentar a distribuição quantitativa da população, com ênfase à noção de densidade. Entretanto, a constituição da geografia humana enquanto investigação da relação entre as sociedades humanas e o meio, regularmente traziam as questões populacionais como análise primeira dos fenômenos humanos.

No contexto da Geografia Clássica, Friedrich Ratzel estabelece propostas teóricas fundamentais para a organização epistêmica da Geografia Moderna (MORAES, 1990; CIRQUEIRA, 2015). A inovação do trabalho de Ratzel reside fundamentalmente na sistematização de estudos acerca da relação entre homem e meio, entre a sociedade e as condições ambientais naturais, isto é, a influência do solo sobre os povos que o ocupavam. As conexões entre o social e o natural propostas por Ratzel se inserem em um contexto de dissociação entre seres humanos e natureza no pensamento científico predominante e de limitação da Geografia às análises do meio físico (MORAES, 1990). A pretensão de Ratzel era, portanto, inserir o homem no campo de análise geográfica, ampliando a abrangência de estudos desta ciência mediante à inserção da relação entre os grupos e seus arredores naturais (CIRQUEIRA, 2015). Assim, os temas de interesse de Ratzel com significativo rebatimento na geografia foram a relação existente entre história e território e a configuração territorial no que tange à distribuição, expansão e deslocamento dos povos sobre o globo (MORAES, 1990; CIRQUEIRA, 2015). As contribuições de Ratzel permitem afirmar que, embora não seja o objeto de estudo fundamental, a população está presente no desenvolvimento da Geografia.

Paul Vidal de La Blache é outro autor cuja obra apresenta a população como componente de análise fundamental para o estudo geográfico. Da tradição francesa, La Blache mantém a concepção da geografia enquanto uma disciplina que objetiva a explicação da distribuição desigual de homens e coisas sobre a superfície terrestre. A partir dessas premissas, se apoia em Ritter e busca entender de que forma, nessas distribuições, se constituem as relações entre grupos humanos e seus meios¹⁷. É daí que surge a noção de “gênero de vida”, isto é, a relação ímpar instituída por um grupo específico com um meio (CIRQUEIRA, 2015). De acordo com Damiani (2011), em *Princípios de Geografia Humana*, Vidal de La Blache, ao observar as relações entre a terra e o homem indica a necessidade de entender a distribuição humana na superfície terrestre, analisando como se dariam as proporções numéricas na ocupação das diferentes áreas. Dessa forma, seja com a quantificação da distribuição espacial

¹⁷ Cirqueira (2015) ao analisar a inscrição da racialidade no pensamento geográfico, discorre sobre a ênfase dada à relação entre as características dos grupos sociais – notadamente a raça – e sua adaptação ao meio não somente nos estudos geográficos, mas também no pensamento científico do final do século XIX e início do século XX.

do homem ou com a análise histórica dessa ocupação, evidencia-se que para os autores clássicos, os estudos acerca da população tinham como objeto a sua distribuição pelo globo e os fundamentos das diferenciações destas ocupações.

Embora seja possível salientar algumas considerações acerca da população nos estudos geográficos clássicos, até meados do século XX, não havia obras específicas sobre Geografia da População. Até esse momento, a despeito da necessidade de obtenção de dados populacionais para controle e gestão territorial por parte dos Estados, os estudos populacionais eram incipientes e a população aparecia como dimensão introdutória nos manuais de geografia humana ou enquanto “primeira aproximação da diversidade espacial produzida pelo homem” (DAMIANI, 2011, p. 48). Nesse sentido, Bailey (2005) aponta que a diferenciação da população de diferentes áreas foi utilizada para caracterizar as populações e assim fundamentar os interesses coloniais, o que constata que, embora ainda não fosse institucionalizada, a geografia da população já era mobilizada para os interesses do Estado que, por sua vez, colaboraram para a institucionalização da geografia da população a partir da década de 1950. A Segunda Guerra Mundial, a restauração do continente europeu e o desencadeamento da Guerra Fria foram acontecimentos que posicionaram a população no foco das preocupações mundiais. No contexto de um mundo bipolar, os capitalistas buscavam entender a dinâmica da população para delimitar as possibilidades para a economia e os socialistas buscavam uma fundamentação para seus planos econômicos. Assim, o aumento da taxa de natalidade no período pós-guerra, o aumento do fluxo populacional entre países e a procura por mão de obra eram questões estratégicas para os Estados.

Para Noin (2005), de fato, a década de 1950 é um período de afirmação dos estudos populacionais no âmbito da ciência geográfica. Para tal afirmação, o autor se vale do lançamento de livros específicos sobre geografia da população, o aumento de pesquisas sobre o tema nas publicações e congressos de geografia, o aparecimento de cadeiras de população no ensino universitário de geografia. Ademais, os novos métodos e técnicas de levantamento de dados populacionais e sua disponibilização em diversos países também são fatores de fortalecimento e consolidação da geografia da população. Em consonância, Mormul e Rocha (2012), indicam que foram três as razões pelas quais os estudos populacionais tiveram consolidação tardia na geografia: lacuna dos dados populacionais, sobretudo em termos de espacialidade dos mesmos; ênfase nos estudos regionais e; o desenvolvimento tardio da demografia como influenciadora dos estudos populacionais na geografia. Quando estas limitações foram, em partes, superadas, os conceitos da disciplina foram multiplicados

simultaneamente ao reconhecimento da relevância das questões populacionais de maneira quase universal.

Segundo Bailey (2005), o período entre 1950 e 1970 foi o período de amadurecimento da geografia da população. O autor aponta que diversos geógrafos fizeram exposições conceituais sobre a geografia da população, como Glenn Trewartha¹⁸, Beajeau-Garnier e Wilbur Zelinsky, e em suas declarações afirmavam a importância desse subcampo para a geografia. Entretanto, não há homogeneidade nas concepções acerca da geografia da população no pensamento desses protagonistas da fase inicial.

Ao passo que Trewartha e Beaujeu-Garnier concebiam a geografia da população associada à tradição regional da geografia, o pensamento de Zelinsky estava relacionado à tradição sistemática da geografia, com uma abordagem menos ampla em relação às demais variáveis geográficas e voltada à temática da população, mas alicerçada em uma escala de análise abrangente buscando leis gerais, de maneira que suas proposições se inseriam no bojo das ideias positivistas do período. Assim, indica Bailey (2005) que a predominância do positivismo na época fez com que a proposta de Zelinsky sobressaísse, tanto porque se adequava ao padrão científico hegemônico, quanto porque correspondia aos interesses de uma ciência geográfica aplicada.

No período de 1950 a 1980, o acréscimo de quase dois milhões de pessoas na população mundial fez com que as obras de Pierre George (1975; 1981) e Jacqueline Beaujeu-Garnier (1980) tematizassem sobre o crescimento demográfico, bem como acerca da ocupação do ecúmeno, das desigualdades econômicas entre países, dos índices e taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, e sobre as migrações. Por outro lado, Zelinsky (1974) se dedicou à análise das características culturais e econômicas dos diferentes grupos humanos no espaço e contribuiu com a teoria populacional a partir de uma perspectiva qualitativa.

O estudo dos fenômenos populacionais à luz da geografia requer considerar a amplitude do seu campo de pesquisa, que congrega dimensões políticas, econômicas e culturais. Diante da confluência de elementos que compõem a população e influenciam em sua dinâmica, Zelinsky (1974) define a geografia da população enquanto:

[...] a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que se seguem suas próprias leis de

¹⁸ Acerca deste, Pérez (2010) atribui ao seu discurso, quando era presidente da Associação de Geógrafos Americanos, em 1953, a legitimação da geografia da população enquanto subcampo disciplinar da geografia. Nesse discurso, Trewartha afirmou que o enfoque da geografia da população é a diferença de população entre áreas.

comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos. ‘Lugar’, neste contexto, pode ser um território de qualquer extensão, desde alguns hectares até a superfície inteira da Terra. Em termos mais breves, o geógrafo da população estuda os aspectos espaciais da população no contexto da natureza global dos lugares. (ZELINSKY, 1974, p. 2).

Além da definição, o autor divide os aspectos estudados pelo geógrafo que se dedica à população em três categorias: fenômenos essencialmente biológicos, fenômenos de causa social, econômica ou cultural, e fenômenos que apresentam uma mudança dinâmica. Os fenômenos de caráter biológico são determinados pelas evidências de nascimento, hereditariedade ou pelo comportamento fisiológico dos indivíduos e, em grande parte, não podem ser controlados pelo grupo ou pelo indivíduo. Assim, agrupam o sexo, a idade e – aqui incluímos – a raça, reconhecendo métodos adequados para sua análise. A motivação da morte, a morbidez e as variadas formas de incapacidade física também podem ser acrescentadas, embora os fatores sociais e culturais desempenhem papel fundamental em sua determinação. Os dados populacionais são, no entanto, mais complexos e abrangem as dimensões social, econômica e cultural, e dessa maneira envolvem: características da família, do emprego, da habitação, da situação educacional, o local de nascimento e grupo étnico. A maior parte desses dados só pode ser encontrada em locais cujos serviços estatísticos são aprimorados (ZELINSKY, 1974). Por fim, os fenômenos de caráter dinâmico compreendem os eventos vitais que modificam a localização ou o contingente de indivíduos em uma determinada área, a saber: nascimentos, mortes e fluxos de entrada ou saída.

Ainda de acordo com o autor, as dinâmicas populacionais estão inseridas em um contexto histórico-social específico, envolvendo questões próprias da organização social de cada grupo humano. Por isso, as análises que compõem o campo da geografia da população não se limitam à quantificação do número de habitantes e das taxas demográficas de determinada área. Nesse sentido, concordamos com Damiani (2011), quando afirma que

não é a geografia da distribuição diferenciada da população no globo terrestre que aspiramos. A da primeira aproximação com o fenômeno humano, através das quantidades de população diversas. A que se vale da visualização de cores diferentes manchando cada país, ou cada lugar, para retratar num mapa, seu ‘lugar’ no universo das ‘diferentes’ quantidades de população. Observamos que esse quantitativismo leva à imagem superficial deste fenômeno social, para quem quer lhe captar, exatamente a essência qualitativa, as relações escondidas. (DAMIANI, 2011, p. 7).

De fato, se tratados de maneira holística, os dados demográficos possibilitam uma profunda análise da organização de certa unidade político-administrativa, uma vez que retratam

aspectos sociais¹⁹. De acordo com Beaujeu-Garnier (1980), os números são fundamentais para a interpretação das dinâmicas populacionais no espaço, mas devem ser considerados em seu contexto espaço-temporal para que não se realize uma falsa análise que desconsidere a dinamicidade dos fenômenos populacionais e os considere modelos genéricos de análise. Dessa maneira, é preocupante para a geografia uma comparação entre populações de espaços e tempos distintos puramente através dos dados estatísticos sem considerar as suas especificidades e demais elementos relacionados à população.

Considerando que os grupos humanos agem em relação com o ambiente natural e formam sociedades com características culturais, políticas e econômicas próprias, não há possibilidade de delimitação de modelos e padrões ideais nos estudos acerca da população. Nessa perspectiva, os índices sobre densidade demográfica explicitam a distribuição desigual da população no espaço e são resultantes da concatenação de aspectos naturais, econômicos, históricos e culturais (ZELINSKY, 1974; BEAUJEU-GARNIER, 1980; GEORGE, 1981). Indubitavelmente, as condições naturais interferem na organização e no desenvolvimento de um grupo humano, seja por condições climáticas ou geomorfológicas desfavoráveis à ocupação humana e às atividades sociais (BEAUJEU-GARNIER, 1980). Assim, o meio contribui para que o povoamento se dê de maneira diferenciada no espaço. Contudo, não se pode reduzir a análise e explicar os aspectos populacionais sob uma ótica determinista, na qual o meio condiciona toda a dinâmica humana em um espaço, pois o avanço do conhecimento e das técnicas permite que os grupos humanos modifiquem o meio físico para fins de ocupação, de maneira que se estabeleçam relações únicas entre um grupo e as condições naturais do espaço que habita.

Segundo Beaujeu-Garnier (1980), ao tratar da população, o geógrafo deve descrever os fatos considerando as condições ambientais, apurando suas causas, atributos e seus resultados. Para tal, o geógrafo pode se valer de instrumentos e informações provenientes de outras áreas do conhecimento, mas estes serão organizados conforme o seu objetivo. Em contraposição, Zelinsky (1974) indica que a geografia da população é a ciência que se interessa pelo modo nos quais os elementos populacionais variam ao longo do tempo, relacionando-se também com fenômenos não demográficos. Para o autor, as pesquisas nesse campo não podem se limitar à descrição de onde e como as pessoas vivem, porque o geográfico não é sinônimo de estabelecer

¹⁹ Foucault (2008) aponta que o surgimento de uma ciência de governo possibilitou um raciocínio político movido pelas questões econômicas e pelos problemas tangentes à população. Isso contribuiu fundamentalmente para o desenvolvimento de saberes como a estatística que surge para a contabilização, organização e análise dos dados da vida social. Assim, a população torna-se objeto maior da ação do Estado, porque o objetivo do governo será “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde etc”. (FOUCAULT, 2009, p. 170).

localizações. Tais afirmações são relevantes porque destacam componentes fundamentais do saber geográfico, como o espaço e o homem, mas sobretudo porque não limitam a geografia à uma descrição localizada dos fenômenos – no caso da geografia da população, a localização das pessoas –.

Outro fator capaz de interferir no povoamento de uma área é a economia, já que o crescimento econômico pode estar associado à formação de “vazios” ou agrupamentos populacionais. Afim de apresentar essa relação, Zelinsky (1974) defende o pensamento segundo o qual, nas sociedades industrializadas, a dimensão econômica atua de maneira mais incisiva nas dinâmicas populacionais do que os fatores naturais da área em questão. Para o autor, a economia é um aspecto constituinte da cultura, já que é modificada de acordo com diferentes sociedades que ocupam um mesmo espaço no decorrer do tempo. A partir dessa perspectiva, os grupos humanos têm maneiras diferentes de se relacionar e se apropriar do ambiente natural que ocupam, e de estabelecer os processos econômicos internamente. Ademais, o autor aponta que os fatores culturais interferem na distribuição populacional porque se estão associados aos valores constituídos em sociedade, como o papel social da mulher, a garantia de direitos reprodutivos, o número ideal de filhos por família, a idade ideal para o casamento e a reprodução, e as condutas conjugais. Para Beaujeu-Garnier (1980), a história de um grupo populacional também pode intervir em sua distribuição no espaço. A autora indica ainda que os índices de densidade demográfica resultam de fatores políticos, econômicos e naturais que, ao longo do tempo, levam à dispersão populacional. Em consonância, George (1974) realiza uma análise de acontecimentos históricos para construir uma linha argumentativa sobre a disparidade de povoamento intercontinental.

No âmbito da geografia, as dinâmicas relativas à população são analisadas a partir da associação de fatores econômicos, históricos, culturais e naturais, pois esse grupamento de ações partícipes age diretamente sobre as relações humanas no espaço e possibilita variadas interpretações para as dinâmicas populacionais em diferentes áreas. Assim, Zelinsky afirma que

[...] a população de qualquer região é o produto do mútuo intercâmbio entre a sociedade e o meio físico e, também – em grau ainda maior à medida que os grupos humanos alcançam maior progresso social e material – das ações intragrupos e intergrupos dos residentes dessa área. As equações adequadas à ligação dos determinantes físico, social e econômico com os resultados demográficos diferem radicalmente de lugar para lugar, em virtude das mudanças nas condições físicas e culturais, e, analogamente, mudam na mesma área com o correr do tempo [...] (ZELINSKY, 1974, p. 85).

A população é, portanto, um objeto de estudo em constante mudança, de maneira que diferentes taxas e variáveis são aplicadas para quantificação da dinâmica humana. É basilar que os dados estatísticos não sejam os únicos instrumentos de estudo populacional no seio de uma geografia que pretende realizar análises críticas. Isso não significa que os dados estatísticos tenham que ser descartados das análises da geografia da população, mas precisam ser considerados de maneira crítica, porque a simples apresentação de números não atende à complexidade da temática, sendo necessário averiguar outros fenômenos sociais que têm profunda relação com as dinâmicas em questão para, assim, construir uma explicação sólida sobre a sua ocorrência (DAMIANI, 2011). Apesar disso,

[...] na análise geográfica da população, a demografia, além de contribuir nos procedimentos de quantificação dos dados brutos de população, definiu material estatístico de cunho mais qualitativo, que teria auxiliado a Geografia na caracterização econômica, e no esclarecimento de tensões decorrentes das questões econômicas, no interior de marcos espaciais específicos (DAMIANI, 2011, p. 57).

Dessa forma, as análises puramente reflexivas também se deparam com impasses em suas exposições, sobretudo pela possibilidade do nível de abstração, de forma que o aporte numérico pode auxiliar no método de fundamentação das reflexões práticas.

A realidade de uma configuração social só pode ser desvendada quando as análises não se limitam aos dados informativos. Decerto, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os órgãos promotores dos Censos Demográficos desempenham um serviço fundamental para o conhecimento territorial e populacional de um país. Contudo, em estudos da geografia da população, a pura expressão da realidade a partir desses dados não basta porque não retrata a complexidade real, porque não abrange os demais aspectos que estão relacionados às dinâmicas populacionais.

O entendimento de que a questão populacional não está pré-determinada por fatores naturais, permite chegar à afirmação de que as ações do homem são fundamentais para a configuração populacional porque “o desenvolvimento do ser humano compreende a relação do homem com a natureza e a relação entre os homens” (DAMIANI, 2011, p. 78). Desse modo, “as sociedades humanas existem e modificam-se, mas são também ativas em imprimir sua marca, com maior ou menor força, em seu próprio ambiente” (BEAJEU-GARNIER, 1980, p. 5), construindo assim o espaço geográfico – objeto fundamental do pensamento geográfico – e as suas especificidades. Há, então, uma expressiva necessidade de reconhecimento da importância dos estudos demográficos, que se refere às análises de caráter estrutural, identificando transformações concretas na população, através da organização de dados

estatísticos. Mas há, sobretudo, uma necessidade de integrar os debates propícios aos estudos da geografia da população, numa vinculação com o estudo das formas de distribuição populacional no globo, identificando as interferências naturais e sociais que fomentam o deslocamento de pessoas e o estabelecimento de suas relações com o território.

Assim, incorporada pelos estudos geográficos, a demografia auxilia porque permite uma aproximação inicial com a dinâmica populacional, mas por si só não satisfaz às análises geográficas porque não abrange os demais agentes e estruturas sociais que compõem os fenômenos populacionais.

2.2 Corpos marcados para a morte: relações entre raça e mortalidade

Ainda que as questões relativas à população estivessem sempre presentes não só na geografia, mas também nos debates políticos e socioeconômicos em diferentes contextos temporais e espaciais – conforme anteriormente exposto –, nas consultas realizadas às referências básicas da geografia da população, o que se constata é que não há uma presença da variável mortalidade e, quando há, esta é apresentada como resultado numérico de um cálculo matemático. Se para as migrações e a fecundidade – sobretudo em associação ao crescimento populacional – há uma atenção dos estudos de geógrafos da população, o mesmo não acontece para a variável mortalidade. Assim, nesta seção, voltaremos às discussões acerca da mortalidade no campo da geografia da população, aprofundando a análise para além dos aspectos quantitativos.

De acordo com Zelinsky (1974), a população é um objeto de estudo que se modifica constantemente, de maneira que as taxas de natalidade, mortalidade, fecundidade, migração e outros cálculos são aplicados para dimensionar e quantificar as dinâmicas populacionais. No âmbito da geografia, para além da quantificação das pessoas, busca-se desenvolver explicações sobre esses dados em relação com outros fenômenos sociais de ordem política, cultural e econômica para, assim, apurar com maior rigor e profundidade a dinâmica populacional estudada (DAMIANI, 2011).

A taxa de mortalidade é uma estimativa matemática realizada anualmente que relaciona o número total de óbitos e o total da população em uma determinada área. O resultado é multiplicado por mil com a finalidade de evitar excessos decimais (BEAUJEU-GARNIER, 1980; DAMIANI, 2011). A morte é uma possibilidade para indivíduos independentemente da sua faixa etária, embora sua incidência seja mais comum ao organismo humano na velhice e no primeiro ano de vida. Dessa forma, para evitar o contraste das idades extremas, a taxa de mortalidade infantil expõe o número de crianças com idade inferior a um ano completo que

vêm a óbito (BEAUJEU-GARNIER, 1980). Já o índice geral de mortalidade é, primeiramente, um fator importante para o crescimento natural²⁰ de um dado recorte espacial porque é estabelecido a partir da relação entre o número de óbitos e a população total ao longo de um ano. Assim, a redução desse índice converte-se em crescimento do número total de habitantes.

Em meados do século XX, dentro de uma concepção desenvolvimentista acerca da população, os autores que apregoavam políticas de controle de natalidade para os países “subdesenvolvidos” utilizavam como justificativa para o crescimento populacional nesses países a introdução de métodos sanitários e médicos aplicados nos países “desenvolvidos” que não eram compatíveis com a realidade dos países mais pobres. Esses teóricos afirmavam ainda que o baixo investimento em desenvolvimento industrial se dava em detrimento de um maciço investimento em fatores relativos à demografia (como saúde, saneamento e educação), o que impulsionava o crescimento natural dessa população e, de acordo com eles, explicava a condição de “subdesenvolvimento”.

Dessa forma, as explicações para a redução da mortalidade nos países pobres eram mascaradas para fins geopolíticos de reforço e manutenção da lógica colonial, ocultando-se os fatores sociais, econômicos e políticos capazes de expressar a particularidade do desenvolvimento do sistema capitalista de produção nesses países. Ademais, a redução das taxas de mortalidade na América Latina, na Ásia e na África – respectivamente nas décadas de 1920, 1940 e 1950 – fez com que os órgãos internacionais e as pesquisas sobre a temática populacional evitassem tratar a questão da mortalidade, enfatizando os estudos acerca da fecundidade, já que se pautava a emergência pela redução da natalidade em países pobres (DAMIANI, 2011).

Embora a taxa de mortalidade seja resultante de um cálculo matemático, sua análise deve considerar elementos sociais que inevitavelmente estão associados à maior ou menor vulnerabilidade populacional à morte, como os fatores socioeconômicos, a qualidade de vida, o avanço da medicina e o acesso aos cuidados sanitários. Por certo, a partir de meados do século XIX há uma busca pela redução dos índices de mortalidade que se expressa pela higienização do ambiente hospitalar, do desenvolvimento de pesquisas para tratamento de doenças e o consequente controle das doenças infectocontagiosas. Aliada aos cuidados médicos, Damiani (2011) destaca as melhorias das condições sanitárias e do nível de qualidade de vida.

A partir de estudos da demografia histórica da Inglaterra e da França, Oliveira (1985) destaca que a mortalidade já apresentava certo declínio antes da coletivização dos grandes

²⁰ O crescimento natural ocorre em períodos nos quais a taxa de natalidade é superior à taxa de mortalidade.

avanços médicos. Assim, o autor aponta que direitos básicos concedidos ao trabalhador, como a instituição das férias, o seguro social e a redução da jornada de trabalho, associados à introdução de máquinas e equipamentos na produção em substituição ao trabalho humano em atividades exaustivas, são os fatores fundamentais na redução da mortalidade em um primeiro momento nos países desenvolvidos. Em concordância, Singer (1977 *apud* DAMIANI, 2011) indica que o decréscimo nas taxas de mortalidade dos países desenvolvidos é decorrência das alterações na constituição das populações que formam as classes sociais. Entretanto, os benefícios provenientes de tais avanços não correspondem a uma igualdade no acesso a estes serviços e melhorias, visto que as condições socioeconômicas são diferenciadas. Nesse sentido,

as condições de vida da periferia das grandes cidades revelam que seus moradores vivem seguramente um outro tempo histórico, em relação aos moradores abastados e bem servidos. O tempo histórico vivido por eles é o da falta de saneamento, dos esgotos expostos, da deterioração das condições médicas. Portanto, é preciso relativizar a generalização suposta das conquistas, ou reconhecer que os níveis de sua apropriação são bastante diversos. A mortalidade é *diferencial* e atinge especialmente os pobres. (DAMIANI, 2011, p. 33, grifo nosso).

Já na década de 1970, o geógrafo Pierre George (1975) aponta que os índices de mortalidade resultam também de diferenciações socioeconômicas. Segundo o autor, informações sobre doenças infectocontagiosas, o acesso à vacinação, a consultas médicas e hospitais especializados, acompanhados de uma educação para o cuidado com a saúde são fatores capazes de reduzir as taxas de mortalidade. Entretanto, a não disponibilidade desses serviços a todos os grupos populacionais faz com que as taxas de mortalidade e a expectativa de vida sejam reflexos das condições socioeconômicas. No caso da cidade do Rio de Janeiro – e do Brasil como um todo –, as diferenciações socioeconômicas são inegavelmente pautadas pela hierarquia racial, fato que faz com que pessoas brancas tenham melhores condições de vida do que pessoas não brancas, com destaque aqui para pessoas negras.

Até aqui apontamos as principais referências no campo da Geografia da População presentes nos cursos de formação em Geografia no Brasil²¹. E, ainda que, no campo analítico, os aspectos socioeconômicos apareçam como fatores de influência na mortalidade (GEORGE, 1975; DAMIANI, 2011), não há uma atenção destinada à análise da relação entre raça e mortalidade. Para aprofundarmos nessa relação, na análise que fazemos na sequência, apontamos outros referenciais contemporâneos – não necessariamente do campo da geografia

²¹ Chama atenção que os estudiosos da Geografia da População no Brasil – um país de formação colonial – não tenham se dedicado a realizar um estudo sistemático de questões relativas à raça, fator tão fundamental na nossa formação enquanto sociedade e nas dinâmicas próprias da população brasileira.

– que tratam diretamente da questão racial e da associação entre a mortalidade e a raça. Dessa maneira, reconhecemos que são diversos os aspectos que influenciam na mortalidade, dentre os quais no presente trabalho será dada maior atenção à raça, não desconsiderando que ela se relacione com outros condicionantes, mas reconhecendo que há no sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2002) uma estruturação que se fundamenta primordialmente no estabelecimento de um mundo de raças (MBEMBE, 2014) e, conseqüentemente, em uma hierarquia racial. Cabe salientar, entretanto, que aqui a raça não está sendo considerada enquanto determinação biológica, mas enquanto uma construção social engendrada para fins de classificação e dominação que atua na produção de desigualdades sociais. Assim,

A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social (...) a noção de raça, neste sentido, difere de outras noções ‘essencialistas’, como a de sexo, por exemplo, embora se preste às mesmas práticas discricionárias e naturalizadoras do mundo social, em pelo menos dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, porque a noção de raça não se refere a nenhuma diferença física inequívoca, como ocorre com a noção biológica de sexo (cuja naturalidade, para ser suplantada, precisa da noção de gênero). Segundo, porque a noção de raça classifica os indivíduos segundo critérios ambíguos, mas justificados numa teoria específica, em que a ideia de ‘raça’ é central (GUIMARÃES, 1999, p. 9-10 *apud* CARNEIRO, 2005).

A diferenciação racial enquanto marcador social é construída no contexto do colonialismo. A invasão e exploração de territórios, sobretudo nos continentes africano e americano, a escravização dos povos africanos e o extermínio de populações indígenas marcam uma modificação na ordem social mundial existente, a partir da qual é instituída uma nova configuração do sistema-mundo ancorada nos ditames de um capitalismo moderno, patriarcal, cristão, colonial e eurocentrado (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). O colonialismo foi, portanto, a condição necessária para o desenvolvimento da Europa e para o estabelecimento da ideia de modernidade (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016), cuja primeira experiência é a determinação do “eu” europeu superior ao “outro” não-europeu primitivo e inferior (DUSSEL, 1993). Assim, a modernidade funciona como um sistema de dominação através do qual é formada uma nova organização do mundo. Nesse sentido, Dussel (1993) refuta a ideia de um suposto “encontro de mundos”, pois, sendo pautada pelo processo de civilização e modernização europeia, a colonização representa o apagamento de outras formas de vida e de concepção do mundo. Além disso, a ideia de modernidade europeia se estrutura, nas palavras de Dussel (1993), em um “mito civilizador” justificado por um suposto projeto divino que lhe confere legitimidade e justifica as violências às quais o outro é submetido. Trata-se, portanto, de uma dominação de dimensão geográfica, geopolítica e mental,

já que “descobre” espaços, “conquista” corpos e controla o imaginário de outras coletividades (DUSSEL, 1993).

Ainda que a violência física tenha sido uma estratégia fundamental para domesticar corpos escravizados, o projeto colonial foi potencializado e fortalecido através dos instrumentos simbólicos de inferiorização e dominação, dentre eles a própria produção de conhecimento. No caso da geografia da população, chama atenção que seu caráter científico – inicialmente reconhecido na Europa – tenha desconsiderado analisar dinâmicas como a diáspora africana, o tráfico transatlântico ou os altos índices de mortalidade de pessoas negras nas colônias durante o período da escravidão, sobretudo por se tratar do continente cujo desenvolvimento se deu a partir do controle e da administração da vida – e da morte – de populações em outros continentes, através de participação direta e fundamental nas dinâmicas citadas. Os temas a serem tratados pela geografia da população, agora cientificamente reconhecida, refletem, portanto, a inscrição do eurocentrismo nesse subcampo.

Acerca do eurocentrismo, trata-se de “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes” (QUIJANO, 2005, p. 126), a partir da qual os europeus instituíram e justificaram a relação de dominação entre a Europa e as demais regiões e populações do mundo. Tal relação expropriou e impôs a cultura europeia às populações colonizadas, reprimindo as produções de significados, sentidos, expressões e de conhecimento. Dessa forma, a reprodução da dominação supracitada foi baseada na “crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental” (BARBOSA, 2008). É, portanto, a partir de um pensamento eurocêntrico que as temáticas de relevância são estabelecidas também nas análises da geografia da população, desconsiderando – ou ao menos inferiorizando – aquelas que não sejam produzidas desde a zona do ser²² (SANTOS, 2010 *apud* GROSFOGUEL, 2013), isto é, por pessoas que não são brancas ou porque as pesquisas se referenciam metodológica e conceitualmente em perspectivas não ocidentais.

Dentro desse novo sistema-mundo imposto pela colonização, a diferenciação entre aqueles que dominam e os que são dominados foi estabelecida a partir da ideia de raça (QUIJANO, 2005). Dessa maneira, o branco e o negro foram invenções ideológicas para sustentar o projeto colonial, de modo que a partir do olhar europeu sobre o mundo, o branco é

²² De acordo com Frantz Fanon (2020), o racismo é uma hierarquia global que determina superioridades e inferioridades, determinando assim a zona do ser, na qual os sujeitos são racializados como superiores e vivem em condição de privilégio racial, e a zona do não-ser, na qual os sujeitos são racializados como inferiores e vivem em condição de opressão racial.

sujeito legítimo e dotado de humanidade, enquanto o negro é *sujeito incompleto* (KILOMBA, 2020, grifo nosso) e destituído da condição humana. É dessa contraposição entre o eu (branco e civilizado) e o outro (negro e selvagem) que advém a estigmatização que recai sobre corpos negros²³. O estigma, conforme Goffman (2008), é um atributo de depreciação que expressa não apenas uma linguagem de atribuições, mas de relações, porque o atributo que se confere a uma pessoa, grupo ou segmento social é também o que caracteriza a legitimidade e normalidade de seu oposto. Na prática, ao branco civilizado e dotado de humanidade, se opõe o negro selvagem e animalesco que, portanto, deve ser controlado.

Nesse sentido, a partir de uma interpretação psicanalítica, Kilomba (2020) afirma que a figura do negro é criada como tudo aquilo que o branco não quer ser e detentora das características as quais o sujeito branco não quer ser associado. Ou seja, os aspectos ruins do ser branco são negados e transferidos para o externo, para o negro. Isso faz com que a branquitude perceba a si mesma “como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa” (KILOMBA, 2020, p. 37), ao mesmo passo que constrói socialmente o negro como personificação daquilo que representa perigo e ameaça.

Aliado a isso, a construção ideológica do branco enquanto um sujeito humano e social por excelência, implica diretamente na construção e concepção do negro como o *outro*, aquele que não cabe na ordem social vigente, de maneira que o negro não seja reconhecido e tampouco se reconheça enquanto sujeito social, porque nunca será suficientemente branco para tal. Em adição, o negro não se reconhece consigo mesmo, porque a busca pelo embranquecimento – independentemente da natureza desta²⁴ – resulta em um distanciamento daquilo que se é em prol daquilo que não virá a ser. Dessa maneira, o esvaziamento e inferiorização do ser negro e daquilo que dele provém, promove uma interiorização da subalternidade, como se esta fosse sua condição natural de existência. Trata-se, portanto, de um processo de anulação da individualidade e de controle do ser.

Nesse sentido, ao discorrer sobre a experiência do negro antilhano em território francês, Fanon (2020) aponta os danos causados diretamente pela colonização e pela hierarquia racial, seu mito fundador. Ao tratar da naturalização da inferioridade negra criada por meio do conceito de raça, Fanon (2020) apresenta a vida dos colonizados a partir da concepção de que estes buscam tornar-se o branco europeu em todas as esferas de sua vida, nas ações, nos pensamentos

²³ Reconhecemos aqui que essa estigmatização pelo marcador racial se estende a todos os corpos não-brancos. No presente trabalho, entretanto, nossa atenção está voltada para os corpos negros.

²⁴ Essa busca pelo embranquecimento pode se dar de diferentes maneiras, desde a negação de traços fenotípicos (alisamento capilar, técnicas de clareamento de pele, procedimentos cirúrgicos para redução de nariz e lábios etc) até uma completa imersão sociocultural no mundo dos brancos.

e na construção das relações sociais. Essa busca se dá em diferentes âmbitos, até mesmo por meio do branqueamento da população decorrente da constituição de relacionamentos com pessoas brancas numa tentativa de salvar a sua descendência do mal, corporificado na negritude. Assim, devido ao sistema de opressão a que foram submetidas, bem como na tentativa de inserção social, pessoas negras desenvolveram auto ódio, negando a si mesmas e supervalorizando aquilo que é próprio do branco. Isso se mantém, entretanto, em reciprocidade, pois o negro se vê inferior e o branco se vê superior, e ambos vivem em constante reafirmação dessas concepções acerca de si e do outro. A criação branca da inferioridade negra atravessa todas as experiências de mundo das pessoas negras tornando-se uma dominação psicológica em que

todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (QUIJANO, 2005, p. 130).

Com os ideais morais positivos concebidos como constituintes da identidade europeia e branca, se estabelece uma referência simbólica de relações sociais que tem como pressuposição a existência de uma superioridade natural em detrimento de outros grupos humanos, que foram considerados inferiores e não legítimos. À vista disso, a população não branca está em dissenso com o ideal de civilização que o desenvolvimento de uma nação demanda.

A colonização, sobretudo no Brasil, viabilizou o desenvolvimento do capitalismo mundial. Nesse sentido, Quijano (2005, p. 126) aponta que “só com a América [do Sul] pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para fins do mercado mundial” e tal afirmativa amplia o entendimento acerca do sistema colonial de maneira a não reduzi-lo a um negócio de exploração material, mas de considera-lo também enquanto um projeto de poder intersubjetivo que abarca as estruturas sociais, objetivando sua permanência no decorrer da história das sociedades.

Primeiramente, o colonialismo modificou o regime de funcionamento da escravização no mundo ocidental. No mundo antigo, a escravização continha diversos significados e nos permite destacar que, de maneira geral, as pessoas escravizadas detinham os mesmos direitos de que gozavam as pessoas livres, porque a finalidade da escravização não era uma produção social e econômica. É, portanto, nas Américas que essa escravização – outrora cultural ou doméstica, sem orientação para a exploração econômica de corpos escravizados – é

ressignificada e reconfigurada, e passa a ter como fundamento a lógica de exploração e dominação social, econômica e intersubjetiva. Santos (2015, p. 37) aponta que “o processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afro-pindorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas”. Dessa maneira, os povos indígenas e africanos foram submetidos a um processo de subjugação sistemático que teve como base da dominação simbólica, o fortalecimento de diferenciações raciais e a imposição da religião, que precediam e tornavam viável a violência física (SODRÉ, 2017).

A ideia de raça no sentido moderno nunca fora vista antes da conquista europeia da América (QUIJANO, 2005). A partir de então, a raça passa a ter como função principal a hierarquização de povos, classificando a superioridade de um povo em relação ao outro e legitimando a subordinação dos colonizados, um povo considerado inferior. A ideia de raça como um fator de distinção social aparece teoricamente fundamentada para que seja validada, produzindo identidades com conotação racial que demarcam hierarquias, papéis e lugares sociais. Dessa maneira,

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118).

No interior do sistema colonial, “a racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo” (QUIJANO, 2009, p. 107). A redefinição das identidades dos povos submetidos ao colonialismo foi mais uma das estratégias utilizadas para domesticação e normalização²⁵ (FOUCAULT, 2005), a partir da qual

²⁵ Segundo Foucault (2005), na concepção da governamentalidade, a norma é variável e pode ser aplicada tanto a um corpo individual que se deseja disciplinar, quanto a uma população que se queira regularizar.

as variadas autodenominações de povos indígenas foram reduzidas ao termo “índio”, da mesma forma que as diversas etnias do continente africano foram reduzidas a “negros”. Com as identidades desses povos apagadas e novas identidades genéricas lhes sendo impostas, garante-se o sucesso da colonialidade do poder²⁶ (QUIJANO, 2009) enquanto concepção de organização da sociedade e das relações intersubjetivas e materiais de domínio.

A criação do conceito de raça foi, portanto, determinante para a constituição de hierarquias sociais a partir da fragmentação do mundo entre aqueles que fazem parte da raça branca e as demais pessoas que não a compõem e que são, portanto, inferiores. Esse entendimento, conseqüentemente serviu como justificativa para a dominação de povos e territórios promovida pelos europeus. Assim, as características culturais, políticas, religiosas e fenotípicas de cada grupo foram classificadas e hierarquizadas como “raças”.

Junto à classificação racial acrescentou-se o mito da existência de um desenvolvimento linear, no qual a vida em sociedade tem início na selvageria, no estado de natureza pura, e resulta na civilização representada pelas sociedades europeias. Dentro dessa lógica, todos os outros povos e suas culturas foram colocados numa posição anterior à Europa, com negros próximos à animalidade irracional. Esse mecanismo de classificação foi fundamental para que a colonização se desse da maneira como ocorreu, porque desapropriar os povos de suas identidades e territórios possibilitou sua inserção na linha histórico-temporal criada pelos europeus e, em consequência, privá-los à posição de atrasados e inferiores para que pudessem ser explorados e expropriados de seus saberes e de suas terras.

De acordo com Quijano (2005), essa construção racial do mundo resultou na divisão social do trabalho no mundo colonizado, visto que indígenas e negros, postos em condição de inferioridade, foram respectivamente submetidos à servidão e à escravidão. O regime de trabalho forçado e árduo, junto às guerras, às doenças e à miserabilidade, resultou no genocídio dessas populações. Por outro lado, as riquezas geradas a partir da exploração de povos e territórios no chamado “Novo Mundo” forneceram bases para que a Europa se posicionasse como o centro hegemônico do capitalismo.

No Brasil, a relação estabelecida entre raça e divisão do trabalho firmou também a classificação social dos sujeitos, a ponto de seus impactos permanecerem sensíveis, mesmo com a independência do país e a abolição da escravidão. Essa manutenção deriva do fato de que as lutas de independência foram realizadas pelas elites para atender a seus próprios interesses e

²⁶ É importante destacar que colonialismo e colonialidade não são conceitos equivalentes. O colonialismo é o processo que se consuma no surgimento da colonialidade que, por sua vez, é uma apropriação subjetiva das ideias e fundamentos da dominação, conforme aponta Quijano (2009).

conservar as relações de poder já consolidadas. A partir desse momento, a exclusão social pautada em diferenciações raciais era resultado do colonialismo interno existente no país. De acordo com Quijano (2005), as elites dos Estados independentes tinham alinhamento com a burguesia europeia, a quem consideravam seus iguais em detrimento de negros, indígenas e mestiços que representavam a maioria populacional destes países. Dessa maneira, foi mantida a exclusão da população inferiorizada nas tomadas de decisão e nos espaços de poder, constituindo-se assim a existência de Estados independentes conjuntamente a sociedades coloniais (QUIJANO, 2005). Ou seja, com a eliminação do domínio direto dos nativos pelos europeus surge um novo domínio marcado pela exploração dos nativos pelos nativos alicerçados na naturalização da hierarquia racial.

Assim, a independência colonial funcionou não como um fator de emancipação para as populações consideradas inferiores, mas como uma ilusão, já que a construção dos Estados Nacionais antes coloniais esteve estreitamente associada à manutenção da lógica colonial. O período pós-colonial apenas fez emergir uma nova forma de invisibilidade para as populações inferiorizadas, pois, conforme afirma Mignolo (2007), as ideias de “raça latina” e “latinidade” funcionaram como uma forma de mascarar as diferenças ainda existentes por meio de uma identidade que supostamente homogeneizava a sociedade, mas que na prática provocava o silenciamento daqueles que, devido à sua raça, eram socialmente excluídos.

Em seguida a quatro séculos de um regime severo de controle e exploração dos corpos, de hierarquias e distinções raciais, a cor e os traços fenotípicos foram direta e implacavelmente associados a supostas condições estruturais biológicas dos grupos humanos considerados inferiores. Isso possibilitou que a explicação das desigualdades sociais pautadas pelo marcador racial fosse voluntariamente entendida como determinações naturalmente estabelecidas. Consequentemente, essa categoria passou a marcar posições sociais como consequência de um capital humano designado a ocupar lugares determinados na estrutura e na hierarquia social.

Mediante ao que foi exposto, no caso do Rio de Janeiro a população negra foi, desde o primeiro contato com as terras fluminenses, submetida à lógica escravocrata – da qual era o principal produto – que para pleno funcionamento dependia fundamentalmente de um conhecimento demográfico acerca da população escravizada. Florentino (1997), ao discutir o tráfico negreiro, aponta que um dos vieses de análise deste é aquele que o considera enquanto um fluxo demográfico²⁷.

²⁷ Segundo o autor, é possível analisar o tráfico negreiro também enquanto uma variável do cálculo econômico da empresa escravista colonial e como um negócio.

Nos estudos historiográficos acerca da escravidão no Brasil, até finais da década de 1950 prevaleciam análises que associavam a escravidão colonial a alguma benevolência e lhe atribuíam algum caráter humanitário. Tal equívoco começou a ser desmantelado na década de 1960 quando muitos autores destacaram as altas taxas de mortalidade e os baixos números de reprodução natural (FLORENTINO, 1997). Dessa forma, uma das bases do ideário da democracia racial (FREYRE, 2001) era desestabilizada porque, na verdade, “o sistema escravista era, antes de tudo, uma tanatocracia” (FLORENTINO, 1997, p. 53).

Compreendendo que a escravidão se sustentava por uma lógica empresarial com o objetivo de potencializar os lucros, Gorender (1978 *apud* FLORENTINO, 1997) aponta que se deve a esta lógica a tendência de declínio do contingente da população escravizada. Em termos populacionais, a preferência dos senhores que dominavam a escravidão era por pessoas do sexo masculino de idade adulta, mais apropriadas para o desempenho do trabalho pesado. Dessa maneira, o cenário é paradoxal porque se trata de uma economia que tem na agregação de pessoas para o trabalho a premissa fundamental para se desenvolver, mas ao mesmo tempo é caracterizada por um grande desperdício de mão de obra (FLORENTINO, 1997). Os altos índices de mortalidade acompanhados do baixo crescimento natural entre os escravizados (fato que se deve tanto à desproporção na quantidade de homens e mulheres, quanto às condições físicas precárias desses sujeitos) só são possíveis porque há um abastecimento externo dos corpos que geram o lucro da empresa escravista, isto é, o funcionamento da escravidão no Rio de Janeiro só era possível pelo tráfico de pessoas escravizadas pelo Atlântico.

A alta mortalidade, que deixava uma lacuna facilmente suprida pelo grande volume e baixo preço de pessoas escravizadas que aportavam no Rio de Janeiro, era uma realidade dos escravizados devido às situações de trabalho e abrigo a que eram submetidos. Florentino (1997) afirma que entre as enfermidades se destacam aquelas oriundas de traumas físicos, indicando a severidade do trabalho nos empreendimentos escravistas, e aquelas de caráter infecto-contagioso, associadas às longas travessias do Atlântico em condições insalubres dentro dos navios negreiros, visto que eram mais comumente encontradas nos nascidos em África.

Assim, o que se infere é que a exposição à morte foi condição imposta à população negra desde os seus primeiros momentos no Rio de Janeiro e os altos índices de mortalidade foram vistos com naturalidade porque o corpo negro representava apenas um produto que, quando não fosse mais utilizável, poderia ser facilmente descartado e substituído por outro corpo negro. O descarte de corpos negros se tornou tarefa comum e corriqueira na cidade. Um grande indicador de tal descaso e frieza para lidar com esses corpos é o “Cemitério dos Pretos Novos”, cujo espaço era destinado aos africanos escravizados recém-desembarcados dos navios negreiros e

que evoluíam a óbito antes de serem comercializados. Esse cemitério funcionou de 1722 a 1830, na região do litoral carioca que se estende da Prainha à Gamboa – o Valongo –, e estima-se que cerca de 30 a 40 mil corpos tenham sido sepultados ali (PEREIRA, 2007). A partir deste, em densa discussão, Pereira (2007) nos apresenta o Valongo como um lugar de horrores porque marcava a ida dos escravizados que sobreviviam à travessia do Atlântico para a senzala, bem como servia de depósito dos corpos daqueles que sucumbiam. Com base no autor, pode-se inferir que o Valongo era um espaço de convergência de múltiplas severidades, pois não só era o local no qual a condição de mercadoria dos corpos negros era ratificada pelo comércio que ali ocorria, como também naturalizava o descarte desses corpos sem qualquer rito ou cerimônia, na condição de objetos cuja função foi perdida.

Portanto, pelo tratamento dado a pessoas negras em vida e aos seus corpos após a morte no contexto da escravidão, infere-se que o corpo negro no Rio de Janeiro foi, ao longo do tempo, socialmente marcado por uma destituição de valor e um esvaziamento de sentido, de maneira que sua vida podia estar constantemente condicionada à luta pela sobrevivência e o seu corpo em uma condição de objetificação, até mesmo após a morte, quando era friamente descartado. Dessa forma, foi através da hierarquia racial que as relações sociais, políticas, econômicas e culturais se constituíram na cidade do Rio de Janeiro, de maneira que a raça não pode ser desconsiderada ou diminuída na análise de fenômenos populacionais como a mortalidade.

Quando nos reportamos ao período escravocrata na cidade do Rio de Janeiro, a mortalidade de pessoas negras chama atenção por seu volume e recorrência. Apoiando-se em Gorender (1978), Florentino (1997) afirma que a tendência ao decréscimo absoluto da população escravizada era condizente com a lógica empresarial do sistema escravista, cujo objetivo era a maximização dos lucros. Ainda que o desperdício de mão-de-obra possa parecer algo negativo para o sistema produtivo escravista, devido ao estabelecimento do tráfico de africanos, as substituições e reposições podiam ser realizadas com constância, rapidez e a baixo custo (FLORENTINO, 1997). De acordo com o autor, os escravizados eram majoritariamente adultos entre 15 e 49 anos, correspondendo a cerca de 50% a 70% da população escravizada. A predominância de pessoas adultas resultava, conseqüentemente, em maiores taxas de mortalidade nessa faixa etária e, em termos de seu envelhecimento, tratava-se de uma população em franco declínio. Para mensurar a relevância da mortalidade na demografia escravista, Florentino (1997) indica ainda que embora tenham sido importados cerca de 4 milhões de escravizados até o ano de 1850, no ano de 1872 havia apenas 1,5 milhão de escravizados no Brasil.

Em 1888, através da assinatura da Lei Áurea, foi institucionalmente determinado o fim do trabalho escravo no Brasil. Com a abolição, homens e mulheres, anteriormente escravizados e tidos como propriedade, tornavam-se livres. Contudo, o fim do sistema escravagista não garantiu à população negra plena cidadania. Em *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, Célia Azevedo evidencia a preocupação das elites com o que fazer com a população negra após o fim da escravidão e com como lidar com o grande contingente populacional de negros em um país governado por uma minoria de brancos ricos. Nesse contexto, acompanhando a abolição vieram discursos e práticas de controle e criminalização de conduta²⁸. Então, a população negra foi inserida na sociedade brasileira primeiramente como elemento de perturbação à ordem e não como sujeitos dignos de cidadania (FLAUZINA, 2017). Para além disso, o pensamento que vigorava entre a elite é de que a abolição da escravidão era um presente da boa vontade das elites à população negra que demandava, em reciprocidade, subserviência. No Brasil, portanto, a libertação “representou continuidade e a reposição de hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza” (SCHWARCZ, 2007).

No Rio de Janeiro, a desigualdade entre raças, dentre outros fatores, era evidenciada pela mortalidade. Nos anos finais do século XIX e ao longo do século XX, as cidades se tornaram o espaço central para o acesso à saúde e, conseqüentemente, a uma melhor expectativa de vida. A cidade do Rio de Janeiro, ainda que tenha apresentado melhorias em relação à saúde e à infraestrutura urbana, apresentava uma realidade de moradias superlotadas e insalubres, condições ideais para a propagação de doenças. Logo, o grupo populacional diretamente atingido por tais condições eram os negros recém-libertos. Os dados do Anuário Demográfico-Sanitário do Rio de Janeiro de 1908 indicam, aproximadamente, um total de 20 mortes a cada 1000 habitantes no período compreendido entre 1905 e 1907, números próximos aos de grandes cidades, como Nova York (16,76) e Paris (18,68). Entretanto, os números apresentam uma diferença fundamental quando a cor da população é considerada. De acordo com o Anuário de 1908, a população do Rio de Janeiro neste ano totalizava 825.812 pessoas, dentre as quais 686.250 eram brancas, 115.167 eram pardas e 24.395 eram pretas. Em relação à mortalidade, a

²⁸ No Código Penal de 1890, – promulgado antes mesmo da Constituição da República de 1891 – constam itens de criminalização da mendicância, da vadiagem e da capoeiragem. O capítulo XIII “Dos vadios e capoeiras”, artigo 402, consta como infração passível de prisão celular por dois a doze meses “Fazer nas ruas e praças publicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. Paragrapho único: É considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta”.

cada 1000 habitantes classificados como brancos, eram registrados 25 óbitos, ao passo que para as pessoas *'de cor'*²⁹, esse número era de 67 óbitos.

Esses dados explicitam as consequências do pensamento das teses de branqueamento que vigoravam no Brasil neste momento, inspiradas no pensamento europeu de que uma nação só poderia alcançar o desenvolvimento com uma população homogeneamente branca. Assim, para além do já construído imaginário de que pessoas negras deveriam buscar tornar-se brancas em seus hábitos e feições, foram promovidas ações diretas incentivadas, sobretudo, pelo Estado brasileiro. A tão aclamada miscigenação ou pluralidade racial no Brasil é, na verdade, resultado de um processo planejado para reduzir o quantitativo de pessoas negras e indígenas em terras brasileiras, promovendo gradualmente o embranquecimento da população. Para que esse processo se efetivasse, André (2008) aponta que três ações foram fundamentais: 1) a violência sexual praticada por senhores de escravizados contra mulheres negras e indígenas; 2) a realização de casamentos fora dos dogmas e ritos religiosos e; 3) a adoção de uma política externa de atração de imigrantes europeus, através da concessão de benefícios, como terra e acesso ao trabalho.

O que se percebe, portanto, é que não houve por parte das elites brancas que governavam o Brasil qualquer preocupação com a população negra recém-liberta e com sua inserção na sociedade. Pelo contrário, a existência de corpos não-brancos em território brasileiro circulando livremente representava um problema a ser solucionado. Dessa maneira, o que se consolidou foi uma maior vulnerabilidade da população negra à morte que, construída e naturalizada desde os primeiros momentos de pessoas negras no Brasil, se manteve ao longo do século XX, tanto porque à população negra – agora liberta – restaram as moradias insalubres, os trabalhos exaustivos, a ausência de direitos e a negação da inserção na sociedade enquanto cidadãos, quanto porque o mito da democracia racial foi demasiadamente propagado, sendo aceito até os dias atuais por muitas pessoas, mascarando as desigualdades que se fundamentam na diferenciação racial (NASCIMENTO, 2016).

Conforme já apontado, tais diferenças se manifestam em diversas dimensões, dentre elas a mortalidade. De acordo com o Atlas da Violência de 2020³⁰, no período de 2008 a 2018, os casos de homicídio de pessoas negras apresentaram um aumento de 11,5%, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%. O mesmo relatório indica que, no ano de 2018,

²⁹ Expressão utilizada no documento citado para se referir a pessoas pardas e pretas.

³⁰ O Atlas da Violência de 2020 foi divulgado no dia 27 de agosto de 2020, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), e pode ser consultado no link a seguir: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, da mesma forma que as mulheres negras representaram 68% do total de mulheres assassinadas no país. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, ano base 2015, evidenciou que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco, enquanto o Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em 2019, 79,1% das vítimas de intervenções policiais que resultaram em morte eram negras. Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) também corroboram com a afirmação de que há forte relação entre raça e mortalidade no Brasil, sobretudo se considerarmos a juventude³¹, pois a mortalidade de jovens negros representou 67,6% do total de óbitos dessa faixa etária no ano de 2019.

Na cidade do Rio de Janeiro, os dados acompanham a tendência nacional nas mais variadas dimensões. Quando voltamos atenção para o rendimento da população carioca, por exemplo, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, pessoas negras compõem mais da metade daquelas que não têm rendimento (51,3%), das que têm como rendimento até 1 salário mínimo (58,8%) e das que vivem com 1 a 2 salários mínimos (54,5%). Ao passo que correspondem a 18,3% e 12,7% daquelas cujo rendimento está entre 10 a 20 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos, respectivamente. Ainda de acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população negra carioca vive majoritariamente sem rendimento mensal fixo (34,2%). O fator rendimento é capaz de explicar, por exemplo, porque pessoas negras habitam majoritariamente em áreas periféricas, não só do ponto de vista das distâncias físicas, mas também – e talvez sobretudo – do acesso a serviços urbanos básicos, como saneamento básico, transportes, unidades de saúde, dentre outros. Isso fica ainda mais nítido quando analisamos a composição racial daqueles que residem nos “*aglomerados subnormais*”³², dos quais 66,19% são negros. Em levantamento realizado, constatou-se ainda que as mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro têm como trabalho principal os serviços domésticos, ao passo que os homens negros se inserem em ocupações mal definidas. Além disso, 50,1% da população negra carioca

³¹ Neste trabalho estamos considerando como juventude a faixa etária entre 15 e 29 anos.

³² O IBGE define da seguinte forma: “Setor especial aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica)”.

está entre o grupo de pessoas às quais foi negado o direito à educação ou que não teve a possibilidade de completar o ensino fundamental (IBGE, 2010). Analisados conjuntamente, os dados expostos nos fazem questionar o porquê de pessoas negras estarem majoritariamente inseridas em atividades laborais consideradas subalternas e distantes das posições de poder ou tomada de decisão.

Os dados aqui apresentados nos possibilitam inferir que há um forte comprometimento da qualidade de vida de pessoas negras, fato que se confirma com a significativa diferença de expectativa de vida encontrada entre diferentes grupos raciais. De acordo com os indicadores da Casa Fluminense³³, no ano de 2018, a expectativa de vida de pessoas brancas na cidade do Rio de Janeiro era de 73,22 anos, enquanto a de pessoas negras era de 62,28 anos. Assim, ainda que nos últimos anos a expectativa de vida no Brasil tenha apresentado crescimento, é importante reconhecer que a população não é um todo homogêneo e, como tal, demanda que suas dinâmicas sejam analisadas considerando as diferenciações produzidas pelas estruturas de poder intrínsecas à sociedade (QUIJANO, 2005).

De acordo com o Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), tendo como referência o ano de 2010, a taxa de mortalidade de jovens na cidade do Rio de Janeiro era de 7,52. Quando fazemos o mesmo cálculo considerando os recortes raciais, a taxa de mortalidade da população negra jovem chega a 10,88, quase três vezes mais que a da juventude branca (3,71), superando, inclusive, a média da cidade sem recortes raciais. Segundo o relatório “*Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida*”, promovido pelo IPEA, o indivíduo negro possui 23,5% mais chances de sofrer homicídio no Rio de Janeiro do que um indivíduo não negro. Os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) indicam que a mortalidade da população negra aumentou 56,9%, enquanto a da população não negra aumentou 12,4%, em um período de 20 anos (1999-2019).

Em consonância com os anteriores, os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) apontam que no ano de 2019, o número de vítimas da letalidade em decorrência da violência foi 70% composto por pessoas negras. Ressalta-se ainda que parte dessa letalidade violenta é provocada por agentes do Estado, dentre as vítimas dessas ações, 81% são negras. Há, portanto, na cidade do Rio de Janeiro, uma nítida correlação entre a variável populacional mortalidade e a categoria raça que se consolidou ao longo do tempo e que influenciou a configuração territorial da cidade ao mesmo tempo em que foi influenciada por esta. Para além disso, constata-se que tal correlação foi estabelecida, sobretudo, através de

³³ Os indicadores da cidade do Rio de Janeiro podem ser encontrados no link a seguir: <https://casa-fluminense.redesocialdecidades.org.br/br/RJ/casa-fluminense/regiao/rio-de-janeiro>.

ações do Estado que, atribuindo estigmas negativos e pejorativos a corpos e vivências negras, direcionou a estas pessoas políticas de controle, restrição, exclusão e criminalização.

Ora, se a mortalidade é determinada não apenas pela causalidade natural, mas também por fatores socioeconômicos, o que se percebe é que, devido às condições de vida a que é submetida, a população negra está mais exposta e vulnerável à morte. Assim, uma análise acerca da mortalidade da população em um país com histórico colonial como o Brasil, no qual os ônus sociais recaem majoritariamente sobre vidas negras, necessita considerar a raça não apenas como uma infeliz coincidência, mas como um condicionante fundamental das dinâmicas que direta ou indiretamente se vinculam à mortalidade. É nesse sentido que a análise aqui desenvolvida se direciona.

3. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO: O USO DO TERRITÓRIO E A CRIAÇÃO DE ESTIGMAS

Nesta seção a proposta é apresentar e discutir, através do diálogo com outros campos das ciências humanas, os embasamentos pseudocientíficos e sociais que influenciaram na constituição do pensamento racial brasileiro. Pensamento este que, ao construir estigmas sobre o corpo negro, direcionou as políticas públicas e orientou a gestão do espaço a partir da hierarquia racial.

O fim do século XIX e o início do século XX (1880-1930) são caracterizados pelo desenvolvimento de obras relevantes de intelectuais brasileiros analisando a realidade do Brasil, fato que se deve à necessidade da criação de uma identidade nacional para o país. Até então, por ser parte constitutiva do domínio português, não havia necessidade de aprofundar o debate acerca da identidade porque esta estaria também vinculada à nacionalidade lusitana. Com a independência, emerge a busca pela definição de uma nação e, conseqüentemente, de uma nacionalidade propriamente brasileira. A referência, notavelmente, eram as nações europeias e reproduzir a Europa nos trópicos – unificando a cultura, o povo e o território – tornou-se o objetivo das elites dirigentes do Brasil. Contudo, na perspectiva eurocêntrica, fundamentada no evolucionismo e no determinismo, o Brasil era um país condenado ao fracasso porque apresentava uma cultura inferior, assim como sua população composta por negros, indígenas e mestiços. Além disso, o país estava localizado nos trópicos que, por suas características climáticas, tratava-se de um meio adverso ao desenvolvimento de uma nação civilizada e propício à degeneração (MACHADO, 1995; CIRQUEIRA, 2015).

Ainda nesse período, o Brasil passava por mudanças complexas e profundas que foram fundamentais para o futuro do país. Dentre outras, destacamos a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), a partir das quais foi fomentada a confiança de que o Brasil estava seguindo em direção ao desenvolvimento e à civilização, através do abandono daquilo que representava o atraso e a barbárie. Essa modernização se inscrevia, não somente no imaginário dos brasileiros, mas também no espaço através das reformas urbanas nas capitais aos moldes franceses, o que alimentava as expectativas de que o país estaria, enfim, rumo ao progresso (CIRQUEIRA, 2015). Embora a esperança acerca do futuro agitasse o país, o caminho para se tornar uma nação moderna não seria tão fácil, sobretudo porque o modelo seguido era aquele advindo das nações europeias, cujas condições sociais e naturais eram completamente distintas da realidade do território brasileiro. Ademais, conforme aponta Cirqueira (2015), os ideais de progresso e civilização existentes à época se restringiam a uma pequena parcela da população – a saber, a elite branca –, de maneira que com as mudanças

acontecendo de maneira muito rápida, o que se encontrava pelo país eram realidades antagônicas em coexistência. Tratava-se, então, mais de “uma sociedade de agudos e sincrônicos contrastes do que mudanças radicais” (CIRQUEIRA, 2015, p. 40).

A coexistência dessas realidades opostas foi possibilitada pela chegada da ciência positivista que apaziguava as tensões da realidade por meio da instituição de novas formas de controle social, ao mesmo tempo que projetava expectativas de progresso e desenvolvimento para o futuro do país. Nesse sentido, Cirqueira (2015) aponta que a ciência positivista trouxe ao Brasil outras leituras sociais que não eram realizadas até então, dentre as quais aquelas vinculadas à raça têm maior impacto na realidade brasileira, já que a dimensão racial representava um dos principais obstáculos para a consolidação do projeto de progresso das elites brasileiras.

Embora ao longo do século XIX, a questão racial tenha sido pauta de discussão em diversos momentos, foi a partir da segunda metade do século, com os movimentos abolicionistas e a promulgação de leis que gradualmente eliminavam o trabalho forçado, que as insurgências dos escravizados se tornaram mais frequentes e fomentaram um temor das elites brasileiras que, para contenção desses corpos, se apropriaram de outras estratégias para manutenção da hierarquia racial. Nesse sentido, o fim da escravidão fez com que o regime de exploração máxima da força de trabalho e as assimetrias de poder nas relações sociais não fossem mais institucionalizados, demandando uma outra fundamentação para justificar práticas raciais de dominação. Daí emerge a apropriação do determinismo racial no contexto brasileiro. A historiografia indica que com o fim da escravidão, o determinismo racial – fundamentado pela ciência positivista – passou a organizar socialmente o país, conferindo naturalidade às disparidades raciais nos âmbitos sociopolítico e socioeconômico (SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976).

Dessa forma, advindas da intelectualidade europeia, as teorias raciais chegaram com força no pensamento social brasileiro e, aliadas ao evolucionismo social, – que estabelecia uma escalada das sociedades ao progresso – indicavam que as sociedades mais civilizadas e ordenadas eram aquelas cuja população era exclusivamente branca. Nesse contexto, o racismo científico ganha força e espaço entre os intelectuais da época. A ciência positivista associava aspectos fenotípicos – sobretudo relacionados à cor da pele – a qualidades morais e intelectivas, de maneira que negros, indígenas e mestiços foram considerados inferiores, frente à população branca europeia, concebida como civilizada e representativa do desenvolvimento humano. Uma outra dimensão considerada para pensar a identidade brasileira era o meio natural que, por suas características climáticas e pela imponência da natureza sobre as ações humanas, de acordo com

a perspectiva determinista, representava um obstáculo para o desenvolvimento do país. Essas duas dimensões de análise consideradas no período de consolidação da República e do estabelecimento de uma identidade brasileira não foram pensadas por aleatoriedade, mas porque, além de serem os fatores fundamentais de diferenciação com Portugal, eram também as razões mobilizadas para atribuir inferioridade e barbárie ao Brasil (ORTIZ, 2005 *apud* CIRQUEIRA, 2015). Com tais premissas postas, logicamente, o não desenvolvimento do Brasil se devia à sua composição racial inferior e às suas condições naturais que induziam à degeneração (CIRQUEIRA, 2015). Nessa perspectiva, o Brasil seria um país inviável, fadado ao atraso e à barbárie. Ou seja, o embasamento científico proposto para pensar o Brasil era incompatível com a realidade brasileira.

Frente a isso, as elites intelectuais do país se apropriaram das teorias raciais com originalidade, considerando o cenário brasileiro. Embora as teorias pautadas no racismo científico pudessem ser utilizadas para justificar hierarquias raciais, sua aversão à mistura de raças impossibilitava o projeto nacional aqui iniciado. De acordo com Schwarcz (1993), a solução encontrada pelos intelectuais brasileiros foi considerar os aspectos favoráveis à realidade territorial, social e racial do Brasil. Dessa forma, do darwinismo social foram apropriadas as diferenças entre raças e a naturalização da hierarquia racial, enquanto do evolucionismo social, enfatizou-se a ideia de que as raças humanas não eram fixas e definitivas, mas passíveis de evolução ao longo do tempo. A originalidade do pensamento racial brasileiro consistia, portanto, em atualizar aquilo que correspondia à realidade do país e descartar aquilo que comprometia a argumentação que se pretendia construir. O pensamento racial europeu transportado para o Brasil não foi apropriado inteira ou aleatoriamente, mas crítica e seletivamente para servir à identidade nacional pretendida, amparando-se nas relações sociais hierárquicas que já estavam consolidadas (SCHWARCZ, 1993).

As perspectivas advindas das teorias raciais europeias fizeram com que no pós-abolição a população negra fosse enxergada como um problema para a nação e se tornasse objeto de interesse dos estudos dos “homens de ciência”, com o objetivo principal de entender e superar os males advindos desse grupo (SCHWARCZ, 1993). Nesse sentido, Munanga (1999) destaca que o pensamento acerca da população recém-liberta se mantinha considerando-os de maneira coisificada e como força animal de trabalho, e esse fato constituía um problema para pensá-los como parte constituinte da nação e da identidade brasileira. Na perspectiva determinista do darwinismo social, outro problema no Brasil era o expressivo contingente populacional de mestiços. Se apresentar “raças puras inferiores” era um fator limitante ao desenvolvimento, a mestiçagem era o ápice da degeneração que surgia como materialização do cruzamento

indesejável entre tipos diferentes³⁴. O principal defensor dessa ideia era Arthur de Gobineau, para quem os brasileiros eram mestiços repletos de sangue negro, destituídos de civilização e incapazes de conquistá-la em algum momento, devido à degeneração intrínseca à hibridização racial (SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976)³⁵.

Os teóricos brasileiros adeptos do racismo científico – e de suas conseqüentes teorias raciais – e que buscavam adequar os pressupostos racialistas à realidade brasileira viam-se, portanto, na obrigação de pensar a miscigenação e discutir o lugar do mestiço na sociedade e na consolidação da identidade nacional brasileira. A questão posta era que o mestiço não representava uma unidade racial, mas era o produto final do cruzamento entre raças. Nesse contexto, como já mencionado anteriormente, pensar a nação implicava também pensar os aspectos raciais do país, já que nos modelos de nação bem sucedidos, a unidade racial – juntamente com a língua e o território – era um elemento fundamental na constituição dos Estados Nacionais e na concepção de nação. Dessa maneira, com um grande contingente populacional que não se inseria na classificação das “raças puras”, a construção da ideia de nação e a formulação de uma identidade nacional para o país foram necessariamente atravessadas pelas discussões sobre raça e, mais especificamente, sobre a unidade racial. Apesar das características climáticas e populacionais brasileiras, os modelos deterministas raciais alcançaram grande popularidade entre os teóricos nacionais e, entre concordâncias, discordâncias, reformulações e ressignificações, foram aplicados para pensar a viabilidade de um projeto de nação marcada pela mestiçagem (SCHWARCZ, 1993; CIRQUEIRA, 2015).

Nesse contexto em que os discursos raciais se fundamentam no darwinismo social para planejar o desenvolvimento nacional, a miscigenação era tema de disputa entre as elites intelectuais brasileiras. A mestiçagem – considerada um problema pelos teóricos do determinismo racial – a partir da participação do então diretor do Museu Nacional, João Baptista Lacerda, no Congresso Universal das Raças de 1911, em Londres, tornou-se uma esperança para o Brasil, através da tese de embranquecimento gradual da população brasileira

³⁴ Os deterministas raciais desenvolviam suas teses sobre a temática racial ancorados em uma antropologia profundamente vinculada às análises e interpretações biológicas. Esse conhecimento acerca das raças para subjugar e, se possível, extinguir raças inferiores resultou na eugenia, o aspecto prático do darwinismo social, “uma administração científica e racional da hereditariedade” (SCHWARCZ, 1993, p. 79).

³⁵ Com a publicação de “A Origem das Espécies”, em 1859, por Charles Darwin, as discussões acerca da origem da humanidade ganharam novos contornos. Enquanto monogenistas assumiam a evolução para explicar a diferenciação hierárquica existente apesar da origem una da humanidade, poligenistas destacavam que o tempo de separação entre as espécies humanas era longo o suficiente para que estas apresentassem características diversas. Esse grupo, para além da seleção natural, propunha pensar sobre a mestiçagem e a degeneração social e racial advindas desta (SCHWARCZ, 1993).

(LACERDA, 1911 *apud* SCHWARCZ, 1993)³⁶. De acordo com os argumentos de Lacerda, a configuração miscigenada da população brasileira naquele momento representava uma fase de transição em direção ao branqueamento total da população, através do cruzamento de raças, no qual prevaleceriam os traços da raça superior. Ou seja, a proposta apresentada era que em cerca de um século, o Brasil – outrora miscigenado – tornar-se-ia um país inteiramente branco. É também a partir das proposições de Lacerda que se torna possível associar o branqueamento da população com a propagação da imagem do Brasil como um paraíso racial, um país cuja construção populacional indicava uma índole pacífica e cordial. Tal construção será posteriormente reforçada e defendida por Gilberto Freyre.

A visão da mestiçagem como uma etapa transitória para alcançar o desenvolvimento nacional e o branqueamento da população, também estava presente nas proposições de Sylvio Romero, autor que contrariou a visão hegemônica da época ao apontar que o mestiço seria o sujeito genuinamente brasileiro, ao passo que os outros grupos existentes no país – africanos, portugueses e indígenas – aqui estariam na condição de forasteiros. Para o autor, a construção da nação brasileira, assim como a mestiçagem, estava ainda em processo de fazer-se, em formação, não apresentando ainda caráter definitivo (CIRQUEIRA, 2015). Contudo, partindo de uma visão crítica e pessimista em relação à de Lacerda, o pensamento de Sylvio Romero apontava para uma maior dificuldade e incerteza quanto ao resultado da mistura entre diferentes povos. Se para Lacerda, a transição racial brasileira aconteceria em cerca de um século, Sylvio Romero chega a mencionar seis ou sete séculos e até mesmo a colocar sob dúvida a possibilidade de que grupos raciais não brancos cheguem a desaparecer completamente (MUNANGA, 2004).

De acordo com Munanga (1999), outros pensadores da época apresentavam análises antagônicas às proposições de Sylvio Romero. Nina Rodrigues, pessimista em relação à formação de uma identidade nacional única, propunha a institucionalização das diferenças, através de alterações na responsabilidade penal, de maneira que fosse reconhecida a diferença no nível de desenvolvimento psíquico entre a raça branca e os demais grupos raciais existentes no Brasil. Em linha de pensamento completamente oposta à de Sylvio Romero, Nina Rodrigues

³⁶ A obra “A redenção de Cam”, de Modesto Brocos, é uma expressão visual da tese do embranqueamento gradual da população que se pretendia no Brasil. No quadro estão presentes, da esquerda para a direita, uma senhora negra que ergue as mãos e direciona o olhar ao céu, ao lado de uma mulher de tom de pele mais claro que segura um bebê branco no colo. Sentado ao lado da mulher está um homem branco que olha para a criança com admiração. As mulheres e a criança representam as gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco e a figura do homem branco surge como o elo necessário para o branqueamento da descendência da senhora negra e, conseqüentemente, sua redenção.

acreditava que a mestiçagem resultaria em um enegrecimento da população brasileira e não no seu branqueamento. Ademais, o pensamento do autor fundamenta-se no determinismo geográfico ao supor que o processo de branqueamento do país teria uma limitação imposta pelas condições climáticas e somente seria possível em áreas cujas características fossem favoráveis à presença da população branca. Dessa forma, o autor “temia a possibilidade de um Brasil racialmente dividido entre o sul branco e o norte mestiço” (MUNANGA, 1999, p. 57).

Em Euclides da Cunha também se destaca o pessimismo, visto que o autor não acreditava que a mistura de raças resultaria em uma nação futuramente branca, mas mestiça e, conseqüentemente, degenerada. Resgatando o argumento da hereditariedade já presente no pensamento de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha defende que o desequilíbrio do mestiço deriva da mistura entre raças inferiores e superiores. Ademais, embora acreditasse não haver uma unidade racial no Brasil, o autor defende que o sertanejo era uma raça autêntica, a partir da qual o Brasil poderia se firmar enquanto nação. Assim, diferentemente de Sylvio Romero, Euclides não acreditava que o branqueamento gradativo da população pudesse resultar na constituição da identidade nacional, pois para ele a raça brasileira seria advinda da raça sertaneja (MUNANGA, 1999).

Já Oliveira Viana, valendo-se de projeções demográficas, tinha como tese principal a arianização da população brasileira no futuro. Para o autor, os mestiços não eram uma raça homogênea entre si, mas podiam ser diferenciados em inferiores e superiores. Esses últimos, mais próximos e suscetíveis à arianização, deviam buscar distanciar-se de seus meios nativos. De acordo com Munanga (1999), Viana é uma figura de destaque na ideologia racial brasileira que se caracterizava pela crença no branqueamento, que seria possível tanto pelo aumento da população branca devido ao incentivo governamental à imigração europeia, quanto pela mestiçagem crescente, que reduziria a presença de negros e indígenas. Dessa forma, assinalava que não havia dos pontos de vista político, social e econômico qualquer problema colocado pela diversidade racial existente no Brasil, já que esses diferentes grupos conviviam em igualdade e harmonia. Para o autor, as problemáticas impostas pela diversidade racial eram de cunho antropológico e psicológico, impossibilitando a definição de um tipo racial nacional (MUNANGA, 1999).

Para validar sua crença na progressiva arianização da população brasileira, Munanga (1999) destaca que Oliveira Viana fez uso constante dos recenseamentos e os interpretava de maneira tendenciosa, não se preocupando em explicar sociologicamente as questões raciais que permeavam os dados demográficos da época. Dessa maneira, o autor interpreta a redução da população de negros e mestiços entre os anos de 1872 e 1890 desconsiderando a alta

mortalidade, resultante das condições de precariedade em que tais grupos viviam. Com a mesma limitação, Oliveira Viana interpretou o crescimento da população branca no mesmo período negligenciando a imigração europeia e justificando tal aumento apenas pela inserção do sangue ariano na população brasileira.

Cirqueira (2015) aponta que outra questão fundamental presente no pensamento de Viana era o meio tropical degenerante. Assim, a saída encontrada pelo autor para lidar com os efeitos negativos do clima sobre as raças brancas foi a relativização desses efeitos e, amparando-se no possibilismo de La Blache (MACHADO, 1995), acreditava que se a distribuição de imigrantes europeus fosse realizada considerando bases científicas, o meio tropical seria não um fator limitante, mas um horizonte de possibilidades (CIRQUEIRA, 2015).

A partir da década de 1930, após um período de discussões acerca da temática étnico-racial fundamentadas nas premissas da ciência racista e caracterizadas pelo anseio das elites nacionais em branquear a população, há uma mudança no olhar de letrados e cientistas no país acerca da questão racial. Tal mudança se deve ao contexto histórico, no qual a sociedade brasileira atravessava profundas mudanças, com os caminhos para o desenvolvimento já delimitados e orientados pela atuação do Estado. Simultaneamente, a impossibilidade de transpor diretamente as teorias racistas à realidade brasileira provocou certa descrença em sua aplicação no país (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993; CIRQUEIRA, 2015). Isso fez com que a temática não fosse mais pensada objetivando um branqueamento gradual através da mistura racial, mas admitindo a presença de negros, mestiços e indígenas na composição da sociedade brasileira, a solução seria a assimilação desses grupos por meio da miscigenação.

A obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, publicada em 1933, representa essa mudança de perspectiva. Ao narrar a relação cotidiana da casa-grande dos engenhos nordestinos com a senzala, o autor reconhece a existência de uma interação entre esses espaços antagônicos capaz de torná-los parte de uma única realidade cultural e social. Um dos aspectos que propiciou tal integração foi o desequilíbrio populacional entre homens e mulheres, devido à ausência de mulheres brancas, o que, por sua vez, teria fomentado a ocorrência de relações sexuais entre senhores de engenho brancos – considerados benevolentes e flexíveis – e suas escravizadas negras e indígenas (MUNANGA, 1999).

Nesse contexto, ainda que as relações sociais de poder se mantivessem dentro da lógica hierárquica e assimétrica, teria sido criada uma certa confraternização entre sujeitos com posições sociais tão antagônicas. Dentro da perspectiva de Freyre, portanto, a miscigenação não era um problema para o Brasil, mas um fator que diminuiria a distância entre a casa grande e a senzala e colocaria fim às inquietações relativas à heterogeneidade racial. Assim,

diferentemente das abordagens anteriores – que viam a mestiçagem com negatividade e como fator de indução à degenerescência –, a proposta de Freyre

desloca o eixo da discussão, operando a passagem do conceito de “raça” ao conceito de cultura. Como escreve Renato Ortiz, essa passagem permite um maior distanciamento entre o biológico e o cultural, bem como elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço (MUNANGA, 1999, p. 78).

Há na abordagem de Freyre uma nova proposta acerca da presença de negros, indígenas e mestiços no Brasil, retirando-os da condição de inferiores e obstáculos ao desenvolvimento da nação – concepção que predominava anteriormente –, através de maior atenção às suas contribuições na formação da sociedade brasileira (MUNANGA, 1999; CIRQUEIRA, 2015). Embora a perspectiva de que a identidade brasileira era composta pela mistura das três raças não fosse uma ideia nova, a interpretação da mestiçagem como algo positivo conferiu originalidade ao pensamento de Gilberto Freyre.

De acordo com Costa e Silva (2009), ainda que a obra de Freyre trouxesse perspectivas teóricas inovadoras, sua relevância foi, em grande parte, alcançada pelo contexto em que foi publicada. O país experienciava as investidas nacionalistas do governo de Getúlio Vargas, sobretudo através da valorização do nacional, categoria em que foram inseridas as práticas e manifestações culturais de grupos considerados – até então – inferiores (CIRQUEIRA, 2015). Assim, tratando a mestiçagem como um fator positivo do Brasil, Freyre traz novas perspectivas para a definição da identidade que há muito era discutida. A grande contribuição da obra de Gilberto Freyre, no entanto, foi a ideia de que o Brasil desenvolveu uma saída única e original para lidar com a multiplicidade e incompatibilidade de raças, através da convivência harmônica entre os diferentes grupos raciais que, com suas distintas contribuições culturais, teriam dado origem também a uma mistura no campo cultural (MUNANGA, 2004).

Embora não tenha usado o termo “democracia racial” em sua obra, os escritos de Freyre foram fundamentais para a consolidação dessa ideia no imaginário social acerca das relações raciais no Brasil. Ao defender que a essência brasileira resulta de uma mistura entre as diferentes raças, destacando as contribuições positivas de cada uma destas raças, ao mesmo tempo que apresenta a casa grande e a senzala, o senhor e o escravizado como partes antagônicas que se complementam, indiretamente, Freyre fundamenta a democracia racial.

Portanto, a mestiçagem ocupa posição central no pensamento de Freyre porque, através da construção da imagem de uma harmonia racial, os questionamentos e debates acerca das relações de poder que são estabelecidas por meio da hierarquia racial são diminuídos. Assim,

pela capacidade de nivelar e solucionar os desarranjos entre negros, indígenas e brancos, a mestiçagem teria possibilitado a formação de uma identidade nacional brasileira e o mestiço seria a personificação dessa convivência racial harmoniosa (HOFBAUER, 2006; CIRQUEIRA, 2015). No entanto, a leitura promovida pelo autor mascara a realidade da formação social brasileira acerca da temática racial, sobretudo, porque minimiza na análise as relações assimétricas de poder entre senhores e escravizados que deram origem à mestiçagem em terras brasileiras, omitindo não apenas a hierarquia racial, mas também a estrutura patriarcal que fundamentou a miscigenação. Assim, uma interpretação da miscigenação como um fator positivo, independentemente do viés pelo qual isso seja feito, mascara a crueldade com que esse processo se deu.

Nesse sentido, a democracia racial – que se ancorou nos pressupostos de Freyre – correspondia a uma análise superficial e limitada da realidade porque não havia uma relação de igualdade entre os grupos raciais envolvidos, pois enquanto negros e indígenas sofriam com as explorações e os massacres do processo de escravização, os brancos se beneficiavam do regime escravista, configurando-se como o grupo detentor do poder em diferentes níveis (NASCIMENTO, 2016). Assim, a exaltação de uma suposta harmonia racial no Brasil tem consequências diretas, porque

(...) encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 1999, p. 80).

Dessa forma, o mito da democracia racial foi inicialmente mobilizado pelas elites brancas brasileiras com uma dupla intenção: i) ocultar as desigualdades intrínsecas à formação da sociedade brasileira no cenário internacional; ii) legitimar a institucionalização da hierarquia racial, pois mediante à propagação de uma falaciosa igualdade entre as raças, a negação de acesso às oportunidades e aos direitos fundamentais das pessoas negras, poderia ser tratada a partir de uma perspectiva meritocrática, retirando do regime escravocrata que fundou a sociedade brasileira qualquer responsabilidade pelas disparidades perpetuadas no Brasil.

A ideia de uma democracia racial implica diretamente no apagamento da memória e das consequências da escravidão. Em *“O genocídio do negro brasileiro”*, Abdias do Nascimento expõe detalhadamente as manipulações realizadas para a construção de um argumento que aponta a mestiçagem como fator explicativo do convívio harmonioso entre as raças no território

brasileiro, bem como apresenta a sua visão de que esse incentivo à mistura de raças no país era, na verdade, uma estratégia de genocídio contra a população negra.

Dentre as estratégias utilizadas para concretizar o genocídio estava o branqueamento da população brasileira, dinâmica na qual destaca-se o estupro da mulher negra pelos brancos. Dentro da lógica escravista, a mulher negra escravizada não era percebida por seu senhor como alguém digna de afeto, mas como um corpo-objeto cuja função era servir aos seus interesses. Dessa maneira, a mestiçagem resultante das relações entre senhores e mulheres escravizadas não ressignifica a lógica social existente à época, conforme induz a crença na democracia racial. Pelo contrário, as hierarquizações raciais – e de gênero, em intersecção – estabelecidas são reforçadas por meio da apropriação do corpo de mulheres negras não apenas para a realização do trabalho forçado, mas também para a satisfação sexual do homem branco.

Para a defesa e o endosso do branqueamento da população brasileira, outra ferramenta utilizada foi a demografia. No primeiro momento, a demografia serviu para reforçar a narrativa de que o expressivo contingente populacional negro ameaçava o progresso do país e, assim, justificar a necessidade de se dedicar a conter o crescimento desse grupo populacional. Depois foram utilizados os dados da composição racial da população brasileira, enfatizando a redução da população negra para sustentar a afirmação de que, gradualmente, a população brasileira estava embranquecendo. Dados organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentam a seguinte composição racial entre os anos de 1872-1960:

Tabela 1: Evolução da população brasileira, segundo a cor (1872-1960)

Cor	1872	1890	1940	1950	1960
Branco	3.787.289	6.302.198	26.171.778	32.027.661	42.838.639
Pardos	4.188.737	5.934.291	8.744.365	13.786.742	20.706.431
Pretos	1.954.452	2.097.426	6.035.869	5.692.657	6.116.848
Amarelos	0	0	242.320	329.082	482.848
Sem Declaração	0	0	41.983	108.255	46.604
Total	9.930.478	14.333.915	41.236.315	51.944.397	146.521.661

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A partir desses dados é possível identificar a redução gradual da população preta na composição total da população brasileira, bem como o crescimento da população branca. Outro fator que chama a atenção é o aumento do quantitativo de pardos, símbolos da mestiçagem brasileira e do gradual embranquecimento populacional no país. Contudo, os dados expressos acima não podem ser interpretados sem considerar as distorções que carregam implicitamente. A dominação de pessoas negras por pessoas brancas não se deu apenas na dimensão física, mas mediante construção do branco como sujeito legítimo e dotado de humanidade, também se

manifesta como uma dominação do ser, fazendo com que o negro negue a si e busque aproximar-se daquilo que é próprio do branco. Dessa forma, Nascimento (2016) destaca que no contexto do censo demográfico, negros declaravam-se como sujeitos brancos, pardos ou mestiços para escapar das crueldades sociais a que eram submetidos no Brasil. Portanto, as estatísticas sobre a população serviram como um instrumento de justificativa e também de reforço para a ideologia do branqueamento vigente no país.

Com a libertação dos escravizados em 1888, as elites brancas não se preocuparam com a integração política e econômica do negro à sociedade, mas sim com a ameaça que a presença de um grande contingente negro livre representava para a branquitude. Assim,

Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos “livres”, e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o “problema” só podia ser, como de fato era, cruamente *racial*: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita como “inferior” (NASCIMENTO, 2016, p. 81).

Como já mencionado, uma das saídas encontradas para a resolução desse problema foi o estupro da mulher negra pelos homens brancos, fato que resultou nos tipos raciais mistos. Acerca disso, Nascimento (2016) destaca a figura do mulato, que seria o primeiro passo no caminho do embranquecimento da população brasileira. Figura representativa da harmonia racial brasileira no pós-abolição, o mulato foi confiado ao desempenho de funções de confiança de seus senhores durante o período da escravidão. Esse fato, entretanto, não o isentou de ser tratado como inferior na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016).

O autor destaca que uma estratégia fundamental para a consolidação do genocídio negro foi criação de uma narrativa que, ao relativizar a crueldade do sistema escravocrata no Brasil, atribuiu uma suposta benevolência à influência do cristianismo. Na prática, entretanto, o que se verifica é uma atuação das instituições cristãs no sentido de favorecer e justificar a escravidão como “desígnios divinos”, conforme pregação do padre Antônio Vieira aos escravizados na Bahia, em 1633:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos [...] porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar (OLIVEIRA, 1969 *apud* NASCIMENTO, 2016).

No mesmo sentido, o pastor inglês Morgan Goldwin apregoava que os escravizados deviam servir a seus senhores, como se estivessem servindo a Deus, confiando que seriam

recompensados em um mundo celeste pela lealdade na prestação de serviços em terra (OLIVEIRA, 1969 *apud* NASCIMENTO, 2016). Dessa forma, a atuação do cristianismo foi tanto uma incentivadora, quanto um braço fundamental da brutalidade do sistema escravista.

A contraposição à narrativa da benevolência do sistema escravista pôde ser estabelecida através de breve análise das dimensões utilizadas como argumento. À bondade cristã, estava intrínseca uma função disciplinar do corpo negro; o discurso de preservação da cultura africana, mascarava os mecanismos de controle social e a alta taxa de mortalidade dos escravizados; e contra a falácia da generosidade do senhor para com seus escravizados, testemunham os descuidos a que estes eram submetidos, resultando em alta taxa de mortalidade infantil, alto volume de novos corpos traficados para substituição daqueles que se tornavam imprestáveis e as fugas, revoltas, crimes, suicídios e insurreições em recusa à condição que lhes era imposta (NASCIMENTO, 2016).

A narrativa falaciosa da benevolência branca também será utilizada no contexto da abolição, tanto através da atribuição de mérito à monarquia pela libertação de pessoas escravizadas, quanto por meio do apagamento das formas de resistência à escravidão e das lutas abolicionistas construídas pela população negra. Ao discorrer sobre o Massacre de 17 de novembro de 1889 no Maranhão³⁷, Matheus Gato aponta que muitas das análises feitas à época sobre a manifestação contra a Proclamação da República, colocavam os manifestantes libertos na condição de passividade. Dentre as explicações dadas para a ocorrência da manifestação estava uma suposta gratidão à monarquia pela abolição. Em *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre reforça essa ideia. Nesse sentido,

A ação política dos negros e ex-escravos é considerada um ato de gratidão ativa. Sobre a abolição, o autor lança mão do entendimento de que a liberdade conquistada seria uma dádiva que emana da vontade senhorial, cuja contraparte deve ser a lealdade e a gratidão dos libertos. Tão aferrado é o ângulo de Freyre ao paternalismo senhorial, que a inteligibilidade da ação popular se faz pela via da emoção e do sentimento (GATO, 2020, p. 23).

Essa construção narrativa distorcida apresenta duas consequências imediatas: i) o reforço do mito da benevolência branca que, por sua vez, implica na obrigação de uma submissão negra voluntária como forma de gratidão; ii) o apagamento da luta política do povo negro, retirando dessa população a capacidade de articulação e organização em defesa de seus

³⁷ De acordo com Gato (2020), no dia 17 de novembro de 1889, uma multidão de libertos saiu às ruas em protesto contra as notícias da proclamação da República. Os manifestantes dirigiam-se à sede do jornal *O Globo*, onde ao fim do dia aconteceria uma conferência republicana. Uma tropa de soldados fortemente armados foi formada para proteger a sede do jornal e, mediante a persistência dos manifestantes, a tropa efetuou uma descarga de fuzil em direção aos manifestantes. A ação teria resultado, segundo números oficiais, em quatro mortos e muitos feridos.

próprios interesses. De acordo com Gato (2020), as escolhas políticas e a expressão pública de pessoas negras no pós-abolição foram mediadas pela experiência recém vivenciada de inferiorização e subordinação racial, negação de direitos e suscetibilidade a toda sorte de violência física e simbólica. Nessa perspectiva, é possível reconhecer não apenas o protagonismo negro na reivindicação de seus interesses, mas também racionalidade em suas ações, desmontando o falso argumento de que as manifestações negras se davam por meio da inconsciência dos recém libertos, conforme afirmava Rui Barbosa (GATO, 2020).

O mito da benevolência branca se insere diretamente nas premissas do mito da democracia racial. Ora, se nunca houve uma maldade intrínseca à hierarquia racial que fundamentou as relações sociais no Brasil, não há razão para reparar as diferenciações existentes na sociedade, porque estas se deram de maneira espontânea e natural. Dessa maneira, no pós-abolição, não se observa nenhum esforço do Estado brasileiro no sentido de fornecer à população negra recém-liberta condições de inserção e integração econômica ou política à sociedade brasileira.

Além disso, a relativização da escravidão e de suas consequências representa também uma forma de evitar uma possível culpabilização dos brancos pela escravidão. Nesse sentido,

o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (BENTO, 2002, p. 7).

Isso significa que enquanto negros saíram do período da escravidão responsabilizados por serem um problema para a sociedade brasileira, aos brancos foi destinado o conforto da isenção histórica. Por conseguinte, a abolição do regime escravocrata em nenhuma medida significava – ou pretendia significar – mudança na estrutura social estabelecida por meio da hierarquia racial, tratava-se apenas de uma nova roupagem, mais condizente com a sociedade de classes e com os ideais liberais que se consolidavam no país. Assim, embora estivesse liberta, a população negra ainda carregava consigo a pecha da escravidão e os estigmas que lhe foram atribuídos nesse período, sendo colocada em posição de marginalização social, sem acesso à terra, à moradia, à educação, aos postos de trabalho e à cidadania.

Os estigmas raciais construídos sobre o corpo negro foram fundamentais também para a organização do trabalho no Brasil. Quando da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o imigrante europeu ganha protagonismo frente ao negro que, até então, era a mão de obra

utilizada no processo produtivo do país. O discurso que prosperava à época era aquele que afirmava que o negro – quer fosse ele escravizado ou liberto – não era qualificado o suficiente, em termos físicos e mentais, para o desempenho do trabalho livre³⁸. Espoliado pela escravização e acostumado à irracionalidade imposta pelo trabalho forçado, não poderia o negro adequar-se à racionalidade e à disciplina que o novo modelo produtivo exigia. Em contraposição a tal caricatura do negro, estava o imigrante europeu, racional, responsável, disciplinado e acostumado ao trabalho contratual. Dessa forma, estava construído o argumento necessário para a substituição do negro pelo imigrante europeu no mercado de trabalho.

Nesse contexto, eram duas as vertentes de discussão sobre qual deveria ser o tratamento destinado à população negra. Uma defendia a tese de que os negros representavam uma ameaça à ordem social pela iminência de fuga ou de ataque contra o seu senhor. Esse temor se devia, sobretudo, pela ocorrência de grandes movimentos negros em outros momentos, como fora o caso da Revolta Haitiana, e também pelos fortes movimentos abolicionistas e as organizações quilombolas existentes no Brasil. A outra vertente se apoiava na ideia de que a população negra precisava ser gradualmente inserida no mundo dos brancos, por meio de correções e instruções, sendo assim domesticados e disciplinados para o trabalho e para a manutenção de uma boa relação sócio-racial que, na prática, significava submissão negra aos brancos considerados superiores. Em ambos os casos, a participação do Estado era vista como fundamental para manter os corpos negros disciplinados (AZEVEDO, 1987).

A plena efetivação desse controle passava necessariamente pelo trabalho e por uma mudança na forma como este era enxergado pela sociedade brasileira à época. Após séculos de escravidão, o trabalho tinha uma carga negativa por ser concebido como uma atividade degradante. Assim, era necessário ressignificar o trabalho como uma atividade prazerosa e que confere utilidade social à pessoa que o desempenha, bem como estabelecer a posição que as camadas populares passariam a ocupar na sociedade de classes. Dessa maneira, a sociedade dividia-se entre aqueles pertencentes ao mundo do trabalho, da moralidade, da dignidade e da ordem social, e aqueles que compunham o seu avesso, vivendo à margem da ordem social imposta. Nesse contexto, aqueles que não fossem absorvidos pelo modo de produção hegemônico e desempenhassem outras atividades – como a ambulância, por exemplo – não eram reconhecidos como trabalhadores, mas acusados de promotores da imoralidade e da

³⁸ Esse discurso ganha legitimidade até mesmo entre os estudiosos da temática. Em “A integração do negro na sociedade de classes”, Florestan Fernandes, embora tenha revelado o racismo na sociedade brasileira, comunga da ideia de que a exclusão econômica e social do negro se dava por sua incapacidade de agir como um homem livre, com autodisciplina e responsabilidade (FERNANDES, 1978).

desordem. Utilizando o aparato repressivo para estabelecer e garantir a ordem desejada das relações socioeconômicas, o Estado passou a conferir legitimidade a algumas atividades e a alguns padrões comportamentais, em detrimento daqueles que não foram construídos a partir da racionalidade branca.

Esse controle repressivo do Estado, embora incidisse diretamente sobre o corpo negro, dizia respeito também ao espaço e sobre como esses corpos deviam interagir com e no espaço. Não obstante, junto à criminalização de pessoas que não se enquadrassem à racionalidade produtiva branca e seus valores morais intrínsecos, estava também a criminalização da prática da capoeira, sob o argumento de que representava uma ameaça à integridade física das outras pessoas. A população negra estaria submetida, portanto, a uma vida limitada dentro da concepção de organização sócio-espacial pensada pela branquitude não apenas no âmbito do trabalho, mas também em suas manifestações culturais e formas de sociabilidade.

Outra estratégia fundamental para a efetivação do controle a corpos e práticas negras se dava no campo discursivo. Como já mencionado, a ideia de que a população negra representava uma ameaça social e uma barreira para o desenvolvimento brasileiro já estavam socialmente estabelecidas e eram fielmente consideradas nas diferentes esferas de tomada de decisão. Mas para além do discurso da inferioridade e da incitação do medo, o discurso da negação também foi fundamental na perpetuação da hierarquia racial no Brasil. Fundamentado na premissa da democracia racial, surge o racismo cordial, ancorado em um discurso de que não há distinção racial, pois agora somos uma única nação e esse fato suprime qualquer diferenciação existente entre os que a compõem. Nesse contexto, os comparativos com a realidade estadunidense são mobilizados com o objetivo de atestar a benevolência da branquitude brasileira que, embora tenha se beneficiado por séculos com o sistema escravocrata e a desumanização de corpos negros, não teria promovido segregacionismos tão intensos e violentos como os ocorridos nos Estados Unidos (NASCIMENTO, 2016).

Dessa maneira, o racismo no Brasil passa a ser enxergado como algo que ficou no passado e que não tem mais materialidade nos dias atuais, a não ser por ações isoladas de poucos sujeitos, devendo ser combatido, portanto, por meio de punições individuais (ALMEIDA, 2018). Nessa perspectiva, realidades concretas como a maior dificuldade que pessoas negras enfrentam para acessar direitos básicos como saúde e educação, a menor participação de pessoas negras em posições de chefia e em cargos de tomadas de decisão, a baixa representatividade política da população negra, a expressiva participação da população negra em índices de pobreza, encarceramento e mortalidade, entre outras, são interpretadas pelo viés meritocrático. Assim, nega-se a importância da hierarquia racial que, construindo estigmas

sobre o corpo negro, constituiu as relações raciais no Brasil e definiu posições sociais a partir da raça.

A partir do que foi exposto, infere-se que o pensamento racial brasileiro foi construído e reformulado ao longo do tempo de acordo com o contexto social, histórico, político e econômico em que o país se inseria. No período escravocrata imperava a desumanização para justificar a máxima exploração do corpo negro. Nos primeiros anos pós-abolição, o guia passou a ser o racismo científico e as teorias raciais europeias que através do determinismo biológico atribuíam inferioridade ao corpo negro. A partir da década de 1930, sob as bases da democracia racial, a busca é por construir uma negação do passado e fortalecer a ideia de que os diferentes tipos raciais coexistem de maneira harmônica no Brasil. Em todos os momentos, entretanto, a hierarquia racial foi preservada através do reforço dos estigmas negativos associados à população negra que, historicamente inferiorizada e marginalizada, foi alvo de diferentes estratégias de controle social e territorial.

3.1 O uso do território como instrumento para manutenção da hierarquia racial

Nesta seção, o que pretendemos é realizar uma análise geográfica da já explicitada relação entre mortalidade e raça na cidade do Rio de Janeiro, tendo o *território* como categoria de análise. Se como conceito puro, o território é composto de formas, enquanto conceito híbrido, ele é constituído de “objetos e ações” (SANTOS, 1994, p. 16), da interrelação entre formas e atividades antrópicas, não sendo assim um mero receptáculo sobre o qual as ações humanas se dão, mas “um quadro de vida, híbrido de materialidade e de vida social” (SILVEIRA, 2011).

Desde o século XVII, com o Tratado de Westphalia (1648), o fortalecimento das nações na Europa Ocidental propiciou um entendimento do território como base física que confere unidade para o Estado Nacional. Nesse entendimento, o território corresponde à projeção espacial da soberania e do domínio de um Estado, sem que exista na superfície terrestre algum espaço que fuja dessa configuração, na qual o mundo é segmentado em entidades políticas, onde internamente o poder do Estado se exerce (MORAES, 2002). O exercício do poder estatal requer reconhecimento daqueles que vivem sob uma mesma soberania em um dado território, de maneira que o Estado se torna o responsável pelo ordenamento político no interior da área que domina e, para tal, reivindica para si o legítimo monopólio da violência. Nesse sentido, o território é resultado da compartimentação do espaço geográfico e “quer se trate de um Estado soberano ou de um país dependente, o território define a existência física desta entidade jurídica, administrativa e política” (GOTTMANN, 1952, p. 213).

De acordo com Gottmann (1975), o desenvolvimento de redes que permitem a circulação com maior fluidez e rapidez coloca em xeque o Estado territorial, no qual o território é um abrigo, em detrimento de uma nova questão mundial que emerge: a segurança. O autor afirma ainda que não é o território em si que deixa de ser importante, mas algumas funções outrora fundamentais. Com a concepção enquanto abrigo enfraquecida, prevalece o entendimento de território como recurso, isto é, como base para expansões comerciais e políticas. A circulação de pessoas, ideias, inovações e capitais contesta a afirmação de que o território é uma divisão política fechada, porque as redes são sobrepostas às segmentações.

No fim do século XIX, quando o conceito de território é retomado, a sistematização dos estudos sobre a natureza estava associada, de maneira geral, à zoologia e à botânica. Na geografia, o conceito de território foi introduzido através de Ratzel e foi caracterizado como o espaço de domínio e controle de um determinado grupo social, de maneira similar à territorialidade animal proposta nos estudos zoológicos (MORAES, 2000). De acordo com o pensamento de Ratzel, um país é um alicerce natural sobre o qual os grupos humanos manifestam sua cultura, sem que possam se desviar das influências e condicionamentos advindos do meio.

Entendido como substrato natural sobre o qual a ação humana acontece, o conceito de território se insere na dicotomia sociedade/natureza. Os modelos naturalistas, sobretudo com o pensamento darwinista, moldaram o pensamento geográfico a partir do pressuposto de que a vida ocorre em um mundo de recursos escassos, propiciando, portanto, uma seleção natural. Assim, foi construída uma percepção da relação entre sociedade e natureza, na qual há uma força natural que é controlada pelo direito proveniente do Estado, ou seja, à lei da sobrevivência do mais forte estariam sobrepostas as leis estatais, objetivando a igualdade. Dessa oposição, fundamentada na razão das ciências naturais, derivaram duas noções de território: uma em que ele seria um palco inerte e receptor das políticas do Estado e outra em que ele seria composto de duas substâncias – sociedade e natureza – independentes entre si.

A concepção de território enquanto abrigo também era encontrada nos escritos de Ratzel. Acerca disso, Moraes (1990) aponta que, para Ratzel,

quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo (MORAES, 1990, p. 75-76).

Entretanto, diferentemente das proposições de Gottmann (1975), em que o abrigo é destinado ao povo, em Ratzel, o caráter protetivo está associado à expansão do Estado e de seu domínio territorial. Assim, partindo de uma visão biológica sobre o Estado e o assumindo enquanto um organismo vivo que nasce, cresce, se desenvolve e falece, no pensamento de Ratzel, os Estados em crescimento e expansão encontrariam proteção por seu caráter evolutivo, enquanto os Estados decadentes estariam privados da proteção que manteria seu solo resguardado. Nessa perspectiva, o solo é sinônimo de território e corresponde a um suporte físico imutável no qual se desenvolve o trabalho social sob a gerência do Estado. Há, em Ratzel, uma acepção de território que se fundamenta em princípios biológicos e no paradigma evolucionista, que o distancia da dialética histórica.

Embora haja limitações em suas formulações, há nas proposições ratzelianas aspectos que permanecem atuais, porque a despeito do avanço da globalização, em termos políticos e militares, os Estados territoriais ainda mantêm autoridade legítima. Ademais, a economia capitalista reclama uma estrutura em que existam Estados territoriais soberanos. Estes Estados atuam de maneira fundamental no apoio aos empresários e criam as condições regulamentárias e infraestruturais que darão segurança para os investimentos, principalmente aos dos grandes capitais, possibilitando assim a manutenção e a reprodução da divisão desigual de riquezas. Por fim, o Estado é o criador e o fomentador da ideologia da paz social e da quimera da ascensão social (SANTOS, 1978; WALLERSTEIN, 2002). Nesse sentido, o Estado é uma entidade diretamente associada à dominação territorial e à expressão do poder, ao passo que o território é definido como um substrato estático sobre o qual o Estado exerce o seu poder. Por conseguinte, foi mantida uma separação entre a sociedade e o espaço, como se fossem dimensões independentes. Dessa maneira, o conceito de território foi esvaziado de seu conteúdo social e histórico e, sendo reduzido apenas a uma área delimitada por fronteiras, perdeu a relevância processual de sua constituição e configuração.

Contudo, sendo uma expressão espacial das relações sociais, conforme indica Souza (2016), o território é continuamente movimentado e reconfigurado, tanto em direção a uma maior restrição para contenção de ameaças, quanto em direção a uma abertura às dinâmicas que lhe são favoráveis. Dessa maneira, ao destacar as relações sociais que caracterizam o território, é imprescindível uma breve aproximação com o conceito de poder.

Primeiramente, não se pode entender o poder como sinônimo de violência. Hannah Arendt (1983) destaca que, na verdade, tratam-se de concepções antagônicas e opostas, porque à medida que a violência se caracteriza por seu caráter instrumental, coercivo e intimidador, o poder só existe em entendimento mútuo, em uma relação consentida (SOUZA, 2016; CASTRO,

2011). A partir de Arendt (1983), Souza (2016) destaca que o poder não é exclusividade da ação do Estado, mas pode ser pensado em outras escalas e relações que, por conseguinte, possibilitam que o território adquira um outro entendimento conceitual, não mais limitado às fronteiras estatais³⁹. Nessa perspectiva, Souza (2009) aponta as limitações e reducionismos do entendimento do território enquanto substrato material do domínio do Estado. Reconhecendo que os limites e fronteiras que definem um território podem ser invisíveis e espacialmente deslocados, e que territórios podem ser criados, recriados e desfeitos ciclicamente, o autor expõe a diferenciação existente entre território e substrato material. Enquanto “projeção espacial das relações de poder” (SOUZA, 2016, p. 95), o território está associado não apenas ao substrato espacial material que lhe serve de base, mas também à relação social de poder que lhe configura existência. Ainda que, em uma concepção ancorada na perspectiva clássica – na qual a tendência era de que o território fosse “coisificado” (SOUZA, 2016) – o Estado seja a referência imediata para tratar do território, é possível (e necessário) considerar outras relações de poder capazes de reivindicar, disputar e estabelecer territórios e lógicas territoriais em diferentes escalas (SOUZA, 2016).

Em consonância, Haesbaert (2014) afirma que o território se relaciona ao poder em seu sentido mais explícito, como dominação, e também em seu sentido mais implícito, como apropriação. Dessa maneira, o território não é unifuncional, mas diverso e dotado de complexidade e, sendo constituído de relações de poder que têm no espaço um elemento fundamental para realizar funções e construir significados, o território é simultaneamente funcional e simbólico, devendo, portanto, ser analisado na multiplicidade de poderes, incutida através dos múltiplos sujeitos – que sujeitam ou são sujeitados – envolvidos. Partindo desses pressupostos, o território é tanto “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), quanto um instrumento indispensável para que o poder seja exercido. Os entendimentos acerca das dinâmicas territoriais precisam, portanto, considerar não somente os atores de domínio ou influência (quem é dominado/influenciado por quem), mas também – e fundamentalmente – de que maneira este domínio é estabelecido e mantido (SOUZA, 1995).

A interpretação do território como componente fundamental da organização do Estado ainda hoje permanece necessária e demanda análises, entretanto, concomitante a essa

³⁹ O autor aponta ainda para um entendimento do poder não apenas como construção heterônoma e opressiva, mas partindo do pressuposto de que o poder se dá por “um certo grau de entendimento mútuo” (SOUZA, 2016, p. 82), este pode ser também construído por vias autônomas.

interpretação, aparece uma outra concepção do território, que não é utilizado somente pelo Estado, mas expressa a existência de múltiplas relações e se aproxima do espaço banal que

[...] seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem também um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados (SANTOS, 2000, p. 109).

Se em Ratzel, o território aparece como base material para o exercício do poder estatal, ele aparece também como um resultado da apropriação de uma área da superfície terrestre por um grupo humano. Nesse sentido, o território é advindo da transformação do espaço vital pela ação humana. Em consonância, para Gottmann (1975), aos aspectos naturais do espaço somavam-se os aspectos políticos que caracterizavam o território como uma dimensão política historicamente construída. Assim, a sociedade estaria necessariamente associada a um espaço que lhe fosse próprio, no qual se desenvolveriam e promoveriam uma identificação com o seu território.

Em “O retorno do território” (1994), Milton Santos afirma que passamos de uma lógica de ligação individual entre os lugares para uma lógica globalizante, na qual predomina a interdependência universal dos lugares. Nesse processo, o Estado Nacional foi fundamental para o estabelecimento da noção jurídico-política do território que lhe servia como alicerce. Atualmente, a antiga concepção que limitava o território à individualidade dos Estados foi convertida em uma noção de transnacionalização do território. Contudo, se anteriormente nem todo território era estatizado, de maneira similar, atualmente nem todo território é exclusivamente “transnacionalizado”. Daí deriva a tese do retorno do território defendida por Milton Santos, pois até mesmo nos espaços significativamente marcados pela mundialização, o território habitado e experienciado é capaz de criar outras sinergias que escapem à lógica globalizante. Por si só, o território são formas, mas em dialética com as ações humanas, o território usado, que se torna espaço humano e habitado, são objetos e ações. Por isso, a categoria de explicação não seria tanto o território, mas o território usado (SANTOS, 1994).

Não se trata, portanto, de uma compreensão das formas ou dos conteúdos em si, mas da compreensão das formas-conteúdo (SANTOS, 1985), maneira pela qual o espaço participa do projeto social⁴⁰. Conferindo às formas a condição de forma-conteúdo, possibilita-se uma

⁴⁰ Para alguns geógrafos, como Raffestin (1993), há uma nítida distinção entre espaço e território, de maneira que o primeiro seria o palco sobre o qual as atividades humanas se desencadeiam, enquanto o segundo diz respeito ao

abordagem dialética entre as formas e seus conteúdos correspondentes que são atualizados através das ações sociais. Para o autor,

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994, p. 15).

Para Latour (1994), a noção de híbrido poderia solucionar algumas limitações dos estudos modernos, principalmente aquela que o autor denominou de equívoco da modernidade, que consiste em insistir no trabalho epistemológico com conceitos que atualmente já não têm potencial explicativo.

Nesse sentido, para Santos (1994), a explicação do território não pode ser feita desconsiderando a sua utilização, porque há uma atenção social direcionada à construção dos espaços que atravessa o uso do território. É por isso que o *território usado* se torna uma categoria fundamental para a construção de uma teoria que se pretende social. Em Santos (1996), entretanto, a noção de território usado não se limita às ações do Estado, como no entendimento advindo da modernidade. Segundo o autor, essa noção envolve múltiplos atores⁴¹ e aspectos, sendo assim, sinônimo de espaço banal, que é o “espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 191). Assim, o território usado não é um palco estático sobre o qual a vida se dá, mas corresponde às ações que conferem dinamicidade às formas que, por sua vez, condicionam as ações que virão em sequência. Trata-se, portanto, do território propriamente dito, das ações humanas ao longo do tempo e da própria sociedade, isto é, o território feito e em constante processo de feitura, com diretrizes, técnicas e ações. Dessa maneira, o uso do território

supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente

espaço construído através das ações humanas. Entretanto, Santos (2007) indica que tal discussão não é fundamental para o avanço da ciência geográfica e destaca a importância do constante diálogo que a sociedade exerce com o território através do uso deste, ou seja, através da sociedade em seu movimento atual.

⁴¹ Milton Santos (2000) propõe uma distinção entre a concepção de território entre os diferentes atores sociais e destaca que para os atores hegemônicos, o território funciona com um meio para obtenção de um fim, trata-se do território como recurso; ao passo para os atores hegemonzados, o território é um fim em si mesmo, é o abrigo, por vezes, fundamental à sua existência (HAESBAERT, 2014).

informais. [...] E ainda que não se formulem outras normas escritas ou consuetudinárias de seu uso, o território nacional, ou local, é, em si mesmo, uma norma, função de sua estrutura e de seu funcionamento (SANTOS, 2006, p. 229).

Nessa perspectiva, o território usado é um híbrido de duas dimensões que, embora diferentes, não são excludentes: uma métrica e a outra social. A dimensão métrica está associada ao espaço físico e à delimitação da extensão de um determinado território, ao passo que a dimensão social – que agrega a primeira, mas não se limita a ela – está relacionada ao uso concreto que se faz do território, através do trabalho e das técnicas disponíveis à sociedade em um determinado tempo e espaço. É inegável que as relações sociais, políticas e econômicas se destacam fundamentalmente no uso do território, mas o próprio território é também um agente na organização da sociedade uma vez que se institui como um prático-inerte⁴² às ações antrópicas.

A noção de prático-inerte é funcional e necessária para compreender o território usado. O território é um resultado da ação humana, contudo, essa forma-conteúdo (SANTOS, 1985), também influencia tal ação. Dessa maneira, há uma interação entre as ações humanas e os objetos. O território, constituído por um sistema de fixos e fluxos, abrange o trabalho social e se impõe sobre as atividades que estão em processo de realização. O território usado comporta, portanto, as ações passadas já fixadas nos objetos e na vida social, e as ações presentes, que se realizam nos dias atuais. Ou seja, o território usado preserva as ações desempenhadas no passado e, simultaneamente, traz consigo a continuidade dos acontecimentos atuais. Nesse sentido, Silveira (2011) aponta que as fundamentações territoriais historicamente constituídas são exclusivamente condições, de maneira que sua atualidade só é possibilitada por meio das ações realizadas sobre elas. Trata-se, então, de uma relação dialética entre os homens no território.

Por essa razão, o espaço é histórico e sua historicidade procede da conjugação das características físicas da base territorial e das características das ações que são realizadas. De acordo com Haesbaert (2014), a historicidade do território está associada às variações do contexto histórico e geográfico nos quais as sociedades se inserem. Nesse sentido, o autor aponta que nas sociedades tradicionais o território era concebido como um recurso e um abrigo para os elementos simbólicos necessários à preservação de sua cultura. Na sociedade

⁴² Para Santos (2006, p. 215), “A relação do sujeito com o prático-inerte inclui a relação com o espaço. O prático-inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte”.

disciplinar, o território funcionava como uma definição espacial para o confinamento individualizante. E, finalmente, nas sociedades de controle impera a concepção de um território que demanda a contenção dos fluxos e da mobilidade. Há, assim, uma passagem gradual do território zonal ao território-rede, no qual o movimento ou a mobilidade torna-se elemento fundamental para sua constituição. E é no bojo dessa mudança que se observa a também gradual passagem – ou sobreposição, conforme Haesbaert (2014) – de uma sociedade moldada pela ordem disciplinar a uma sociedade de segurança e de controle, cujo objetivo não é tanto a garantia de uma docilidade e disciplinarização dos corpos, mas a segurança biopolítica da população, principalmente, através do controle da reprodução e da circulação (HAESBAERT, 2014). Daí a centralidade da segurança, conforme indicada por Gottmann (1975), no contexto de um mundo não mais marcado pela segmentação, mas pelas redes que agora se estabelecem e se desenvolvem. Para Foucault (2008), o controle da circulação – questão eminentemente territorial – tem como cerne não a imposição de uma lei proibitiva, mas a criação de mecanismos de segurança que anulem os possíveis perigos e ameaças inerentes à circulação. Dessa maneira, a passagem das estruturas de soberania a uma ciência política que se efetiva por meio das técnicas de governo – dentre as quais destacamos a estatística – se faz em torno da população e de seus movimentos no espaço, trata-se de uma gestão governamental que tem como centro a população e como mecanismos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008).

De acordo com Foucault (2008), nas atuais sociedades de (in)segurança, o Estado lida com as problemáticas sociais (fome, pobreza e criminalidade, por exemplo) não mais através da imposição disciplinar aos indivíduos, mas naturalizando-as e estabelecendo parâmetros de aceitabilidade de sua ocorrência. Assim, o objetivo não é impedir o acontecimento de tais problemáticas, mas mantê-las sob controle. É também nesse sentido que se pode falar em uma produção social – e mesmo econômica – do medo e da constante sensação de insegurança (HAESBAERT, 2014), que justificam a adoção de estratégias para minimizar o perigo iminente, dentre as quais daremos destaque àquelas de caráter territorial.

Como anteriormente mencionado, a mobilidade é uma característica fundamental das sociedades atuais e, por isso, novas estratégias de contenção territorial são acionadas para limitar alguns fluxos, como ocorre com os migrantes, sobretudo aqueles em maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, Haesbaert (2014) e Fernandes (2017) apontam que não se estabelece uma proibição dos fluxos, mas uma seletividade destes de acordo com critérios estabelecidos.

Portanto, para o entendimento da mortalidade negra na cidade do Rio de Janeiro a partir do *território usado*, nos valem de Santos (2006) quando este afirma que o espaço é

compreendido pela tecnosfera e pela psicosfera, enquanto dimensões indissociáveis e complementares. Para o autor, enquanto a tecnosfera corresponde ao conjunto de objetos técnicos e das estruturas que dão suporte às ações, a psicosfera refere-se ao “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido” (SANTOS, 2006, p. 172). Dessa maneira, é estabelecida uma relação dialética entre psicosfera e tecnosfera, na qual a esfera imaterial, simbólica e dos sentimentos concretiza no espaço uma materialidade que se associa à sua construção. Isso significa dizer que à criação e utilização de instrumentos técnicos para promover a morte de pessoas negras, está associada a criação e utilização de um conjunto de ideias que dá sentido e legitimidade a essa mortalidade.

No Rio de Janeiro, as estratégias territoriais de segurança vigentes na cidade revelam que a construção social de segurança e insegurança se dá através de marcadores raciais. Dessa forma, é o racismo, enquanto uma discriminação sistematizada baseada na raça (ALMEIDA, 2018), que define a quem essa segurança oferece proteção e a quem condena sob o estigma da ameaça à ordem social. O perigo é, portanto, racializado e demanda vigilância, controle e contenção.

Contudo, o medo racial fomentado para controle de corpos e espaços não é criação recente, mas remete ao arrancamento e transporte de africanos escravizados no período escravocrata (OLIVEIRA, 2020). Já no momento do sequestro em território africano, os escravizados eram “amarrados juntos uns dos outros em colunas, suportando pesadas pedras de 20 ou 25 quilos para evitar tentativas de fuga” (JAMES, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2020). Ao chegar nos portos de comércio, eles permaneciam cercados e aglomerados para supervisão dos compradores. Dentro dos navios negreiros, a contenção espacial continuava com o aprisionamento dos escravizados em porões insalúferos. Assim, desde o sequestro em África, o objetivo era o controle e a domesticação de corpos negros, para promover a sensação de segurança para os brancos. Nesse sentido, Oliveira (2020) afirma que o negro foi inventado como um problema espacial para a branquitude, de maneira que sua presença implica nas estratégias de controle territorial de suas práticas e movimentações. Da mesma forma, no período da abolição da escravatura existia por parte da população branca a criação de uma narrativa da necessidade de manter a população negra controlada, de maneira a evitar que esses sujeitos não estivessem mais à disposição dos donos dos meios de produção ou de que se organizassem para a construção de uma revolta similar à ocorrida no Haiti (AZEVEDO, 1987).

A construção do medo racial que designa o negro como perigo iminente resulta na criação de uma psicosfera do medo (MELGAÇO, 2010) que, presente no imaginário coletivo, condiciona as práticas cotidianas dos indivíduos, assim como os usos que são feitos do

território. Essa psicofera do medo que se traduz, na prática, em medo racial, justifica o planejamento e a inserção de uma tecnosfera da segurança capaz de combater aquilo que representa uma ameaça social. Nesse sentido, são construídos não apenas aparatos, mas um verdadeiro sistema de controle social que abrange instituições, instrumentos, narrativas e práticas de manutenção e proteção da ordem branca estabelecida, inferiorizando e marginalizando a população negra que, por sua vez, torna-se o alvo direto das políticas de segurança empreendidas não de maneira individualizada, mas pelo Estado, enquanto estrutura de poder representante da vontade coletiva da sociedade.

Por conseguinte, a aniquilação física de corpos negros é resultado de uma lógica e de um processo socialmente construído, de maneira que até a concretização da morte, a população negra é condenada pelo racismo de Estado ao estatuto de mortos vivos (MBEMBE, 2017b), por meio do esvaziamento de sua humanidade, da criminalização, da negação de direitos e da exposição ao perigo de morte cotidianamente. Dentro dessa lógica, o extermínio de corpos negros corresponde à eliminação dos perigos que ameaçam a vida social daqueles a quem o Estado designou o direito à proteção. Concebida enquanto uma solução coerente no imaginário social, a mortalidade da população negra não comove e tampouco possui simbolismo. O estabelecimento e a manutenção do poder racial ao longo dos séculos somente foram possíveis pela articulação de violências – físicas, mentais e simbólicas – que se utilizaram do território para o fortalecimento da hierarquia racial, designando a populações não-brancas um lugar subalterno que lhes expõe à morte. Imersos nesse lugar – físico e social – de subalternidade, no qual o direito de matar é legitimado (AGAMBEN, 2004), a população negra torna-se vítima também de um uso estratégico do território enquanto um dispositivo para fazer morrer.

Se, como mencionado anteriormente, o território é fundamentalmente constituído pela circulação e pelos fluxos, pode parecer contraditório que na presente pesquisa ele seja mobilizado para tratar da mortalidade, que corresponde, necessariamente, à interrupção do movimento. Entretanto, conforme anteriormente apresentado, à circulação, que agora reclama o território, são contrapostas estratégias de restrição, contenção e interrupção de fluxos para o controle da população. **É nesse sentido que situamos a mortalidade negra no Rio de Janeiro como resultante de uma lógica territorial⁴³.**

⁴³ Em trabalhos realizados no Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP-UFRJ) através do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural, Eduarda Moreno destaca a diáspora da população negra como um processo contínuo. Através da obra de Conceição Evaristo, a autora discute os movimentos migratórios presentes na diáspora negra, bem como a reivindicação do uso do espaço por esse povo em movimento através da memória e da identidade. Assim, ainda que a lógica imposta seja a de interrupção da circulação de pessoas negras pelo espaço ou da imposição de movimentos forçados, reconhecemos também que há resistência a essa lógica e que esta se concretiza pelo resgate da memória, reafirmação da identidade e novos sentidos à circulação e ao uso do espaço.

O território está em uma infundável reorganização de acordo com os interesses e necessidades dos grupos humanos ao longo do tempo, de maneira que a história nos chega como forma e como norma (SILVEIRA, 2011), isto é, como materialidade espacialmente expressa e como um conjunto de valores e costumes sociais anteriormente construídos que moldam as ações presentes. Assim, a ideia de território usado

pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos (SANTOS, 1999, p. 19).

A partir desse entendimento, reconhecemos que as configurações territoriais do presente são, em parte, condicionadas por aquelas estabelecidas em tempos pretéritos. Não há uma ruptura por completo com o passado, mas um processo de relação entre objetos e ações que se dá continuamente, de maneira que no decorrer do tempo algumas presenças sejam preservadas, outras parcialmente modificadas e outras ainda sejam apagadas e esquecidas. Nesse sentido, ao tratar das formas simbólicas espaciais, Corrêa (2008) aponta que estas manifestam uma determinada interpretação do passado que se deseja transmitir a gerações futuras e que podem ser remodeladas de acordo com os interesses de “quem pretende e detém poder para reconstruir o passado, criando e re-criando novos significados” (CORRÊA, 2008, p. 136). Essa relação com o passado, no entanto, não se manifesta somente através da materialidade, mas também da preservação ou apagamento de ações, visto que

O território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, isto é, as infraestruturas que chamamos sistemas de engenharia, a agricultura, a indústria, o meio construído urbano, as densidades demográficas e técnicas, mas também o que o constitui imaterialmente, as ações, normas, leis, cultura, movimentos da população e fluxos de toda ordem, incluindo ideias e dinheiro (SILVEIRA, 2011, p. 155).

Os diferentes contextos sociais ao longo do tempo criam, portanto, condições que possibilitam o desenvolvimento de ações que derivam de práticas anteriores. Nesse sentido, Santos (2006, p. 91) afirma que “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas”. Ao se manifestarem espacialmente, tais heranças podem ser interpretadas como rugosidades, isto é, o espaço construído (SANTOS, 2006). Embora a noção de rugosidades possa, de maneira intuitiva, nos reportar à materialidade do espaço, as permanências espaciais do tempo passado não se restringem às formas e não devem ser entendidas apenas como **“heranças físico-territoriais, mas também como**

heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2006, p. 25, *grifo nosso*). Isso significa que as permanências de tempos pretéritos não estão contidas apenas nas construções que compõem a paisagem atual, mas também nas práticas e nas ações realizadas.

A organização interna da cidade do Rio de Janeiro explicita a face espacial do poder racial, através do qual os serviços e amenidades da cidade estão dispostos, majoritariamente, em áreas ocupadas pela população branca, ao passo que as mazelas urbanas são mais evidentes em áreas ocupadas pela população negra. Nesse sentido, Lefebvre (1991) aponta que por ser um meio de produção, o espaço é necessariamente um meio de controle que explicita o poder. Dessa maneira,

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 55).

Mediante a isso, corpos negros fora de seus ‘lugares naturais’ perturbam a ordem e, assim, demandam controle. Isso é percebido no período pós-abolição, quando os negros recém-libertos foram primeiramente alvo de instrumentos de repressão, para apenas depois serem contemplados com direitos e princípios de inserção à vida em sociedade (FLAUZINA, 2017). A passagem do status do corpo negro de mercadoria a sujeito é marcada por uma ideia de que a sua liberdade representa um perigo àqueles aos quais é delegada a condição de cidadãos. Em “*As Cidades Mutiladas*”, ao realizar uma breve análise sobre a população negra no Brasil, Milton Santos afirma que “O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país” (SANTOS, 1997, p. 135). Não há, portanto, como pensar as dinâmicas atreladas à dimensão racial no Brasil atual sem considerar o passado escravista que nos fundou enquanto sociedade. Assim, concordando com Milton Santos, dentro da perspectiva da presente pesquisa entendemos que uma configuração social e o uso do território fundamentados no seio da escravização de corpos negros não estão, atualmente, desvinculados da lógica de organização social e territorial desse contexto.

De acordo com Santos (2008), o novo e o velho são forças que atuam de maneira dialética, articulando-se em situações do território. Assim, “tanto o novo como o velho são

dados permanentes da história; acotovelam-se em todas as situações” (SANTOS, 2008, p. 106). Essa compreensão é fundamental para que as análises e interpretações de dinâmicas atuais não desconsiderem construções que, embora datem do passado, permanecem presentes. Nesse sentido, é importante considerar ainda que a relação entre o velho e o novo não se dá necessariamente dentro de uma lógica de substituição e superação imediata, pois “o novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade” (SANTOS, 2008, p. 106), principalmente se ele significar “uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém” (SANTOS, 2008, p. 106). Dessa forma, no âmbito das relações sociais no Brasil, o que temos são reformulações no *modus operandi* da reafirmação da hierarquia racial, mas não ações efetivas em direção à superação desta.

Ou seja, embora o sistema escravista não esteja mais em vigor, há uma manutenção de ideias e ações – de uma psicosfera, portanto – características deste que não foram apagadas ou superadas ao longo do tempo, mas ressignificadas e aprimoradas para que possam coexistir com as premissas de igualdade do sistema republicano.

Se corpos negros não estão mais sob constante vigilância nas senzalas, agora estão majoritariamente concentrados nas favelas, nas quais a polícia pode fazer incursões violentas de maneira deliberada – ainda que à margem da legalidade. Se a população negra não é mais proibida de frequentar espaços da educação formal, as condições socioeconômicas a que é submetida, dificultam sua inserção e permanência nesses espaços. Se não existem mais navios negreiros e senzalas, os camburões e o sistema carcerário ocupados majoritariamente por corpos negros⁴⁴ remetem, nos dias atuais – respectivamente – ao transporte e ao confinamento destes corpos; de maneira similar, a evocação à memória escravista se dá por meio de estátuas, monumentos e construções presentes no espaço. Em conjunção, há um apagamento da memória de personalidades fundamentais à história do povo negro no Brasil e, muitas vezes, a criação de narrativas degradantes sobre estes. Inere-se, portanto, que há uma seletividade daquilo que se quer lembrar, celebrar, cultuar e preservar, o que – em partes – reflete as estruturas de poder e expressa “o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro” (ABREU, 2001, p. 86).

Da mesma forma, se atualmente a aniquilação de corpos negros não pode ser massivamente realizada por meio do excesso de trabalho forçado, ela foi historicamente naturalizada no imaginário social brasileiro como uma solução à insegurança que a presença negra causava (BENTO, 2002). A expressiva mortalidade negra nos dias atuais, sobretudo em decorrência da violência, corresponde a uma herança socioterritorial (SANTOS, 2006) que se

⁴⁴ Para mais acerca da temática, ver: Alexander (2017) e Borges (2019).

mantém e se ressignifica pela existência de um sistema de ideias historicamente constituído – psicosfera –, e que se expressa na materialidade do território, mas também remete ao seu uso estratégico para a manutenção da hierarquia racial ao longo do tempo – tecnosfera –.

4. ESTIGMAS RACIAIS

Neste capítulo, a pretensão é apresentar o conceito de estigma, interpretando os fatores que levam à sua construção e manutenção ao longo do tempo. Isso será feito a partir da análise das entrevistas semiestruturadas que nos permitiram identificar a presença do estigma racial nas vivências cotidianas das pessoas negras entrevistadas. Em consonância, partimos do entendimento de que os estigmas desempenham papel fundamental na dinâmica da mortalidade da população negra, pois ao considerar que essa dinâmica é processual, a estigmatização de corpos negros atua de maneira a naturalizar, justificar e legitimar as violências praticadas contra pessoas negras, que têm como ponto de culminância a aniquilação física desses corpos.

O conceito de estigma diz respeito a uma marca de distinção, a partir da qual se constrói um conjunto de significados capaz de determinar que a pessoa que possui tal marca é desprovida de credibilidade social e, como tal, deve ser socialmente evitada, pois pode representar algum tipo de ameaça aos demais. Entre os gregos, o termo estigma foi criado para fazer referência a sinais corporais através dos quais se indicava algo excêntrico ou negativo sobre a moral da pessoa que os portasse, de maneira que seus portadores deviam ser evitados. Já na Era Cristã, a ideia de estigma passou a englobar tanto uma dimensão religiosa, quanto uma dimensão médica: a primeira, como um sinal da graça divina; a segunda, como representativo de alguma anomalia física (GOFFMAN, 2008).

A categorização de pessoas é estabelecida pela sociedade através da classificação de atributos como comuns e naturais ou incomuns, dos quais se busca evitar proximidade (GOFFMAN, 2008). Assim, são estabelecidos verdadeiros critérios de avaliação e categorização das pessoas, de maneira que a sociedade determina um modo de ser que resulta em expectativas normativas, ou seja, naquilo que se espera ser o padrão comportamental de um sujeito em sociedade. Dessa maneira, quando o indivíduo age de acordo com as expectativas estabelecidas surge o que Goffman (2008) nomeou como “identidade social virtual”. Já quando o sujeito revela os atributos que verdadeiramente possui, chamamos de “identidade social real” (GOFFMAN, 2008). Quando os atributos apresentados destoam daqueles que foram fixados como ideais, o indivíduo torna-se um estigmatizado, portador de características que o fazem perder prestígio social e, a nível extremo, ser taxado como perigoso, fraco e defeituoso. Por conseguinte, a pessoa estigmatizada é socialmente prejudicada tanto em âmbitos particulares de sua vida, quanto em suas relações interpessoais. Nesse sentido,

O estigma é uma designação social que vai além do atributo pessoal e que gera um descrédito ao estigmatizado, interferindo na identidade social desse sujeito quando em

interação social. É através do estigma que se designa a normalidade do outro pela depreciação do estigmatizado (RONDON FILHO, 2013, p. 271).

Os estigmas são construtos sociais possibilitados pelo contato com o diferente e pela percepção daquilo que determina tal diferença. Em conjunto, a existência de relações de poder que sejam capazes de atribuir superioridade e inferioridade a grupos sociais diferentes entre si (ELIAS, 2000) é fundamental no estabelecimento da diferença como um fator de hierarquização social. Enquanto construção relacional, o estigma designa não apenas marcadores de depreciação, mas também de normatividade. Isto é, determina padrões em uma sociedade e, assim, desqualifica aquilo que deles destoa e aqueles que a eles não se adequam (GOFFMAN, 2008).

De acordo com Goffman (2008), os estigmas podem ser diferenciados de três formas: i) abominações do corpo, nas quais estão inseridas quaisquer deformidades físicas; ii) culpas individuais, que abrangem aspectos voltados para a moralização da vida; iii) estigmas tribais de raça, nação e religião. Nos três tipos de estigmas apresentados pelo autor impera a mesma lógica: um indivíduo possui um traço que o desqualifica socialmente, fazendo com que seja marginalizado em relação àqueles que correspondem às expectativas normativas e excluindo-se a possibilidade de que outros atributos seus sejam considerados. Ou seja, um único marcador considerado negativo é capaz de anular qualquer outra possibilidade de ser do sujeito estigmatizado.

O contexto colonial marcou a construção social da diferença racial, pois o contato do branco europeu com povos distintos, em espaços de características físicas e organizações sociais diferentes daquela a que estava habituado, fez com que a relação estabelecida fosse hierárquica desde o início, com um grupo que conquista e outro que é conquistado. Nesse contexto, as diferenças físicas entre os povos – sobretudo aquelas relacionadas à cor da pele – tornaram-se marcadores sociais fundamentais e passaram a determinar a pertença das pessoas em grupos sociais com diferentes níveis de poder. A atribuição de uma suposta humanidade inferior – ou inexistente, como se deu no caso de pessoas negras escravizadas – utilizada para justificar o controle e a marginalização de alguns grupos sociais, perpetuada no campo material, simbólico e discursivo, faz com que os grupos estigmatizados internalizem os estigmas que lhes são atribuídos como algo natural, como constituintes indissociáveis de seu ser.

No âmbito da estigmatização racial estabelecida a partir do período colonial, as condições animais a que eram submetidas as pessoas sequestradas de África para o desempenho do trabalho escravo no Brasil funcionaram não apenas como uma forma de controle físico e mental, mas também de criação de um imaginário social no qual se aceita toda

sorte de violência contra aqueles corpos, porque não são dotados de humanidade. Dessa maneira, entendemos que

A estigmatização racial é o exercício de uma vigilância difusa e ciosa da hierarquia e da dominação raciais, provocando intensidades de dor nem sempre corpóreas, mas que repercutem no corpo, mutilando-o, esfolando-o, fragmentando-o, codificando-o, semiotizando-o, não apenas simbolicamente ou imaginariamente. Afeta o corpo com marcas mais sociais do que corporais, mas que repercutem nele como estigmas. O estigma é uma demarcação corporal de uma relação social de desigualdade, resultante de uma reificação dos processos de dominação/hierarquização (SALES JR, 2006).

Nesse sentido, cabe dialogar com Norbert Elias (2000) em seu estudo “Os estabelecidos e os outsiders” que, embora se debruce sobre a interação social entre grupos da comunidade de migrantes de Wiston Parva – ou seja, uma dinâmica específica e de escala local – nos fornece possibilidades teóricas que auxiliam na proposta do presente trabalho de provocar uma reflexão sobre a estigmatização de corpos negros. Valendo-se da realidade de castas na Índia e dos afrodescendentes no continente americano, Elias (2000) afirma que

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas mais usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS, 2000, p. 24).

Devido à força do controle social que se impõe por meio das expectativas normativas, é comum que a pessoa estigmatizada viva em negação de sua identidade real, almejando ser socialmente aceito, através da adequação aos padrões normativos estabelecidos. Assim, inconscientemente, o estigmatizado internaliza a vontade de ser como aqueles considerados “normais”, abre mão de si, nega sua própria essência para adequar-se ao que se espera socialmente. Vivendo sob uma lógica que a todo momento lhe imputa a diferença como fator de inferioridade e, conseqüentemente, com a deterioração de sua identidade real, a pessoa estigmatizada submete-se a processos – sejam eles físicos, sociais ou mentais – de redução do marcador que lhe estigmatiza, buscando “meios para corrigir a fala, para clarear a cor da pele, para esticar o corpo, para restaurar a juventude” (GOFFMAN, 2008, p. 19).

Dessa maneira, essa criação ficcional – e por que não ideológica – passa a ditar, até certo ponto, a vida do estigmatizado, porque o olhar lançado sobre ele passa primeiro pelo estigma que o caracteriza socialmente. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon descreve sua

angústia com as atribuições que lhes eram imputadas por ser um homem negro e, como tal, escravo de sua própria aparência (FANON, 2020)⁴⁵. Assim, afirma o autor

A vergonha. A vergonha e o desprezo por mim mesmo. A náusea. Quando me amam, dizem que é a despeito da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é por causa da minha cor... Por um lado, ou por outro, sou prisioneiro do círculo vicioso. (...) A evidência estava ali, implacável. Minha negrura estava ali, densa e indiscutível. E ela me atormentava, me perseguia, me inquietava, me exasperava (FANON, 2020, p. 131-132).

A simples existência de pessoas negras é, portanto, sobredeterminada pelo sistema racial estabelecido. Assim, Fanon (2020) reconhece a existência de uma zona do não-ser, na qual o negro habita e está fixado pelo olhar branco. Ao questionar “Que quer o homem negro?”, a resposta encontrada pelo autor é “o negro quer ser branco” (FANON, 2020, p.23), isto é, o negro deseja alcançar a condição do ser e, para tal, usará as chamadas “máscaras brancas” em busca de elevar-se à condição de existência que é, essencialmente, branca.

Nas entrevistas realizadas com os cinco jovens negros e estudantes universitários, através do *Google Meet*, foi possível identificar a adoção dessas estratégias por parte das pessoas entrevistadas. Ao falar sobre o seu processo de autopercepção enquanto uma pessoa negra, Eloísa destacou que durante a infância e a adolescência utilizava seu sobrenome como uma forma de mascarar seus traços e amenizar suas feições, referindo-se a si mesma como uma pessoa “morena”⁴⁶. Além disso, afirmou que sua vida foi marcada por muitos processos de embranquecimento, como o alisamento do cabelo durante toda sua adolescência e sua repulsa ao sol que, em contato com sua pele, podia fazê-la parecer “mais negra” do que ela desejava se mostrar. No mesmo sentido, Bruna falou que ao longo de sua vida, foram muitas as tentativas de embranquecimento não apenas físico, mas também identitário, renegando coisas que ela sempre gostou, mas que por fazerem com que ela se lembrasse que era uma pessoa negra, tornava-se um problema, como o verão, as idas à praia e o samba.

Inserida num mundo pensado por e para brancos, a pessoa negra é condicionada a viver num constante desvio existencial, seja porque, interiorizando os estigmas que lhe são imputados, busca adequar-se ao mundo branco ou porque desalienando-se, compreende as

⁴⁵ Embora sua obra se dê a partir de um contexto diferente e tenha particularidades – as quais não se objetiva aqui tornar transferíveis para a realidade estudada –, suas experiências em muito assemelham-se com as experiências vivenciadas por pessoas negras em nossa sociedade, sua luta por uma vida plena assemelha-se com a luta que aqui também travamos, e seus escritos oferecem possibilidades de aprofundamento nas análises sobre as relações raciais.

⁴⁶ O cantor Emicida, em alguns versos da música *Ismália*, traz a complexidade de uma pessoa negra que busca meios para que as pessoas não a percebam como uma pessoa negra e, para isso, cria algumas estratégias, como a mencionada por Eloísa. A música do cantor é iniciada com o seguinte verso: "ela quis ser chamada de morena, que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena".

determinações sociais que lhe são impostas, e tenta enxergar-se para além delas e construir um outro mundo em que habitar seu corpo seja possível (FANON, 2020).

Em consonância, a distorção da realidade é necessária para a manutenção do estigma. Em posição de superioridade, o grupo hegemônico tende a generalizar o grupo inferiorizado com base em características ruins que, por ventura, possam aparecer em partes minoritárias desse grupo; em contrapartida, preservam sua autoimagem tomando a parte mais normativa de seus membros como o padrão de sua composição. Ou seja, o grupo estigmatizado é reduzido às problemáticas que apresenta, enquanto o grupo que estigmatiza é considerado a partir do que há de melhor e mais positivo em sua composição (ELIAS, 2000).

A sociodinâmica da estigmatização (ELIAS, 2000) resulta, portanto, de uma relação interdependente entre os grupos envolvidos, de maneira que os aspectos positivos que conferem superioridade a um grupo existem em complementaridade àquilo que é negativo e confere inferioridade a outro grupo. Assim, podemos inferir que o estigma não apresenta caráter puramente atributivo, ou seja, um atributo não necessariamente é negativo em todos os contextos, mas depende da rede de relações em que se insere para que possa ser avaliado positiva ou negativamente (GOFFMAN, 2008). Nessa relação é necessário que haja, portanto, um equilíbrio instável de poder, capaz de fazer com que um grupo esteja bem fixado em posições de poder e tomada de decisão, garantindo sua superioridade, excluindo o grupo estigmatizado dessas posições e mantendo a configuração hierárquica estabelecida. (ELIAS, 2000).

Tanto a construção de uma autoimagem negativa, quanto o reforço desta ao longo do tempo por meio da generalização e o controle das narrativas foram estratégias adotadas pela branquitude para a manutenção da hierarquia racial construída no período colonial. Aqui é possível retomar Fanon quando, inspirado em Sartre, afirma que “é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2020, p. 107). Associando a corporalidade negra àquilo que há de negativo, parte-se para a generalização e nega-se a diferença. Ora, com a pele negra tornando-se um marcador negativo, a pessoa negra torna-se invisível, de maneira que à frente daquilo que verdadeiramente é, sempre está aquilo que lhe foi atribuído. O negro, portanto, só é visto a partir de uma determinação branca que o fixou no atraso e na selvageria. Privada de individualidade, toda pessoa negra torna-se uma ameaça em potencial, despertando desconfiança e medo.

4.1 “Eu nunca tive dúvidas”: percepções do racismo na infância e no espaço escolar

Ao contar suas experiências enquanto uma criança negra, Vinícius mencionou o episódio em que pela primeira vez pensou “estou sofrendo racismo fora da escola, estou sofrendo racismo na rua” (Vinícius, Rio de Janeiro, 2022). Enquanto estava no ônibus a caminho do vôlei, distraiu-se com o motorista do ônibus fazendo a separação das moedas e ficou olhando fixamente para os movimentos feitos pelo motorista. Ao perceber o olhar fixo e encantado de Vinícius, o motorista o repreendeu dizendo que se ele tentasse fazer qualquer coisa, apertaria um botão que faria com que a polícia fosse atrás dele. No episódio, Vinícius estava no início da adolescência, com cerca de 12 ou 13 anos. O ocorrido com Vinícius, além de evidenciar a percepção que se tem do corpo negro enquanto uma ameaça, revela também que os estigmas associados ao corpo negro e as práticas preconceituosas que deles derivam, estão presentes na vida de pessoas negras desde a infância.

Mediante a imputação e reforços de estigmas constantes em suas vidas é comum que pessoas negras criem estratégias com o intuito de minimizar a dureza daquilo que lhes é imposto. Nesse sentido, Vinícius revelou que, por vezes, tratava as ofensas que ouvia quando criança como piadas e, com o intuito de sentir-se socialmente inserido, buscava fazer amizades por meio da comicidade e do humor. Relato semelhante também foi feito por Douglas ao afirmar que muitas vezes fazia comentários autodepreciativos sobre sua aparência ou tratava os comentários de outras pessoas como piada e brincadeira. Os relatos de Vinícius e Douglas estão inseridos dentro da dinâmica do racismo recreativo, no qual, ao atribuir estereótipos ao corpo negro, o enunciador o faz em tom de brincadeira, trata em tom humorístico, de maneira a se esquivar de um possível apontamento do racismo em sua ação, ao mesmo tempo que visa subalternizar a pessoa a quem dirige sua ofensa. Isso gera também um outro efeito na vítima que é a impotência por não poder reagir àquilo que lhe é ofensivo, porque “é só uma brincadeira”. Nesse sentido, Douglas menciona: “muitas vezes essas paradas doíam, mas a gente fingia que não” (Douglas, Rio de Janeiro, 2022).

No âmbito das experiências enquanto crianças negras, a escola apareceu na fala das pessoas entrevistadas, muitas vezes, como um espaço em que essas violências aconteciam com recorrência, sobretudo na relação com outras crianças. Em sua infância, Vinícius sofria bullying na escola, fato que fez com que ele trocasse de turno na 2ª série, porque os colegas de turma diziam que ele “tinha passado do tempo no forno” ou que “tinha nascido no sol”. Para além disso, o comportamento geral dos colegas em relação a ele era sempre de afastamento e estranheza. Yuri também relatou como foi sua experiência escolar e ressaltou o quanto esse período foi importante para que ele começasse a se perceber enquanto uma pessoa negra:

Eu me percebia porque me percebiam. Eu lembro muito do processo escolar, porque estudei em escola particular todo o ensino básico e a maioria dos alunos eram brancos. Eu era o único negro da sala ou o mais pigmentado, vamos dizer assim, o que era mais visto como uma pessoa negra. E tinham sempre as brincadeiras, né, pejorativas, sobre o cabelo... cabelo que não molha, cabelo de bombril. Quando as vezes aparecia uma discussão né, na história, na aula de história sobre escravidão e aí as imagens eram sempre relacionadas a mim (...) já era uma parada que eu observava desde a infância (Yuri, Rio de Janeiro, 2022).

De maneira similar à experiência de Yuri, Bruna também destacou sua experiência escolar, que se deu em escolas particulares, nas quais ela sempre foi a única ou uma entre as poucas crianças negras nesse ambiente. As experiências de Bruna com o contexto escolar tiveram grande influência em sua vida, a ponto de ser um fator determinante na escolha de sua profissão. Sobre isso, a jovem menciona: “talvez eu tenha escolhido ser professora, porque eu acho que estar na escola é a minha chance de fazer certo dessa vez, já que não fizeram certo comigo” (Bruna, Rio de Janeiro, 2022).

A partir dessas experiências, podemos destacar o papel que o sistema educacional brasileiro desempenhou, durante muito tempo, no reforço e perpetuação dos estigmas atribuídos ao corpo negro, não apenas na relação entre as pessoas no ambiente escolar em si, mas também em sua composição curricular. Nesse sentido, pensamos ser pertinente retomar Lélia Gonzalez que, ao escrever sobre a questão racial no Brasil no período pós-abolição, tece críticas a uma análise puramente economicista da realidade brasileira, a partir da qual infere-se que brancos e negros pobres são igualmente vítimas da exploração capitalista. Assim, afirma a autora:

A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais? Nesse sentido, seu discurso difere muito pouco das correntes conservadoras que, por razões óbvias, desejam manter seus privilégios intocáveis. Em outros termos, o paternalismo/liberalismo racial que permeia o discurso “revolucionário” na luta contra o monopólio do capital revela uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate (GONZALEZ, 2020, p. 38)

Daí deriva, portanto, a necessidade de pensar em uma educação que não desconsidere de seu aspecto revolucionário a racialização das dinâmicas sociais. No mesmo sentido – e dialogando com anseio de Bruna na escolha de sua profissão –, é necessário que o ensino da história e da cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio, tornado obrigatório pela Lei 10.639/2003, se faça de maneira crítica e comprometida, para que não sirva como mais um mecanismo de reafirmação da suposta subalternidade negra ou como um instrumento de

relativização do passado colonial e escravocrata que nos fundou enquanto sociedade, mas sim como uma possibilidade de conferir a devida importância histórica, cultural e política da população negra, suas lutas e vivências na formação socioterritorial do Brasil e do mundo. Dessa forma, de maneira desafiadora, a Lei 10.639/2003 permite a construção de olhares capazes de superar o padrão eurocêntrico de construção do pensamento e

(...) reposiciona o negro e as relações raciais na educação, transformando em denúncia e problematização o que é silenciado (como, por exemplo, o racismo no cotidiano escolar), **chamando a atenção para como conhecimentos aparentemente neutros contribuem para a reprodução de estereótipos e estigmas raciais e para o racismo**. A 10639 nos coloca o desafio de construir uma educação para a igualdade racial, uma formação humana que promova valores não racistas (SANTOS, 2011, p. 5, grifo nosso).

Além disso, a escola – e a educação como um todo – desempenha papel fundamental na construção e preservação da memória. Dessa maneira, a Lei 10.639/2003 e a reconstrução de narrativas por ela possibilitada, permite também questionar como é construída a nossa memória coletiva acerca da participação de pessoas negras em momentos históricos fundamentais. O caráter heroico atribuído até os dias atuais à princesa Isabel por ter assinado a Lei Áurea (1888), por exemplo, revela que a maneira como as narrativas são construídas, mesmo dentro do âmbito educacional, operam no sentido de conferir protagonismo histórico a determinados sujeitos – a saber, brancos – em detrimento daqueles que de fato foram protagonistas de importantes processos históricos. Assim, revela-se a seletividade na construção da memória coletiva, na qual as memórias brancas são preservadas e dignas de honra – ainda que se trate de uma memória escravista e colonial, logo, violenta e genocida –, enquanto as memórias negras que aparecem nas narrativas oficiais são apenas aquelas que remetem às nossas dores, ao passo que as memórias de exaltação são sabotadas e desconsideradas.

Esse processo está diretamente associado à manutenção de um estigma imputado sobre o corpo negro que remonta o período escravocrata: o de que corpos negros são corpos de dor. Construir oficialmente uma memória que só considera a população negra nos processos históricos em posição de passividade ou sofrimento⁴⁷, funciona também como uma estratégia de condicionamento da existência de pessoas negras às predeterminações brancas. Ademais, enquanto construção oficial, esteve – ou está – presente também nos currículos escolares que

⁴⁷ Basta lembrarmos que a memória da escravidão está presente nas narrativas oficiais – e mesmo assim, por vezes, relativizada –, mas as contra condutas da população escravizada à época pouco são exaltadas, tampouco são apresentadas com relevância nas narrativas oficiais. Pouco se sabe, por vias hegemônicas, sobre a organização de quilombos e figuras centrais na emancipação do povo negro, como Zumbi dos Palmares ou Francisco José do Nascimento.

são apresentados às crianças que, ainda sem pleno discernimento, reproduzem e interiorizam as problemáticas advindas da construção de uma memória seletiva e racista. Essa dinâmica nos revela uma apropriação desigual de recursos de poder, no qual a história é contada apenas por um grupo, a partir de um ponto de vista, o que possibilita a manutenção sobreposição de um grupo ao outro, conforme proposto por Norbert Elias.

4.2 “Eu nunca estava lá”: representações de pessoas negras na mídia

Os veículos midiáticos também têm participação fundamental na construção de imaginários sociais, posto que são capazes de induzir pensamentos e formar opiniões não apenas a partir daquilo que veiculam, mas sobretudo a partir de como tal conteúdo é veiculado. Ao definir os critérios para que algo se torne notícia, a mídia dita o que estará em pauta e, assim, evidencia ou apaga fatos, silencia e dá voz a indivíduos. Configurando-se enquanto uma dimensão fundamental das relações de poder estabelecidas na sociedade, os veículos midiáticos e as representações que neles são feitas constituem-se enquanto um campo de disputas (bell hooks, 2019), porque são capazes de construir e reafirmar estigmas. Nesse contexto, em “*Olhares negros: raça e representação*”, discorrendo sobre a importância da construção de novas representações sob uma perspectiva política capaz de transgredir os modos de ver estabelecidos, bell hooks (2019) afirma a existência de uma estratégia de supremacia racial que se vale da construção de imagens da negritude e de pessoas negras para reafirmação da superioridade e manutenção do sistema de dominação racial.

Existe, portanto, um padrão que determina o papel e o lugar de pessoas negras no sistema de representação midiático. Nessa perspectiva, a mídia e as representações que ela nos fornece atuam no sentido de preservar as percepções colonialistas acerca do *outro* – o negro selvagem – em contraposição ao *eu universal* – o branco civilizado –. Assim, os estigmas são reconstituídos com novas roupagens e perpetuados de maneira articulada, porque, enquanto estruturas constituintes da sociedade, são constantes e necessários à ordem estabelecida.

Quando pensamos nas produções midiáticas de amplo alcance na sociedade, como as telenovelas, o que percebemos é um nítido padrão de representação que fixa pessoas negras em posições de subalternidade, ainda que algumas mudanças incipientes sejam percebidas nos dias atuais. Desenvolvendo uma análise sobre a representação do negro em telenovelas na década de 2000, Grijó e Sousa (2012) destacam que estes pouco aparecem em novelas com tramas mais leves e divertidas, que não têm compromisso com retratar a realidade do país. Outra observação dos autores é acerca da ocupação dos personagens negros que, no geral, se concentravam em atividades informais ou como serviços domésticos. Além disso, as tramas com maior

participação de pessoas negras eram justamente aquelas que se passavam no período escravocrata, no qual os negros que compunham o elenco representavam pessoas escravizadas.

Essa pequena explanação não se trata de uma reivindicação de espaços de representação apenas numérica, mas de uma constatação daquilo que estamos afirmando: quando representados, os negros aparecem em posições subalternas e estereotipadas que, na prática, reforçam e perpetuam estigmas. Durante a entrevista, Vinícius mencionou que, embora não fosse muito atento aos papéis que pessoas negras interpretavam em novelas, sempre percebeu nas propagandas televisivas que as famílias felizes numa mesa de café da manhã nunca eram negras, que os jovens se divertindo em baladas não eram negros. Assim, ele percebia que corpos como o dele não eram representados em leves situações cotidianas, era como se não existisse a possibilidade de uma vida normal para uma pessoa como ele.

Vinícius mencionou ainda a importância de pensar a representatividade para além da representação, destacando a importância de (re)pensar como pessoas negras são representadas e que mensagem está sendo passada com tal representação. Isso nos permite retomar o diálogo com bell hooks (2019) porque para a autora, a questão acerca da representação demanda uma mudança de ponto de vista, capaz de confrontar as formas convencionais de ver e interpretar a negritude. Formas estas que foram estabelecidas a partir do olhar do branco sobre o negro e, portanto, carregadas de estereótipos negativos.

Ao trazer seu ponto de vista, Bruna destacou o impacto das construções midiáticas na autoestima de crianças negras. Por sua experiência tanto como professora, quanto com o projeto de extensão voltado para temáticas relacionadas à população negra que participa, Bruna reconhece que os comentários e imagens negativos que são proferidos sobre a estética de pessoas negras, faz com que crianças negras cresçam com essa insegurança presente:

Pra mim, a autoestima de uma pessoa negra funciona como um espelho. No momento em que essa autoestima é quebrada, no momento em que as pessoas começam a se referir de forma pejorativa ao seu cabelo, ou cor da sua pele, ou seu corpo, por mais que quando você faça 16 anos você conheça a trança, você conheça o *big chop*, você entenda que você é negro, você nunca mais consegue se recuperar daquelas violências que você sofreu na infância (Bruna, Rio de Janeiro, 2022).

Nesse processo, o impacto da mídia também é muito perceptível. Relatando suas experiências, Douglas aponta que durante sua infância não tinha referências negras positivas em desenhos, filmes, histórias em quadrinhos e demais produções midiáticas que consumia. Ele menciona que a primeira produção focada em pessoas negras com a qual teve contato, foi a novela Xica da Silva, que era uma produção pautada na perspectiva da violência da escravidão, da desumanização e da hipersexualização. Nesse momento, Douglas destacou também a

questão das novelas, pontuando que ou não tinham pessoas negras compondo a trama, ou os poucos personagens negros que tinham eram serviçais, bandidos, com traços de insanidade e perfil animalesco, numa construção muito estereotipada do que é e do que pode fazer uma pessoa negra. Isso fez com que ele internalizasse que “negro não é maneiro, não é legal, porque toda minha referência, para além da minha casa, vinha da televisão e tudo que vinha ou não falava do negro, ou falava do negro de forma negativa” (Douglas, Rio de Janeiro, 2022). Essa construção negativa da negritude que foi internalizada por Douglas impactou diretamente em sua autoestima, levando-o a acreditar que por ser negro não teria como ser uma pessoa bonita ou até mesmo uma pessoa capaz de se destacar positivamente.

Ainda sobre o impacto das construções midiáticas em crianças negras, Vinícius chamou atenção para o fato de que, com muita constância, os arcos principais de pessoas negras em séries, filmes e telenovelas é pautada pelo racismo, uma exposição constante desses povos sofrendo e lidando com algum tipo de violência racial. Vinícius destacou a importância de transgredir o olhar – tal como propunha bell hooks – na construção de uma representação de corpos e vivências negras que sejam marcadas pela leveza e pelo afeto, para que crianças negras não cresçam pensando que seus corpos estão condicionados à violência.

Nesse contexto, Bruna relatou um episódio vivenciado com seu irmão mais novo quando ele tinha 10 anos. Ela contou que eles se arrumavam ao mesmo tempo, ela para ir à faculdade e ele para ir à escola, até que um dia ele pediu que não fizessem mais isso assistindo ao jornal local, porque tudo que acontecia de ruim na cidade do Rio de Janeiro era com pessoas negras e isso fazia com que ele fosse para a escola triste e amedrontado.

O episódio relatado por Bruna chama atenção, dentre outros fatores, para o tratamento que a mídia hegemônica dá a situações de violência contra pessoas e territórios negros. De maneira geral, isso é feito de forma a tornar o ocorrido um espetáculo. Basta lembrarmos da cobertura que foi feita da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Complexo de Favelas do Alemão ou até mesmo da insensibilidade de mostrar ou questionar mulheres negras, cujos filhos ou companheiros são vitimados pela violência do Estado, em seus momentos de dor, luto e desespero.

Outro ponto fundamental do relato de Bruna – e que dialoga diretamente com a seção acima – explicita o impacto que a mídia e a forma como as pessoas negras são retratadas por ela têm na vida de nossas crianças. Isso não significa que os telejornais não devam noticiar acontecimentos violentos, mas que a realidade de violência imposta a pessoas negras que acontece de maneira televisionada e, muitas vezes, em forma de espetáculo, faz com que nossas

crianças convivam desde cedo com a noção de que seus corpos carregam uma marca que pode, a qualquer momento, ser a causa de violências contra elas.

4.3 Da mulata ao negão: estigmas raciais e gênero

Os estigmas imputados aos corpos negros aparecem também através de predeterminações associadas ao gênero. No período escravocrata, homens e mulheres negros compartilhavam o estigma da ausência da humanidade e da hipersexualização, ainda que de maneiras distintas. Enquanto o corpo da mulher negra servia como um objeto de satisfação sexual de homens brancos, o corpo do homem negro era visto como uma ameaça tanto à integridade sexual de mulheres brancas, quanto à masculinidade branca hegemônica. Dessa maneira, embora com diferenças entre si, corpos negros foram historicamente reduzidos a dois aspectos: o sexo e o trabalho.

A construção do corpo da mulher negra enquanto um objeto de desejo sexual permanece até os dias atuais. Ao ser condicionada à hipersexualização, a mulher negra é multiplamente afetada em suas vivências. Enquanto indutor à promiscuidade, o corpo da mulher negra não é digno de afetos e cuidados, torna-se um corpo-objeto, passível de uso e descarte, sobre o qual imperam os domínios do patriarcado colonial.

Eu me dei conta que ser [negra de pele] clara não me protegeria e que eu ainda seria vítima de racismo, né, muito a partir das minhas relações afetivas. Então, de ser aquela mulher que é objetificada, aquela história que é reduzida a um corpo (...) esse entendimento que as pessoas têm do meu corpo, né? De um corpo que é público (...) eu sinto que as pessoas olham o meu corpo como um corpo público. Há muitos anos eu sinto isso, sinto que o meu corpo é socializado como um corpo que é público (...) eu me sinto um corrimão, um corrimão que as pessoas passam a mão, que elas fazem o que elas querem (Bruna, Rio de Janeiro, 2022).

Essa objetificação do corpo da mulher negra se dá tanto pelo cunho sexual, quanto pela dimensão do trabalho. Nesse sentido, ao discutir a construção mitológica da mulher negra brasileira, Lélia Gonzalez (1984) questiona e refuta as premissas da democracia racial, que atribuíram à mulher negra três imagens fixas de seu papel na sociedade: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

(...) em tudo que é expressão sincera de vida. trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no

amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 2000, p. 191).

De acordo com Lélia Gonzalez (1984), a mulata e a doméstica são atualizações da figura da mucama, e representam a dualidade da forma como mulheres negras são percebidas socialmente: publicidade e anonimato. Para a autora, trata-se de uma violência simbólica, pois em contrapartida à exaltação do corpo da “mulata” – aquele próprio para os desejos carnavais de homens brancos – está essa mesma mulher negra no cotidiano, a que desempenha funções serviçais, “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230). Essa mulher preta é socialmente posta em situação de anonimato e invisibilidade.

Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (GONZALEZ, 1984, p. 233).

Para além da dualidade, está o mito da mãe preta. Acerca disso, Lélia Gonzalez (1984) ironicamente afirma que esse é o único papel social em que a mulher negra torna-se gente, pois se o peso da maternidade é imputado às mulheres de maneira geral, historicamente é imputado com ainda mais força sobre mulheres negras, aquelas que maternam não por seus próprios filhos, mas pelos filhos de suas senhoras (brancas, diga-se de passagem). Enquanto doméstica e enquanto mãe preta, a mulher negra “é quase da família”, não por uma relação de afeto, mas por estratégia de controle e manutenção da hierarquia racial. Embora necessária ao bom funcionamento das dinâmicas da casa, a mulher negra não pertence à família branca senhorial. Nessa relação, sua posição continua sendo de subalternidade e prestação de serviços, nada além.

De maneira similar às construções que foram feitas acerca da feminilidade negra, desde o período colonial, os homens negros, independentemente de sua classe social, foram fixados em imagens que os imputam posições sociais muito específicas. Para além do corpo que, desumanizado, é apto e destinado a desempenhar os mais árduos trabalhos, homens negros foram historicamente associados à violência e à hipersexualização. Dessa forma, são criadas representações de negritude, através das quais consolida-se a ideia de que há espaços e características próprias de homens negros.

Em *Black Sexual Politics: African Americans, Gender and the New Racism*, ao discutir a construção dos imaginários que fixam a masculinidade negra em sexualidade e/ou violência, Patricia Hill Collins afirma que a intelectualidade é vista como uma pertença exclusiva da

masculinidade branca, ao passo que os homens negros ficam restritos ao aspecto corporal. As imagens de controle (HILL COLLINS, 2004) que associam os homens negros à brutalidade, à animosidade e à corporeidade fizeram com que lhes fosse negada a intelectualidade⁴⁸. Percebidos como sujeitos limitados e inferiores, restou aos homens negros os trabalhos corporais, com o objetivo de manutenção destes sujeitos em condições de pobreza e impotência social (HILL COLLINS, 2004).

Jovens negros, desproporcionalmente numerosos entre os pobres, vêm sendo socializados para acreditar que a força e a resistência física são tudo o que realmente importa. Esta socialização é tão presente no mundo atual quanto durante a escravidão. Preparados para ser mantidos como membros permanentes de uma subclasse, para não ter escolhas e, deste modo, dispostos a matar, sempre que necessário, em nome do Estado, homens negros sem privilégios de classe sempre têm sido os alvos da deseducação. Eles foram e são ensinados que o "pensar" não é um trabalho valioso, que o "pensar" não os ajudará a sobreviver (hooks, 2015, p. 679).

No Brasil, quando analisamos os dados educacionais considerando a dimensão racial, é possível identificar a existência de uma socialização negativa de meninos negros – conforme apontada por bell hooks –, que tem por objetivo os afastar da intelectualidade e condicioná-los a posições sociais de menor prestígio. Segundo dados do IPEA, no ano de 2015, a taxa de analfabetismo da população masculina brasileira apresentava a configuração disposta na tabela abaixo.

Tabela 2: Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade, masculina, segundo cor/raça e faixa etária – Brasil, 2015

	Total	Branca	Negra
Total	7,7	4,6	10,2
10 a 14 anos	2,0	1,6	2,3
15 a 17 anos	1,0	0,7	1,2
18 a 24 anos	1,6	1,3	1,8
25 a 29 anos	2,5	1,4	3,3

⁴⁸ Essa redução da pessoa negra à dimensão corpórea foi abordada no filme *Get Out*, dirigido por Jordan Peele. No decorrer da trama fictícia, revela-se um esquema de transplante cerebral, no qual corpos negros são leiloados para serem utilizados como receptores dos cérebros de pessoas brancas. Em uma das cenas, ao apresentar o procedimento para a vítima que receberia o seu cérebro, o personagem Roman Armitage afirma “você foi escolhido por causa das vantagens físicas que usufruiu durante sua vida. Com seus dons inatos e nossa determinação, podemos fazer parte de algo maior”. O esquema tinha como objetivo se utilizar do corpo de pessoas negras e, assim, aproveitar seus atributos físicos que seriam mais atléticos, robustos, viris, resistentes e habilidosos para a realização de determinadas tarefas. Contudo, o intelecto ainda seria de propriedade branca.

30 a 44 anos	5,9	3,2	8,0
45 a 59 anos	10,5	5,4	15,0
60 anos ou mais	21,9	12,3	31,8

Fonte: IBGE/PNAD.

A análise da tabela acima nos permite inferir que as taxas de analfabetismo da população negra masculina são maiores que as da população branca e que as da média nacional, em todas as faixas etárias. É possível identificar ainda que a privação do acesso de homens negros à alfabetização no Brasil é algo que se mantém ao longo do tempo, pois à medida que aumenta a faixa etária, também aumenta significativamente a referida taxa. Para além disso, o homem negro analfabeto passa a ter imputado sobre si mais um estigma que lhe inferioriza socialmente, pois em condição de analfabetismo é lido como incapaz de participar das dinâmicas propostas pelo mundo moderno, no qual o discurso por meio da grafia ocupa posição privilegiada em detrimento da oralidade (ROZA, 2018).

De maneira similar, quando analisamos a média de anos de estudo da população masculina no Brasil, a desigualdade no acesso à educação também se apresenta de maneira associada à dimensão racial, conforme exposto na tabela a seguir.

Tabela 3: Média de anos de estudo da população masculina, segundo cor/raça e faixa etária – Brasil, 2015

	Total	Branca	Negra
Total	7,3	8,1	6,6
7 a 14 anos	3,0	3,1	2,9
15 a 17 anos	7,5	7,9	7,3
18 a 24 anos	9,5	10,2	9,1
25 a 29 anos	9,9	10,8	9,2
30 a 44 anos	8,7	9,9	7,9
45 a 59 anos	7,4	8,6	6,4
60 anos ou mais	5,0	6,2	3,7

Fonte: IBGE/PNAD.

Os dados expostos na Tabela 3 revelam que a média de anos de estudo da população negra masculina é menor não apenas do que a da população branca, mas também fica abaixo da média nacional em todas as faixas etárias. Esses dados expõem que a população negra masculina é privada de gozar plenamente do direito à educação, fato que tem como consequência direta a imposição da subalternidade social a esses sujeitos, visto que estão inseridos em uma sociedade na qual o nível de escolaridade é considerado fator de maior ou menor atribuição de valor ao sujeito dentro da lógica mercadológica que rege o trabalho.

Ao refletir sobre a sua trajetória escolar, Yuri destacou que nunca foi considerado um dos “melhores alunos”, por não ser aquele que tirava as melhores notas ou que se destacava em competições escolares. Para ele, isso ganhou ainda mais força durante o mestrado, quando viveu um processo de entendimento de que aquilo que ele escreve e produz é bom. O reconhecimento da qualidade de seu trabalho não é, entretanto, uma constante, mas um exercício diário em sua trajetória acadêmica, já que não foi acostumado a ser considerado bom. Ele menciona ainda que o espaço escolar não é pensado para os homens negros e esse era um dos motivos que o levava a não se enxergar em uma pós-graduação, por exemplo. Isso vai de encontro ao que bell hooks traz em *Escolarizando homens negros*, quando, citando o trabalho de reforço que o Movimento Black Power fazia nas escolas públicas, menciona que o sistema educacional era falho tanto porque não promovia educação para negros pobres, quanto porque essa realidade era percebida com acomodação e se convertia em culpabilização da vítima (hooks, 2015). Nesse sentido, a autora afirma que “antes mesmo de encontrar uma cultura de rua genocida, garotos negros têm sido atacados na primeira infância por um genocídio cultural que se inicia nas instituições educacionais, nas quais eles simplesmente não são ensinados” (hooks, 2015, p. 683).

Em consonância à negação da intelectualidade, homens negros são fixados em imagens de brutalidade, força física e sexualidade aflorada, características que variam entre o desejo e o medo, a depender do contexto em que se apresentam⁴⁹, ainda que a percepção social seja, de maneira geral, negativa. Para Hill Collins (2004), a ascensão financeira também não simboliza uma ruptura com a imagem de perversidade e criminalidade atribuída a homens negros, porque embora essa representação seja adotada com maior recorrência contra homens pobres, todos os homens negros estão constantemente sob suspeita.

A associação entre os estigmas da violência e da sexualidade incontrolável foram fundamentais na construção do mito do homem negro estuprador que, ao ser difundido no século XIX nos Estados Unidos, serviu como pretexto para que grupos supremacistas brancos executassem linchamentos de homens negros. A crença de que homens negros têm desejos sexuais insaciáveis por mulheres brancas fizeram com que muitos desses homens fossem perseguidos e mortos sob o argumento de defesa da honra de mulheres brancas. Ao discorrer sobre a construção histórica desse mito, Angela Davis (2016) afirma que tais acusações foram constantemente retomadas para justificar as violências que eram cometidas contra a população negra, sobretudo no pós-abolição, como uma forma de garantir a dominação política do povo negro.

⁴⁹ Hill Collins nos oferece o exemplo de atletas negros, cujos corpos podem ser causa de admiração, enquanto outros corpos negros masculinos são causa de temor.

A imagem fictícia do homem negro como estuprador sempre fortaleceu sua companheira inseparável: a imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, toda a raça é investida de bestialidade. Se os homens negros voltam os olhos para as mulheres brancas como objetos sexuais, então as mulheres negras devem por certo aceitar as atenções sexuais dos homens brancos. Se elas são vistas como “mulheres fáceis” e prostitutas, suas queixas de estupro necessariamente carecem de legitimidade (DAVIS, 2016, p. 186).

Os impactos negativos provocados pela consolidação desse mito atingiam também às mulheres negras que estavam ausentes na luta antiestupro liderada por feministas brancas nos Estados Unidos. Tal ausência se deve ao fato de que eram as mulheres negras que ocupavam os maiores índices de estupro e estes eram cometidos por homens brancos, com o intuito de demonstrar poder não só sobre elas, mas também sobre seus parceiros negros. Junto a isso, estava a desconfiança de instituições jurídicas que historicamente atuaram contra a população negra, seja através do desprezo às denúncias de mulheres negras ou de atuar no sentido de legitimar as violências impostas à população negra. Dessa maneira, mulheres negras conheciam a necessidade de interpretar a construção do mito do estuprador negro a partir de uma perspectiva interseccional que, para além da dimensão do gênero, considerasse também a raça (DAVIS, 2016).

O mito do estuprador negro de mulheres brancas é irmão gêmeo do mito da mulher negra má - ambos elaborados para servir de desculpa e para facilitar a exploração continuada de homens negros e mulheres negras. As mulheres negras perceberam esse vínculo de modo muito claro e desde o começo se colocaram na dianteira da luta contra os linchamentos (DAVIS, 2016, p. 178-179).

Na realidade brasileira, o período colonial também se caracteriza pela construção de estigmas sobre o corpo do homem negro, muitos deles de caráter zoomórfico. Desumanizado, sua função limitava-se ao desempenho do trabalho braçal em regime de escravidão e, nesse sentido, suas características corpóreas eram utilizadas para atribuição de valor dentro da lógica empresarial escravista. Dessa maneira, a dimensão estética do corpo negro foi subjugada à dinâmica de compra e venda de pessoas escravizadas. Vistas como mercadoria, as pessoas negras tinham de apresentar boas condições físicas após os horrores do navio negreiro e das senzalas, bem como tinham que apresentar domínio de habilidades laborais necessárias à época. Assim, dentro da lógica mercadológica, quanto mais viril, robusta e forte fosse a pessoa negra, maior era o seu valor no mercado escravista. Em caso de fuga, seguia-se o mesmo critério para determinar a intensidade das buscas.

Os homens negros eram sempre caracterizados como indivíduos exóticos, irracionais, fetichistas, bárbaros, incivilizados, dentre outros adjetivos, classificações e juízos de valores de grande teor etnocêntrico e, sobretudo, racista. A escravização dos povos africanos gerou várias projeções imagéticas sobre os homens negros, que eram vistos generalizadamente como meros animais, desprovidos de razão, inteligência, humanidade e cultura. Além de seres animaiscos, os negros escravizados também passaram a ser visualizados como objetos, cargas, mercadorias de grande valor financeiro no comércio transatlântico; valor que era delimitado e fixado a partir de seus dotes físicos e sua robustez anatômica que seriam empregados principalmente nos serviços agrícolas das monoculturas coloniais de cana-de-açúcar e na extração de minérios em territórios brasileiros (SANTOS, 2014, p. 8).

Nesse sentido, os anúncios de jornais sobre pessoas escravizadas fugidas ou disponíveis para compra e venda, comumente baseavam-se em descrições fenotípicas e destacavam as habilidades laborais dessas pessoas, conforme é possível observar nos anúncios abaixo.

Figura 1: Anúncio de busca por um escravizado fugido (1809)⁵⁰

Em 20 de Agosto do anno proximo passado fugio hum escravo preto, por nome Matheus, com os signaes seguintes: rosto grande e redondo, com dous talhos, hum por cima da sobrançelha esquerda, e outro nas costas, olhos pequenos, estatura ordinaria, mãos grandes, dedos grossos e curtos, pés grandes, e o corpo grosso. Na Loja de Fazenda de Antonio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães na Rua da Quitanda N.º 61. receberá quem o entregar, além das despezas que tiver feito, 12\$300 reis de alviçaras.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Gazeta do Rio de Janeiro, nº 34, 1809.

Figura 2: Anúncio de busca por um escravizado fugido (1815)⁵¹

No dia 11 de Abril de 1814 fugio a *Joaquim Antonio de Begonha Lobo*, morador na rua da Quitanda N.º 91, hum escravo *João*, de nação *Libollo*, de idade de 25 annos para mais, muito ladinõ, altura ordinaria, delgado de perna á proporção do corpo, olhos grandes, e muito vivos, que tem huma cicatriz em huma face, e alguma falta de cabello na moleira, e he rendido de huma virilha; he official de *Currador*, e que tambem sabe serrar, e de roça: costuma mudar o nome, e dizer que he forro. Quem delle der noticia tem de premio 50\$ reis, e sendo algum cativo, que dê conta delle, se lhe dão cinco doblas para ajuda da sua liberdade.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Gazeta do Rio de Janeiro, nº 63, 1815.

Figura 3: Anúncio de busca por um escravizado fugido (1814)⁵²

No dia 2 de Fevereiro, desapareceu ao Tenente *Francisco de Paula Figueredo*, morador no arraial de *Maricá*, hum escravo de nação *Benguela* por nome *Antonio*, official de *Ferreiro*, estatura ordinaria para menos alguma couza, falla quasi como crioulo, ainda rapaz, pouca barba, bem parecido e bem feito, menos dos pés, que os tem largos, e o dedo grande do pé esquerdo torto para a banda do outro pé; poderá andar com o nome trocado: péde a quem delle souber o descubra a *Manoel José Fernandes Pinto*, morador na praia de *D. Manoel*, na esquina do beco dos *Ferreiros*, com armazem de molhados, e dará boas alviçaras.

⁵⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749664/278>.

⁵¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/3641>.

⁵² Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/2934>.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Gazeta do Rio de Janeiro, nº 19, 1814.

O anúncio que consta na Figura 1 faz extensa e detalhada descrição fenotípica da pessoa procurada, corroborando com a ideia aqui apontada de que o homem negro foi historicamente reduzido à sua dimensão corpórea. Por sua vez, o anúncio da Figura 2, para além da descrição corpórea traz outras dimensões que merecem destaque, como por exemplo a menção à nação *Libollo*, a qual a pessoa escravizada fugida pertencia. De acordo com Gomes (2016), essa nação localizava-se na África Centro-Occidental, no que atualmente seria o território angolano, e correspondia a cerca de 0,3% dos africanos batizados nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, no período entre 1801 e 1830⁵³. Ademais, merece destaque também a menção às habilidades laborais que João – o escravizado em fuga – possuía. Na Figura 3, assim como em sua antecessora, há destaque para as habilidades laborais e para os aspectos fenotípicos da pessoa fugida. Além disso, destaca-se também que o escravizado era de “nação *Benguela*”. Esse termo, entretanto, não faz referência direta a uma origem étnica do continente africano, mas remete a um cativo proveniente da região da África Central Atlântica, mais especificamente do porte de Benguela, local de embarque de africanos escravizados⁵⁴.

Os anúncios acima exemplificam a concepção social que se tinha do homem negro durante o período colonial: um ser reduzido às características fenotípicas e à utilidade que tinha no desempenho de funções indispensáveis ao funcionamento do sistema escravista. Junto a isso, a dimensão da hipersexualização dos homens negros também se fez presente na realidade brasileira. Não à toa em muitas práticas de tortura, as partes íntimas de homens negros eram postas em evidência para a realização dos castigos (SANTOS, 2014). Tais práticas eram mobilizadas tanto para reafirmar o controle branco sobre os corpos negros, quanto para reafirmar a inferioridade do homem negro, pois este já era reduzido ao plano da sexualidade e da fetichização, e até mesmo isso era passível de violação pelo branco.

O estigma acerca da dimensão sexual de homens negros, assim como outros, se faz presente até os dias atuais. Refletindo sobre sua adolescência, Yuri menciona que era comum ouvir insinuações como “você é negão” e “negão tem que ter pegada”, e que isso o fez performar

⁵³ Os documentos eclesiásticos são muito utilizados em pesquisas que buscam entender as origens das pessoas escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, bem como quantificá-las, tanto pelo papel central desempenhado pela Igreja Católica nesse contexto, quanto pela limitação das informações disponibilizadas por documentos oficiais, produzidos por instituições estatais.

⁵⁴ Cabe ressaltar que as denominações das nações utilizadas na chegada ao Brasil não necessariamente tinham correlação com a maneira pela qual as pessoas escravizadas identificavam-se em África. A utilização do termo nação, normalmente, fazia referência aos portos de embarque, às regiões de onde provinham ou até mesmo a uma classificação estabelecida pelos traficantes ao atribuir semelhanças aos africanos escravizados.

uma ideia de masculinidade hegemônica, mesmo que seu corpo negro não corresponda à hegemonia da masculinidade branca. Como já mencionado anteriormente, por influência midiática, Douglas tinha uma construção negativa da negritude. Para lidar com isso em relação à sua autoestima, ele menciona que criou subterfúgios que perpassam as questões de gênero, pois já que não se sentia bonito ou interessante, era importante que adotasse a típica postura do “malandro”, aquele que tem lábia e sabe convencer.

Acerca da temática da hipersexualização do homem negro, Fanon (2020, p. 171) afirma que “em relação ao negro, na realidade, tudo se desenrola no plano genital”.

O branco está convencido de que o negro é uma besta; se não é o comprimento do pênis, é a potência sexual que o afeta. Ele precisa se defender diante desse “diferente dele”. Ou seja, caracterizar o Outro. O Outro será o suporte de suas preocupações e de seus desejos (FANON, 2020, p. 183).

Ao discorrer sobre a construção do negro enquanto um sujeito que desperta medo na branquitude, o autor ressalta o grande papel que a dimensão sexual assume nesse contexto. A partir da análise que Sartre fez da questão antissemita, Fanon se propõe a discutir a negrofobia, sobre a qual afirma estar situada no âmbito dos instintos, “pois o negro é apenas biológico. São animais. Vivem nus” (FANON, 2020, p. 178). De acordo com o autor, o negro é sempre atingido em sua corporeidade, o medo está associado à virilidade e à sua suposta potência sexual. Por suas características corpóreas intrínsecas, o negro representa uma ameaça tanto à moral da mulher branca, quanto à masculinidade do homem branco que, não sendo animalesco e bestial como o negro, seria incapaz de despertar na mulher branca aquilo que despertaria o homem negro com toda sua virilidade⁵⁵.

4.4 “Fique no seu lugar!”: estigmas raciais e território

A construção da pessoa negra como uma figura que provoca medo não se deu apenas no âmbito sexual, mas em diferentes aspectos da vida de maneira generalizada, e resultou na criação de diversas estratégias de controle por parte da branquitude. Nesse contexto, o espaço também foi mobilizado pela hierarquia racial com o objetivo de manter pessoas negras sob controle. Essa estratégia, que foi utilizada no arrancamento de pessoas em África e em seu deslocamento forçado até o Brasil (OLIVEIRA, 2020), também perdura até os dias atuais através da contenção da circulação, bem como por meio de restrições aos usos e apropriações que pessoas negras fazem do espaço. Ou seja, a perpetuação do estigma de pessoas negras

⁵⁵ Assim revela-se, além do racismo intrínseco, a dimensão misógina da masculinidade branca, para a qual a mulher branca é um objeto de disputa sexual entre o homem branco e o homem negro.

enquanto uma ameaça implica em consequências quanto ao uso do espaço que, embora tenham sido modificadas ao longo do tempo, permanecem e reforçam a hierarquia racial, determinando a organização, os usos e apropriações diferenciados do território. Dessa maneira, ainda que no presente estudo não se pretenda fazer uma análise do desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, consideramos ser indispensável uma aproximação com essa temática para melhor embasar as análises que serão feitas nesta seção.

A associação entre características físicas que limitavam a ocupação e desempenho de funções de defesa e escoamento produtivo, fizeram com que, durante muito tempo, a ocupação da cidade do Rio de Janeiro fosse restrita ao centro e ao seu entorno (ABREU, 1988). Nesse contexto, a mobilidade urbana era limitada pela ausência de sistemas de transporte, o que também corroborou com a coexistência de grupos sociais muito distintos, com diferentes níveis de poder, em uma área muito restrita. Dessa forma, embora a segregação sócio-espacial seja a tônica da cidade, esta não se caracteriza por um isolamento total da elite branca, mas pelo contato entre diferentes grupos sociais, ainda que em relações hierárquicas.

A chegada da Família Real, em 1808, foi o primeiro marco da incorporação da ideia de civilização que se tinha à época ao território da cidade. Assim, todas as mudanças que seriam feitas naquele período, no âmbito da organização e da sociabilidade urbana, tinham como fundamento a adequação da cidade à função de sede do Império nos trópicos. Não obstante, visando a reorganização e a normatização do território, três medidas foram imediatamente postas em prática com a chegada da Família Real: i) a criação da Intendência Geral da Polícia, responsável pelo controle da vida da população, bem como pelas obras públicas; ii) o diagnóstico médico, produzido por Manuel Vieira da Silva, no mesmo ano de chegada da Família Real. Sob a justificativa de identificar as causas de insalubridade na cidade, o documento, que obteve caráter oficial, articulava o binômio saúde-doença ao território e, dessa forma, serviu como base para que o higienismo se tornasse a tônica para pensar a cidade ao longo do século XIX e início do século XX; iii) e o mapa oficial que, na busca de estabelecer uma associação entre os ideais civilizatórios e o território, seria instrumentalizado para o planejamento das transformações necessárias à cidade, agora nova sede da corte portuguesa (SCHULTZ, 2008).

Nesse contexto, a busca pela civilização de premissas europeias era consenso entre as classes dominantes. Também consensual era a ideia de que para atingir tal civilização e tornar a cidade adequada à sua nova função, era necessário marginalizar aspectos estéticos e sociais que não fossem capazes de representar as mudanças propostas. Assim,

Construir uma corte real significava construir uma cidade ideal; uma cidade na qual tanto arquitetura mundana quanto a monumental, juntamente com as práticas sociais e culturais dos seus residentes, projetassem uma imagem inequivocamente poderosa e virtuosa da autoridade e do governo reais (SCHULTZ, 2008, p.157).

Nessa dinâmica, as grandes construções habitacionais das quais a corte fez uso serviram de barganha para o aumento de poder econômico, político e social das elites locais que, alcançando posições de – ainda mais – prestígio na sociedade, aprofundaram as desigualdades sociais. De acordo com Abreu (1988), já na década de 1820 era possível observar certa diferenciação social na composição das freguesias urbanas. Dessa maneira, mesmo com as limitações impostas pelo sítio da cidade e pelos meios de transporte, iniciava-se um processo de diferenciação sócio-espacial que só se consolidou no período republicano, principalmente pela atuação do capital estrangeiro na conformação do espaço urbano (ABREU, 1988).

Em *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Mauricio Abreu afirma que a diferenciação social passa a ser espacialmente perceptível com o aumento de trens da Estrada de Ferro D. Pedro II e com a criação da primeira linha de carris, na década de 1870. A partir de então, os setores mais abastados da sociedade carioca à época passaram a ocupar lugares que eram servidos pelos bondes e carris, transportes caracterizados por serem mais caros e, conseqüentemente, mais elitizados, que se direcionavam à Zona Sul. Em contrapartida, seguindo os caminhos percorridos pelo trem em direção à atual Zona Norte, habitavam os grupos menos abastados, bem onde eram instaladas as atividades industriais (ABREU, 1988).

Mesmo com o processo de segregação perceptivelmente em curso, agindo de maneira a delimitar no espaço urbano do Rio de Janeiro os lugares da elite branca, e os lugares dos pobres e dos negros, essa dinâmica não provocou isolamento direto dos grupos envolvidos. Os grupos sociais mais abastados sempre demandaram a presença de grupos subjugados, sobretudo pela necessidade de alguém que pudesse lhes prestar serviços. Dessa maneira, a dita “civilização brasileira”, por ser ancorada em relações hierárquicas de poder, impossibilitou o isolamento total e permitiu a convivência entre os diferentes estratos da sociedade em um mesmo espaço.

Conforme aponta Sodré (2002), as mudanças visando a modernização aos moldes europeus empreendidas na cidade implicavam também em reformulações na ordem social. A ordem do período para a cidade era “sanear (segundo as concepções dos higienistas europeus), embelezar (impor à paisagem monumentos de feição europeia) e liberar a circulação (atacar o ambiente natural para adaptá-lo ao trânsito de homens e mercadorias)” (SODRÉ, 2002, p. 44). Nesse sentido, não apenas a condição escrava, mas as próprias pessoas negras foram percebidas como um inconveniente à modernização pretendida. Às modificações pretendidas e realizadas

na paisagem da cidade, estava intrínseca a manutenção da hostilidade ao elemento perturbador da ordem social: a população negra (SODRÉ, 2002).

Ainda que no campo cultural a primeira identidade coletiva da cidade tenha sido construída a partir da incorporação daquilo que era próprio da cultura popular, como os grupos carnavalescos e o samba (FERNANDES, 2009), os setores menos abastados da população – sobretudo a população negra – não foram inseridos nas lógicas que seriam estabelecidas a partir da constituição da República. Pelo contrário, o ideal republicano previa a perseguição e a exclusão desses grupos por meio de intervenções do Estado e da elitização do espaço urbano⁵⁶. No entanto, conforme já mencionado, esses processos não foram capazes de suprimir a porosidade da cidade – sustentada, sobretudo pelo trabalho e pela cultura popular – e, assim, impedir a coexistência de diferentes grupos (FERNANDES, 2009).

Ora, se não seria possível que os grupos considerados inferiores fossem banidos da vida urbana, outras estratégias de contenção e demarcação de posições sociais precisavam ser implementadas para a manutenção das diferenciações hierárquicas. Daí deriva a criação de mecanismos de constrangimento (FERNANDES, 2009), isto é, fronteiras físicas e simbólicas que operam no sentido de demarcar as diferentes posições sociais que são ocupadas por atores com diferentes níveis de poder social.

Acerca das fronteiras físicas, estas são explicitadas por sua materialidade no espaço urbano. Na cidade do Rio de Janeiro é possível perceber que as áreas periféricas, nas quais os serviços essenciais que possibilitam o uso e a apropriação plena do espaço urbano são precários ou inexistentes, são o local de moradia de pessoas negras. Enquanto nas áreas nobres da cidade, nas quais os equipamentos que propiciam maior qualidade de vida à população são disponibilizados em quantidade e qualidade, a população é majoritariamente branca. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, dentre os dez bairros com o maior número absoluto de pessoas negras da cidade, apenas a Maré e a Pavuna não estão localizadas na Zona Oeste, conforme explicita a tabela abaixo.

Tabela 4: Bairros com maior número absoluto de população negra, na cidade do Rio de Janeiro

Bairros	População Negra
Campo Grande	178.521
Bangu	147.898

⁵⁶ Muniz Sodré (2002) destaca as manifestações corporais como um ponto de embate entre o comportamento burguês-europeu e a população negra. Para o autor, esse choque se deve ao fato de que liberdade corporal intrínseca à cultura negra confronta a rigidez da normatividade corporal imposta pela europeização dos espaços urbanos brasileiros, na qual o distanciamento entre os corpos impera, tornando outras relações com a corporeidade promíscuas.

Santa Cruz	142.756
Realengo	103.294
Jacarepaguá	86.029
Maré	79.692
Guaratiba	65.528
Senador Camará	65.000
Paciência	62.063
Pavuna	59.453

Fonte: Censo Demográfico (2010). Organizado pela autora.

A amostragem por números absolutos, entretanto, apresenta algumas limitações, pois sete dos bairros listados acima estão entre os que têm maior número total de população, fato que faz com que Campo Grande, Bangu, Realengo, Santa Cruz e Jacarepaguá apareçam, também, entre os dez com maior número absoluto de população branca. Assim, a tabela abaixo lista os dez bairros com a maior proporção de população negra em relação ao seu contingente populacional total.

Tabela 5: Bairros com maior número proporcional de população negra, na cidade do Rio de Janeiro

Bairro	População Total	População Negra (%)
Grumari	167	82,63%
Mangueira	17.835	74,07%
Cidade de Deus	36.515	72,14%
Costa Barros	28.442	69,52%
Gericinó	15.167	67,81%
Complexo do Alemão	69.143	65,85%
Jacarezinho	37.839	65,82%
Santa Cruz	217.333	65,69%
Paciência	94.626	65,59%
Acari	27.347	65,21%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Embora a mudança dos bairros entre as tabelas 4 e 5 seja notória (apenas Paciência e Santa Cruz aparecem em ambas), e bairros da Zona Norte figurem com maior expressividade quando consideramos a proporcionalidade, isso não muda o fato de que a população negra na cidade do Rio de Janeiro está, majoritariamente, situada nas áreas periféricas da cidade, onde a oferta de serviços é precária e a qualidade de vida é inferior. Em contraste, a população branca na cidade do Rio de Janeiro está concentrada de maneira expressiva nas ditas áreas nobres da cidade, conforme se constata na tabela abaixo, na qual apenas os bairros Barra da Tijuca e João não estão localizados na Zona Sul.

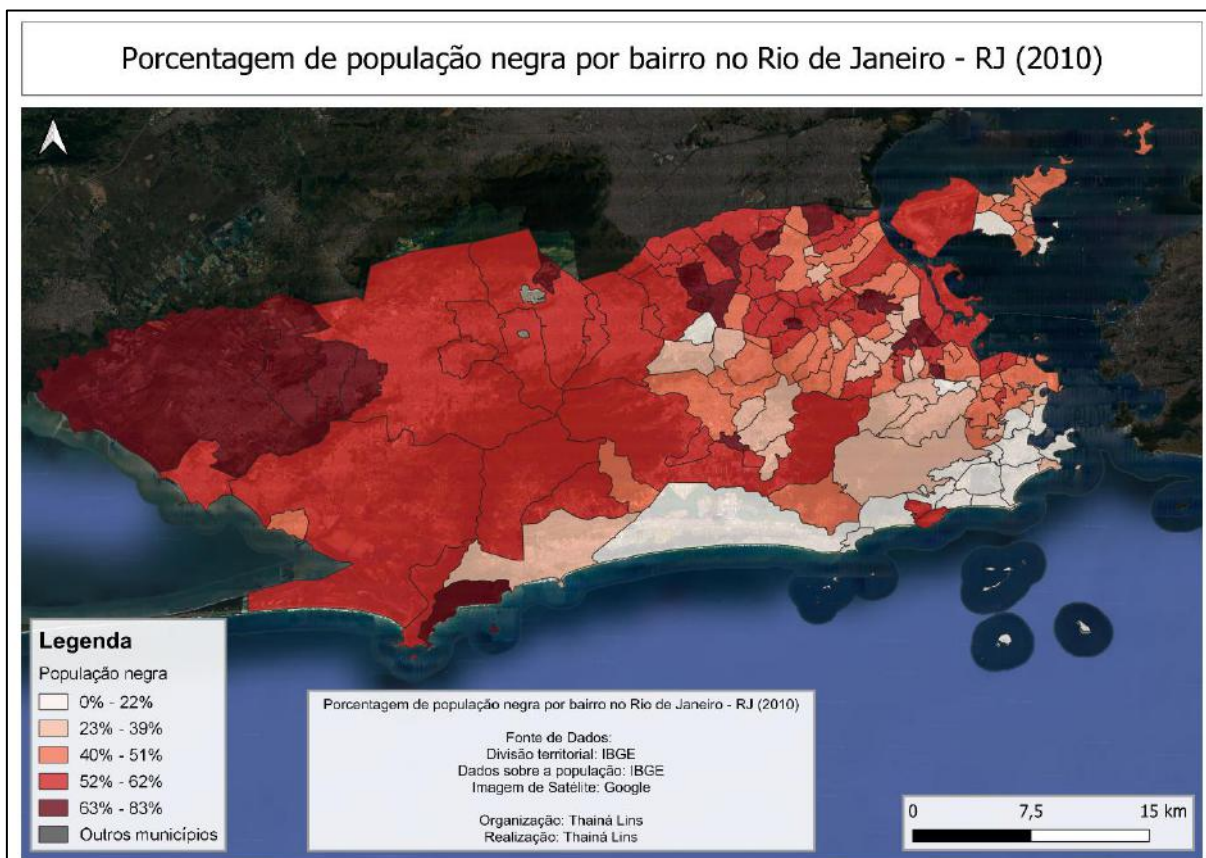
Tabela 6: Bairros com maior número proporcional de população branca, na cidade do Rio de Janeiro

Bairro	População Total	População Branca (%)
Lagoa	21.198	91,33%
Barra da Tijuca	135.924	87,59%
Leblon	46.044	87,09%
Joá	818	86,80%
Humaitá	13.285	86,75%
Gávea	16.003	84,54%
Ipanema	42.743	84,17%
Jardim Botânico	18.009	82,82%
Laranjeiras	45.554	82,80%
São Conrado	10.980	82,79%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

No mapa abaixo é possível visualizar a distribuição espacial da população negra na cidade do Rio de Janeiro, a partir de sua porcentagem na composição racial dos bairros. Através das tabelas anteriormente apresentadas e da leitura do mapa é possível identificar a pouca presença da população negra na dita “área nobre” da cidade e sua maior concentração em áreas periféricas e/ou faveladas.

Mapa 1: Porcentagem de população negra por bairro no Rio de Janeiro - RJ (2010)



Organizado pela autora.

A leitura do mapa nos permite ainda apontar outras observações: 1) o bairro do Grumari, embora figure entre os bairros com maior porcentagem de população negra (82,63%), apresenta total de população muito menor que os demais bairros, contando apenas com 167 pessoas, segundo dados do Censo Demográfico de 2010. Fato semelhante acontece com o bairro do Joá, que figura entre os bairros mais brancos da cidade (86,80%), mas apresenta apenas 818 pessoas compondo a totalidade de sua população; 2) as duas áreas da Zona Sul da cidade que aparecem na cor correspondente a 52%-62% de população negra na sua composição racial são as favelas da Rocinha (59,54%) e do Vidigal (58,97%); 3) no Censo Demográfico de 2010 não há dados relativos à composição racial dos bairros Lapa, Vila Kennedy e Jabour, por isso os bairros aparecem sem coloração no mapa; 4) fora da Zona Sul da cidade, apenas 5 bairros apresentam menos de 22% de população negra em sua composição racial. São eles: Barra da Tijuca (11,70%), Campo dos Afonsos (19,41%), Maracanã (19,96%), Jardim Guanabara (20,12%) e Ribeira (21,74%).

Essa realidade nos permite retomar o que já destacamos anteriormente: a cidade do Rio de Janeiro foi forjada na divisão racial do espaço, estabelecendo e naturalizando espaços de negros e espaços de brancos (GONZALEZ; HASENBALG, 1982) que, embora não sejam determinações intransponíveis ou isoladas, determinam um padrão espacial de ocupação da cidade⁵⁷.

Associado a isso está a restrição da mobilidade de pessoas negras que se consolida através de múltiplas estratégias. Ao pensar nas possibilidades de deslocamento no espaço urbano do Rio de Janeiro é inevitável considerar que os locais de moradia das pessoas negras são distantes das áreas centrais, exigindo maior deslocamento destes para o trabalho e, por vezes, para o lazer. A disponibilidade de transporte público, entretanto, não segue a lógica de organização da cidade. Quanto mais distante das áreas centrais, mais precária e menos eficaz é a oferta desses serviços, seja pelo tempo de deslocamento, pela necessidade de baldeação entre diferentes modais ou pelas más condições de conforto em que se encontram os transportes. Somado a isso está também o alto custo dos transportes que, como bem apontou Fernandes (2009), impedem que muitos moradores de áreas periféricas se desloquem para além da busca por obtenção de renda. Para além do fator econômico, é importante destacar que a própria

⁵⁷ Reconhecemos que a renda também é um fator determinante no processo de ocupação do espaço urbano, sobretudo quando consideramos a dimensão da moradia. Entretanto, em nossa análise será destinada maior atenção à questão racial que, conforme apontam estudos como o de Telles (2003), também é um fator capaz de determinar o processo de uso e ocupação do espaço urbano, sobretudo em um país de trajetória colonial.

operação do transporte público funciona de maneira a coibir a presença de pessoas negras em espaços brancos, exceto para a prestação de serviços⁵⁸. Não à toa, os intervalos entre os trens (modal mais eficaz na conexão de áreas periféricas com a área central do Rio de Janeiro) são ampliados no fim de semana, bem como seu período de funcionamento é mais curto. Da mesma maneira, as já precárias linhas de ônibus circulam com intervalos maiores ou são até mesmo suspensas aos fins de semana.

Nesse contexto, retomando as entrevistas, o jovem Yuri nos relatou que ser morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro impacta muito nas suas possibilidades de deslocamento pela cidade, porque sua circulação precisa sempre ser estrategicamente pensada, de maneira a garantir sua segurança em um duplo sentido: o primeiro é o de não ser vítima de assalto, roubo e outras dinâmicas violentas, e o segundo é o de não ser interpretado como um agente violento, aquele que representa uma ameaça a outras pessoas. O músico contou que uma vez voltando de um ensaio, usando boné para trás, uma mochila e segurando as ferragens da bateria nas mãos, quando foi abordado por um homem que se apresentou como policial e sugeriu, em tom ameaçador, que Yuri não se vestisse mais daquela forma e tampouco segurasse seu material daquela maneira, porque remetia à imagem que ele tinha de bandidos.

Contando suas experiências, Yuri afirma que, de certa forma, sua subjetividade foi moldada também pelas dificuldades e constrangimentos de ser uma pessoa negra que circula pela cidade. Reconhecendo o espaço em que vive enquanto constitutivo de sua identidade, Yuri relata que seus comportamentos variam de acordo com o espaço em que está porque existem diferenças na receptividade que é dada à sua presença.

Ainda nesse âmbito, Bruna – moradora do bairro de Padre Miguel, também na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro – ressalta sua atual relação afetiva com o espaço em que nasceu e foi criada, mas aponta que nem sempre foi assim. Ela diz que antes de entrar na universidade, o pensamento que ela tinha era o de sair de seu bairro de origem na primeira oportunidade que tivesse, pois ele se caracterizava por ser um lugar que não dispunha dos equipamentos urbanos que a interessavam e por ser distante das áreas centrais da cidade, espaços em que ela achava que as dinâmicas urbanas de fato aconteciam. Bruna destaca que a entrada na universidade marcou uma mudança de sua percepção em relação a Padre Miguel, porque começou a identificar o quanto sua subjetividade é moldada também por ser moradora

⁵⁸ No ano de 2015, no contexto de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, muitas modificações foram feitas no transporte público. À época, teve grande repercussão o anúncio do corte de linhas de ônibus que ligavam bairros do subúrbio carioca à orla da Zona Sul da cidade durante o verão. As linhas cortadas eram justamente aquelas em que a Polícia Militar realizava blitz. A justificativa para a medida segregacionista foi afirmar que se tratava de uma tentativa de prezar pela segurança na orla da cidade, devido ao alto índice de arrastões que aconteciam à época.

do bairro. Inspirada nas noções de centro e periferia de bell hooks, Bruna ressalta a possibilidade geográfica de interpretação da ideia da autora:

É como se a margem, a periferia, a favela fossem responsáveis por te catapultar aos centros, aos centros de poder, aos centros de cultura... e aí eu acho que existe muita potência em estar aqui. Então, eu abandonei. Quando eu entendi isso, eu abandonei esse sonho de estar em outro lugar que não aqui. Não que eu não queira me mudar ou que eu não vá me mudar um dia, isso vai acontecer, mas essa deixa de ser uma prioridade na forma que eu entendo que o jeito como eu... as minhas trajetórias sócio-espaciais, elas são definidas a partir do meu lugar né, de Padre Miguel (Bruna, Rio de Janeiro, 2022).

As falas e experiências de Yuri e Bruna corroboram com o argumento de França (2010), no qual o autor explicita que a escolha pela moradia não necessariamente é pautada apenas pelo poder aquisitivo, mas também pode ser determinada pela identificação com o espaço e pelas relações de vizinhança. Dessa forma, é comum que pessoas negras, ainda que tenham condições de renda suficientes, permaneçam em seus bairros de criação, nos quais são mais bem aceitos e sofrem menos com situações de constrangimento. Embora França (2010) faça sua análise a partir da questão da moradia, acreditamos que aquilo que fora constatado pelo autor também se aplique à circulação na cidade, já que a esta também se aplicam os mecanismos de constrangimento, capazes de condicionar tanto os espaços de circulação, quanto a maneira de agir nestes diferentes espaços.

Eu não me comporto da mesma forma, tipo, um shopping em Campo Grande é diferente de um shopping no Leblon. É diferente, assim, por mais que seja um shopping e tal, mas lá é muito... **acho que os olhares são outros, a percepção do nosso corpo é diferente lá.** Eu não me sinto bem, não me sinto bem mesmo. Tipo, é uma sensação de ‘caraca, quero sair daqui’, mas que cara, é só um shopping. Às vezes tem que ir, tem que comprar alguma coisa, mas eu não me sinto bem, não me sinto confortável. E aí **eu vi como é importante estar no meu lugar**, a questão de estar em espaços com pessoas pretas, de me relacionar mais com pessoas pretas e de ver mais pessoas pretas porque é onde eu consigo me sentir mais confortável (Yuri, Rio de Janeiro, 2022).

Assim, é possível inferir que a lógica segregacionista que impera na cidade do Rio de Janeiro, de maneira a restringir o acesso a diferentes espaços à população negra, não se limita a um processo espacial que determina locais de moradia, mas inclui também a restrição da circulação de grupos considerados indesejáveis⁵⁹. Essa restrição nem sempre se dá através de

⁵⁹ Sabemos que, embora seja o interesse da presente pesquisa, o que determina que um grupo seja indesejável não é apenas a dimensão racial, mas também a classe, a sexualidade, o gênero ou uma intersecção entre esses fatores.

delimitações físicas, como a construção de muros, barreiras e colocação de grades, mas através da constituição de fronteiras simbólicas que, ao produzir situações de constrangimento e intimidação, reforçam as diferenças entre os desejáveis e os indesejáveis ou os estabelecidos e os *outsiders*, conforme proposto por Elias (2000). Contudo, ainda que não sejam materializadas, as fronteiras simbólicas podem ser tão violentas quanto, ou até mais violentas do que aquelas que estão visíveis no espaço. Sua efetividade se dá através de padrões estéticos e de comportamentos que são capazes de determinar aqueles que se sentirão à vontade e aqueles que se sentirão incomodados em determinados espaços.

Em *Crítica da Razão Negra*, ao discorrer sobre a lógica do poder colonial, Achille Mbembe dialoga com Frantz Fanon e seu entendimento sobre a constituição da raça enquanto um marcador da alteridade e sobre como a vida de pessoas negras, muitas vezes é pautada sobre o olhar que o branco lança sobre elas. Assim, afirma o autor:

(...) além das estruturas de coerção que presidem a organização do mundo colonial, o que constitui a raça é, antes de mais nada, um certo poder do olhar (...). Se o olhar do colono me “fulmina” e me “imobiliza” e se sua voz me “petrifica”, é porque minha vida não tem o mesmo peso que a sua (MBEMBE, 2018, p. 197).

O olhar é um dos mecanismos de constrangimento que se apresenta como sutileza, porque não tem materialidade espacial, não pode ser denunciado, mas é percebido por aquele que o recebe. Esse olhar não é aleatório, mas deriva de concepções predeterminadas sobre a população negra e é lançado de maneira a constranger e reforçar a existência de lugares físicos e sociais que cabem a estas pessoas.

Acerca disso, Vinícius compartilhou conosco uma experiência vivenciada no ano de 2015 que ele classificou como o “grande momento” de percepção que sua negritude era observada por pessoas brancas como uma ameaça. Vinícius contou que à época, marcou de ir à praia com sua namorada, mas uma mudança repentina do tempo fez com que eles mudassem o destino e decidissem passear pelo Barra Shopping. Contudo, ao longo do passeio, sua namorada começou a demonstrar incômodo porque as pessoas estavam olhando muito para eles. Vinícius disse que até ela comunicar, não tinha percebido os olhares, mas destacou que era um jovem negro vestindo camiseta, short e chinelo, ao lado de uma jovem branca, passeando pelo Barra Shopping em um contexto de recorrência de arrastões em alguns bairros da Zona Sul da cidade⁶⁰.

Em estudo recente, Patrício (2022) apresenta como se dá a hostilidade urbana à população LGBTQIA+, com enfoque destinado aos homens gays.

⁶⁰ Esse contexto exemplifica muito bem como funciona a criação de um estigma, dos traços que o caracterizam e das estratégias espaciais adotadas com o objetivo de restringir a circulação de grupos indesejáveis no espaço. No contexto da recorrência de arrastões em Copacabana, um grupo de lutadores de artes marciais moradores do bairro,

“(...) percebi que todo mundo igual podia sofrer... todo mundo igual a mim podia sofrer aquilo ali e eu também poderia sofrer com algum tipo de violência nesse sentido. Tanto que quando a gente saiu do shopping nesse mesmo dia, veio uma fila de policiais, a gente passou por uma fila de policiais e pela primeira vez na minha vida... eu já tinha sido parado pela polícia em carro, enfim. Nunca tinha dado esse tipo de estalo. Mas quando eu vi a polícia, eu abaixei a cabeça. Foi a primeira vez que eu abaixei a cabeça pra polícia de alguma forma e fiquei me perguntando se eu não estivesse com ela, como é que eu estaria aqui agora na Barra da Tijuca? Será que eu teria passado por eles e ido a caminho do BRT? Ou, sei lá...” (Vinícius, Rio de Janeiro, 2022).

O ocorrido com Vinícius – e, indubitavelmente, com muitos outros homens negros diariamente – expressa que as coerções espaciais estão para além dos objetos presentes no espaço, mas se encontram também nas ações, ou seja, na tecnosfera e na psicofera (SANTOS, 2006). Dessa maneira, os estigmas historicamente construídos são reforçados e mobilizados para a gestão racista do território, dividindo racialmente e ditando a ocupação do espaço. O que percebemos, portanto, é que a cidade do Rio de Janeiro está inserida numa lógica de segregação sócio-racial, na qual as pessoas negras não apenas estão confinadas aos espaços que lhes foram destinados – a saber, as favelas e periferias da cidade –, mas também são impedidas de circular livremente pelo espaço urbano sem sofrer algum tipo de punição, seja pela ineficiência dos meios materiais que possibilitam a circulação, seja pelos constrangimentos sociais dos quais podem ser vítimas.

Dentro da mesma lógica, associada à estigmatização da população negra, está também a estigmatização de seus territórios que, interpretados como espaços desordenados e indesejáveis, são sempre desconsiderados na formulação de políticas públicas. Por sua composição populacional, a esses bairros são delegados os ônus da dinâmica urbana, como a violência policial, a dificuldade de acesso e a ausência de espaços de lazer e de cultura. Na cidade do Rio de Janeiro, conforme mencionamos anteriormente, os investimentos do Estado se concentram nas áreas nobres e centrais da cidade, de maneira a atender as necessidades do capital e não da população. Dessa maneira, a distribuição espacial desigual dos bônus e ônus presentes na cidade corroboram com a ideia de uma gestão racista do espaço urbano (OLIVEIRA, 2020).

agindo como justiceiros, começaram a interceptar os ônibus que vinham do subúrbio carioca em direção a Copacabana e Ipanema. Segundo reportagem, intitulada “Justiceiros de Copacabana: grupo decide atacar suspeitos de assalto”, publicada na Folha de São Paulo, os homens justificam que as interceptações eram feitas com o objetivo de coibir supostos assaltantes que perturbavam a ordem em seu bairro e que, portanto, suas ações eram apenas legítima defesa. Segundo um desses homens, eles buscavam “moleques de chinelo, com cara de quem não tem 1 real no bolso”.

Ao longo do processo de formação urbana do Rio de Janeiro, a população negra, retirada das áreas centrais, foi deslocada para as áreas periféricas⁶¹ que hoje podem ser entendidas como zonas de sacrifício da cidade, já que recebem atividades e empreendimentos que, ao poluir o ambiente, comprometem a qualidade de vida e a saúde da população ao seu redor. No Rio de Janeiro podemos destacar, por exemplo, o bairro de Santa Cruz – um dos mais negros da cidade, conforme exposto na Tabela 5 (IBGE, 2010) – como representativo dessa realidade de injustiça ambiental, não somente pelos diferentes tipos de poluição derivados das atividades industriais instaladas no território⁶², como também pela ausência de fornecimento do saneamento básico, problema que se estende a outros bairros da Zona Oeste carioca⁶³. Outro exemplo da gestão racista na cidade do Rio de Janeiro foi discutido por nós em artigo escrito para o Boletim Paulista de Geografia, no qual foi possível identificar que as maiores letalidades pela COVID-19 se davam nos bairros com maior presença de população negra (LINS, 2021). Não obstante, é nesses bairros que reside a população trabalhadora que foi privada do direito de fazer o isolamento social de maneira adequada e, assim, foi exposta ao coronavírus em seus trajetos e locais de trabalho.

Dentre os inúmeros exemplos que poderiam ser apresentados aqui, na presente pesquisa nos interessa especificamente a violência provocada por agentes do braço armado do Estado, que está direta e intimamente associada à mortalidade negra na cidade do Rio de Janeiro, tema desta dissertação. O que identificamos é que tanto as pessoas, quanto os territórios negros são vitimados pela lógica racista de gestão do espaço urbano. É nos territórios negros que as incursões policiais são mais violentas e sanguinárias, são esses os locais em que ocorrem as “confusões policiais”, são nesses territórios que a população tem o cotidiano limitado pelas operações policiais, são esses espaços que servem de palco aos horrores sanguinários das chacinas, são nesses espaços onde a morte de pessoas negras acontece de maneira deliberada e socialmente aceita. Esse tópico será abordado de maneira mais detalhada e aprofundada no

⁶¹ É importante ressaltar que esse processo de remoção e deslocamento da população não é uma ação fixada no passado, mas uma prática recorrente na cidade do Rio de Janeiro. Com as obras e empreendimentos feitos na cidade durante o período dos megaeventos (a saber, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), também motivaram a expulsão de pessoas – sobretudo pobres e negras – dos seus locais de moradia e sua realocação nas áreas periféricas da cidade.

⁶² Aqui destacamos as atividades da Ternium (antiga ThyssenKrupp), siderúrgica instalada em Santa Cruz, que ficou conhecida pelo fenômeno da “chuva de prata”, que consiste na chuva de um pó brilhoso que deriva da produção do aço. Dentre os problemas associados à indústria é possível citar ainda os alagamentos em decorrência da instalação de uma barragem no Canal do São Francisco, o impacto que a linha férrea que transporta os minérios tem sobre a estrutura das casas e a saturação do sistema de saúde que apresenta sinais de insuficiência, com o aparecimento e agravamento de doenças em decorrência da atividade industrial mencionada.

⁶³ Acerca disso, podemos destacar o caso do Rio Cação Vermelho, que nasce no Morro de Santa Eugênia e deságua na Baía de Sepetiba, após atravessar os bairros de Cosmos, Paciência e Santa Cruz. O rio recebe o lançamento de esgoto em suas águas, devido à inexistência do serviço de captação e tratamento de esgoto na área.

próximo capítulo. De toda forma, não se trata aqui de um entendimento de que esses territórios sejam lugares de horror e morte – isso também seria uma leitura estigmatizada da realidade –, mas sim de que isso é o que o Estado os imputa dentro da lógica racista de gestão do espaço que tem como objetivo confinar e marginalizar pessoas, práticas e territórios negros.

Ao longo deste capítulo, através dos relatos dos jovens negros, buscamos apontar as recorrências existentes na relação entre estigmas e território. Tal relação evidencia que a constituição e a manutenção da hierarquia racial têm como base um conjunto simbólico que envolve pensamentos, hábitos e ações. Isso se materializa na forma de barreiras espaciais, cujo objetivo é restringir a circulação de pessoas negras e limitar o uso pleno do território por essas pessoas. Há, portanto, uma psicofera e uma tecnofera que delimitam uma hierarquia no uso e na apropriação do território que é dada pela dimensão racial.

5. “E O MEU POVO AINDA CHORA PELAS BALAS DE FUZIL...”

O objetivo do presente capítulo é analisar a mortalidade de pessoas negras motivada pela ação violenta do braço armado do Estado na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, nos valem da consulta à bibliografia existente acerca das políticas de (in)segurança adotadas no Rio de Janeiro, o que nos possibilita afirmar de antemão que a atuação policial na cidade sempre se deu no sentido de condenar determinados territórios e vidas – a saber, periferias e pessoas negras – à violência e à brutalidade.

Em nossa análise ao longo desta dissertação, por vezes, destacamos que a subjugação de pessoas negras, os estigmas a elas imputados e a conseqüente expressiva mortalidade desta população no Brasil corresponde a um projeto de Estado que, desde sua origem, concebe a população negra enquanto um problema a ser resolvido e, quando possível, eliminado. Contudo, reconhecemos também que na cidade do Rio de Janeiro há particularidades nesta dinâmica que merecem ser consideradas, dentre as quais destacamos a seguir as políticas de segurança pública. Embora o recorte espacial da presente pesquisa seja a cidade do Rio de Janeiro, as políticas de segurança pública que direcionam a atuação do braço armado do Estado são determinadas a nível estadual. Dessa maneira, a análise que se segue considerará o contexto estadual no âmbito da segurança pública para compreender a dimensão da mortalidade negra provocada por agentes do estado na cidade do Rio de Janeiro. Destacamos ainda que não se pretende fazer uma análise aprofundada das políticas de cada um dos governos estaduais, o que certamente fugiria dos objetivos aqui propostos, mas salientar aquilo que, no âmbito da segurança pública, identificamos como fundamental para a dinâmica da mortalidade negra na cidade do Rio de Janeiro.

Conjuntamente, será realizada também uma análise dos dados disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (ISP), que possibilitam identificar a dimensão racial enquanto um determinante para a ocorrência da letalidade violenta na cidade. O ponto de partida aqui considerado é o entendimento de que essa dinâmica não se dá de maneira dissociada do território, mas o utiliza como ferramenta e estratégia para promover ações violentas que cerceiam, limitam e aniquilam corpos negros na cidade do Rio de Janeiro.

Como já apresentado anteriormente, pensar as condições de vida da população negra no Rio de Janeiro implica retomar a história da cidade cujo desenvolvimento foi pautado pela divisão racial do espaço. Tal lógica, visava não apenas retirar a população negra das áreas centrais, mas também criar estratégias que fossem capazes de conter a circulação dessas pessoas na cidade, mantendo-as confinadas em seus territórios e mantendo esses territórios sob constante controle e vigilância.

Com a reforma urbanística promovida por Pereira Passos, que se baseou nos padrões estéticos da *belle époque*, o Rio de Janeiro, agora higienizado e embranquecido – pelo menos em sua área central –, passou a ser a representação paisagística da República. Isso se consolidou não apenas por seus atributos construídos e naturais, mas também por aquilo que passou a representar a identidade carioca: o jeito cortês, alegre, caloroso e receptivo, que seria capaz de integrar as pessoas apesar de suas diferenças. Dessa maneira, construía-se um imaginário da cidade e da sociabilidade que nela existia que objetivava menosprezar as contradições e conflitos sociais presentes na realidade carioca. O título de “cidade maravilhosa”, atribuído ao Rio de Janeiro, articulava a dimensão paisagística da cidade ao seu protagonismo político e cultural no país, que conjuntamente faziam da cidade uma vitrine do Brasil para o exterior.

Todo o esforço desempenhado para construir a idealização de um paraíso tropical, entretanto, era confrontado pela realidade da cidade que trazia em suas construções materiais e sociais as marcas do sistema escravocrata que lhe constituiu. O que de fato se apresentava como realidade era um grande contingente populacional para o qual a cidade não foi planejada e, portanto, representava um problema à imagem de ordem e desenvolvimento que se pretendia transmitir. Esse aumento populacional começou a se desenhar no fim do século XIX, com o início da substituição de pessoas escravizadas por máquinas em algumas regiões do país e com os efeitos da seca em parte do Nordeste, fatos que motivaram a venda de grandes contingentes de escravizados, sobretudo para os grandes centros do país, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo. Com a abolição da escravidão, em 1888⁶⁴, o processo de urbanização do Rio de Janeiro – ainda que incipiente – se tornou fator de atração para os recém libertos, o que acarretou em significativo aumento populacional na cidade.

Com a abolição da escravatura, entretanto, é que a capital do Império vai ter sua população, de fato, aumentada. Aos migrantes do Vale do Paraíba, que para o Rio de Janeiro continuam vindo desde a falência da lavoura cafeeira na região, aos veteranos da Guerra do Paraguai, aos flagelados da Grande Seca vêm juntar-se, agora, mais e mais negros, oriundos das mais diversas regiões do País, mas principalmente das províncias vizinhas. (LOPES, 2008, p. 39).

A concentração desse grande afluxo populacional era, notadamente, a área central da cidade. Para além do grande contingente populacional presente na cidade, um outro problema se apresentava: de acordo com o recenseamento da população de 1890, cerca de 54,89% da população da então capital federal era de pessoas “pretas e mestiças”⁶⁵. Esse expressivo

⁶⁴ A discussão mais aprofundada acerca da abolição da escravidão pode ser encontrada no segundo capítulo da presente dissertação, na página 16.

⁶⁵ Classificações adotadas no recenseamento mencionado.

contingente populacional, em grande parte negro, concentrava-se na parte central da cidade, devido à proximidade com os postos de trabalho. Dentro do projeto de embelezamento e embranquecimento da cidade, entretanto, essa configuração territorial não poderia existir⁶⁶. Uma solução encontrada no fim do século XIX foi a construção de vilas operárias em locais mais distantes das áreas centrais, que sugestionadas pelo discurso higienista que imperava, eram caracterizadas como moradias higiênicas (ABREU, 2013). Tais moradias, porém, não foram suficientes para a quantidade de pessoas expulsas da área central.

O que se verifica no Rio de Janeiro, portanto, é que a formação urbana da cidade se dá de maneira contraditória, pois a presença de ex-escravos e migrantes pobres no centro urbano era necessária à manutenção do trabalho – agora assalariado – e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do capitalismo. Todavia, essa presença era indesejada pelo projeto político que objetivava o branqueamento estético da cidade. Junto a tal projeto, que atendia à demanda das elites por uma busca de assemelhar-se cada vez mais aos padrões urbanos europeus, havia a necessidade de substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado que era considerado mais adequado e resultou no estímulo à imigração europeia, a partir de uma ideia de que estes seriam mais qualificados e moralmente mais capazes de se inserir à nova ordem no mundo do trabalho. Dentro desse contexto, a figura dos ex-escravizados passa a representar desacordo com o novo modelo de trabalho que vigorava no país e sua presença, agora considerada sem qualquer sentido econômico que a justificasse, passa a ser cada vez mais indesejada e perseguida.

Essa política de branqueamento surtia efeitos imediatos na composição da força de trabalho, pois

em 1890, dos 89 mil trabalhadores estrangeiros em atividade na terra carioca, mais da metade tinha os empregos mais bem remunerados, no comércio, na indústria e nas atividades artísticas; enquanto, entre os negros, 48% eram empregados domésticos, 17% eram operários, 16% não tinham profissão declarada e 17% trabalhavam em atividades extrativas, na lavoura e na pecuária. E é essa mesma ideologia do branqueamento que vai delimitar o espaço físico a ser ocupado por esses negros, vindos de todo o território brasileiro, na geografia carioca (LOPES, 2008, p. 40).

É importante salientar que a constituição da periferia carioca se dá a partir da ideologia de branqueamento da cidade do Rio de Janeiro que ao promover o deslocamento forçado e a remoção da população negra das áreas centrais, junto ao desenvolvimento dos sistemas de transporte para atender às necessidades de reprodução do capital, provocaram um rápido e

⁶⁶ Não à toa, os cortiços e demais formas de moradias populares foram estigmatizados e perseguidos desde a administração do prefeito Barata Ribeiro, para serem, de fato, destruídos na gestão de Pereira Passos.

significativo crescimento das áreas localizadas em torno do trajeto percorrido pelos trens. Outro impacto direto dessa lógica, sobretudo a partir da Reforma Pereira Passos, foi a constituição das favelas, que foram alternativas criadas pelas classes populares indesejadas para que pudessem se manter próximas às áreas centrais. Dessa maneira, a periferia do Rio de Janeiro não foi construída por meio de um planejamento urbano – pelo menos não diretamente para si – mas como consequência das perseguições seguidas de expulsões das áreas centrais, iniciados já nos últimos anos do século XIX.

Essa diferenciação racial da ocupação territorial na cidade do Rio de Janeiro é fundamental e basilar para que seja possível interpretar, também, a diferenciação racial e territorial das incursões violentas promovidas pelo braço armado do Estado. A atuação das forças policiais no Brasil, cujo surgimento data da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, durante o período escravocrata, estava associada ao controle de pessoas escravizadas, contendo possíveis revoltas e mantendo as elites cariocas da época protegidas (ASHCROFT, 2014). Ashcroft (2014) afirma que entre os anos de 1810 e 1821 a violência arbitrária imperava, sobretudo porque a maior parte das ações policiais era desempenhada contra pessoas escravizadas sob a alegação de delitos à ordem pública. Nesse sentido, de acordo com Holloway (1997), desde que surgiu enquanto uma instituição a incumbência da polícia era controlar e disciplinar a população, o que explicita o caráter seletivo das ações policiais que, na prática, se traduziam, sim, em controle, mas apenas – ou sobretudo – da população negra e pobre.

Desde a chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro, os sistemas penais e policiais são utilizados como instrumentos para controlar as classes mais baixas. Apesar do fenômeno da favela não ter de fato aparecido até o século XIX e início do século XX, a “criminalização da pobreza” já ocorria muito antes desta data. Durante o século XIX, uma lista extensa de infrações menores foi concebida, categorizando tais infrações como “desordem” pela lei e as punindo com prisão. Estas infrações incluíam desrespeito ao toque de recolher, jogos de azar, consumo de álcool e mendicância. Atos que poderiam ser multados incluíam gritos altos e o uso de palavrões e gestos indecentes (ASHCROFT, 2014).

Com o fim da escravidão, o papel da polícia não foi modificado. Sua função apenas foi ampliada para o controle de pessoas pobres em geral, sobretudo pessoas negras libertas, que eram vistas como os principais componentes das “classes perigosas” na República recém constituída. Isso foi feito por meio da repressão aos hábitos desses grupos da sociedade, sobretudo após a promulgação do Código Penal de 1890, documento oficial que estabelecia severas punições para atos como a prática da capoeira, a vadiagem e a embriaguez (ASHCROFT, 2014; FLAUZINA, 2017). A relação construída entre as forças policiais e a

população nunca se baseou na defesa dos direitos civis ou da proteção dos sujeitos, mas na repressão violenta. A atividade policial se constituiu por meio do uso de castigos corporais, sobretudo contra a população negra e pobre, de forma que a resolução de crimes e o combate a estes foram tornados secundários frente ao objetivo central de manter a população sob controle.

Ao longo da primeira metade do século XX, as instituições policiais foram continuamente reformuladas, pois acompanhavam os diferentes contextos políticos brasileiros. Contudo, a instituição policial tal qual conhecemos hoje foi estabelecida no período da ditadura militar, no qual a polícia tinha a função de enfrentar aqueles que se opunham ao regime. Nesse contexto, o objetivo anunciado de proteção da população foi ignorado em prol da incorporação de uma postura militar que priorizava “a segurança nacional e táticas anti-guerrilha e anti-protestos” (ASHCROFT, 2014). Além disso, o modelo de polícia que se constituía trazia uma característica fundamental que se mantém até hoje: uma cisão entre essa, já mencionada, força militar e a força civil, cuja responsabilidade seriam as atribuições administrativas e investigativas (CARVALHO, 2019).

Já na segunda metade do século XX, no contexto da redemocratização, o que se verificava na cidade do Rio de Janeiro eram grandes mudanças na dinâmica da criminalidade urbana, que apresentava significativo crescimento. Acerca desse contexto, Leite (2008) afirma que o aumento da criminalidade acontece pela mudança no perfil do tráfico de drogas que, com o objetivo de consolidar a cocaína no mercado, estabeleceu vínculos com cartéis internacionais, articulando-se ao tráfico de armas. Já na avaliação de Zaluar (1994), no contexto da política repressiva, o aumento do consumo de drogas ilícitas se deu em associação à corrupção policial e ao fortalecimento financeiro e bélico das organizações criminosas.

Dessa forma, sobretudo no Rio de Janeiro, passa-se das relações particulares entre traficantes e consumidores aos conflitos armados entre grupos rivais e entre esses grupos e a polícia. A capacidade que o tráfico agora tinha de gerar conflitos cada vez mais violentos e sangrentos, e de oferecer possibilidades de corrupção às instituições responsáveis por coibir suas atividades, fazia com que o medo da população aumentasse. Para além disso, a territorialização de grupos criminosos se concentrou nas áreas periféricas e faveladas da cidade – ainda que saibamos que não são destes espaços que vem a verdadeira sustentação financeira e até mesmo política dessas atividades –, fato que fez com que esse medo fosse, mais uma vez, materializado em pessoas negras e pobres, generalizando-os como potenciais agentes de violência (ZALUAR, 1994).

Com a construção e consolidação dos imaginários sociais supracitados, as ações policiais pautadas na truculência e na arbitrariedade, sobretudo contra territórios e corpos

negros, mais uma vez, passa a ser interpretada por parte da sociedade carioca como a solução para a crescente criminalidade. Fato importante ocorrido nesse período foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que não apenas promoveu uma ampliação de direitos políticos, sociais e civis, como também definiu diretrizes fundamentais para os processos de formulação e implementação de políticas de segurança pública. Outra importante determinação que constava na Constituição de 1988 foi o estabelecimento da distinção de atuação das polícias e do exército. Enquanto as primeiras tornavam-se subordinadas aos governos estaduais e teriam como função a segurança pública no sentido de manter a ordem pública e conter o avanço da criminalidade, o segundo ficaria responsável pelas funções de defesa nacional.

A redemocratização e a promulgação da Carta de 1988, entretanto, não foram garantidoras de uma ação policial menos agressiva. Pelo contrário, a truculência e a brutalidade não apenas se mantiveram, como foram potencializadas e passaram a ser as principais características das polícias brasileiras. Nesse contexto, o Rio de Janeiro ganhou protagonismo pois alcançou números exorbitantes relacionados à violência policial, que possibilitavam comparar a realidade do estado com cidades de países mergulhados em guerras civis (ASHCROFT, 2014).

Nesse contexto, amplamente fortalecida pela mídia, a metáfora de guerra passou a caracterizar o Rio de Janeiro durante a década de 1990 e fortaleceu a narrativa de uma cidade partida (VENTURA, 1994). Nessa lógica, a criminalidade que, conforme acreditavam muitos segmentos da sociedade, se disseminava a partir das favelas e periferias, perturbava a ordem social (LEITE, 2014).

Nessa construção, os bairros formais seriam objeto da desordem e insegurança que se espraiaria das favelas, ameaçando os moradores desses bairros, identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes (a contraface do cidadão), e, nessa qualidade, “pessoas de bem”, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir e consumir (LEITE, 2014).

Dessa forma, a construção discursiva da metáfora da guerra e de uma cidade partida, atuava também de maneira a relacionar os crimes violentos ocorridos nas áreas periféricas e faveladas à presença inefetiva do Estado ou mesmo de sua total ausência nesses territórios. O que se construía no imaginário social era a ideia de que essa ineficiência estatal, tanto para atuar na repressão de criminosos quanto para submeter os moradores à ordem disciplinar esperada, promovia a aproximação desses moradores com atos criminosos. Sob essa lógica, as ações policiais não violentas e, portanto, de acordo com a legalidade, passaram a ser questionadas por

ampla parcela da população que considerava que tais ações explicitavam condescendência com a criminalidade em detrimento da segurança dos “verdadeiros cidadãos”. Assim,

O debate público sobre a violência urbana transita assim para um plano moral, em que as favelas são identificadas como um território “inimigo” da ordem pública e seus moradores, às vezes como vítimas, porém mais frequentemente como cúmplices do crime violento (LEITE, 2014, p. 629).

Essa construção discursiva se consolidou no imaginário social, dentre outras coisas, pelos chamados “arrastões” que se tornaram frequentes nas praias cariocas e pelas chacinas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro ao longo da década de 1990. O reforço das ideias de uma sociedade em crise, na qual os aparatos institucionais não eram mais eficazes no controle de conflitos e contenção dos grupos que perturbavam a ordem social (LEITE, 2000), e que vivia um contexto de guerra passou a justificar a violência policial em territórios favelados e periféricos, bem como contra os pertencentes de grupos estigmatizados, sobretudo negros e pobres. Frente a isso, o envolvimento direto e doloso de policiais militares nas chacinas ocorridas não despertava nenhum tipo de comoção social, pois era interpretado como solução viável para a garantia da segurança dos “verdadeiros cidadãos” da cidade.

A morte de 11 jovens favelados moradores na periferia (Acari), em junho de 1990, o assassinato de sete menores que dormiam às portas da igreja da Candelária, uma das principais do Rio de Janeiro, em julho de 1993, e o massacre de 21 pessoas residentes em uma das favelas mais pobres e violentas da cidade (Vigário Geral), em agosto do mesmo ano, crimes pelos quais foram acusados, respectivamente, cinco, sete e quarenta e nove policiais militares, denotam uma escalada nesse envolvimento (LEITE, 2000, p. 75).

Acerca dessas chacinas, Leite (2000) destaca que, embora os casos tenham tido repercussão internacional, apenas o caso de Vigário Geral parece ter despertado algum tipo de comoção, porque a cobertura midiática do caso evidenciou a condição de trabalhadores ou estudantes das vítimas, e o fato de uma família evangélica também ter sido vitimada na ocasião. Tais fatores parecem ter sido assimilados socialmente como um atestado de inocência e não envolvimento com a criminalidade. No caso de Acari, a maior repercussão foi pela organização das mães dos adolescentes vitimados que, movidas pelo luto e pela vontade de justiça, e inspiradas nas Madres de la Plaza de Mayo, reivindicavam respostas e responsabilização pelo atentado contra seus filhos, bem como denunciaram o crime dentro e fora do Brasil. Já em relação à chacina da Candelária, a abordagem midiática enfatizava que a presença de meninos em situação de rua representava um problema para os comerciantes e frequentadores locais, sobretudo em termos de garantia da ordem e da segurança no local. Dessa maneira, a chacina

promovida pela polícia militar naquele local foi entendida, por muitos setores da sociedade, como uma solução rápida e eficaz para os problemas da região (LEITE, 2000).

Nesse contexto, as reformulações na segurança pública, visando a possibilidade de construir um policiamento comunitário – à época propostas, ao menos em parte, pelo governo brizolista – que demandavam tempo de amadurecimento para que demonstrassem resultados concretos, passaram a ser interpretadas como perda de tempo. Em consonância, crescia, tanto em meio à população, quanto internamente nas forças policiais, a ideia de que a atuação policial precisava ser desenvolvida visando resultados imediatos. Dessa maneira, a ideia de um policiamento comunitário tornou-se sinônimo de complacência com atividades criminosas e passou a enfrentar muita resistência dentro da própria corporação, para a qual o trabalho policial deveria ser pautado no enfrentamento direto a criminosos, sem que para isso houvesse qualquer tipo de regra ou controle.

No final do ano de 1994, sacramentando a ideia de que a questão da violência havia saído do controle do Estado no Rio de Janeiro, foi estabelecida a Operação Rio, uma intervenção do Exército acordada entre os governos estadual e federal na tentativa de conter a violência no estado. Tal decisão tinha também apoio e clamor de poderosos setores da sociedade, pois no ano de 1992 o policiamento ostensivo da cidade fora assumido pelo exército, por ocorrência da ECO-92 e, tais grupos, interpretaram a ação como positiva. A ideia de que o governo estadual, sozinho, não conseguia comandar as forças policiais para conter o expressivo crescimento da violência, junto à percepção de que as forças policiais eram pouco efetivas sob o comando da época e a proximidade do debate eleitoral, tornaram ainda maior a pressão pela intervenção.

Com a chegada de Marcello Alencar ao governo do estado, o que se observou foi o retorno de uma lógica de segurança pública que se pautava tão somente pelo exercício brutal do poder. O comando da segurança do estado foi entregue ao General Nilton Cerqueira, que esteve ligado a órgãos repressivos do Exército no período da ditadura militar. O grande marco de sua gestão foi o estabelecimento da premiação por atos de bravura, instituída pelo decreto estadual 21.753/1995, que concedia gratificação salarial a policiais cuja atuação no combate aos criminosos tivesse maior destaque, estabelecendo como critério fundamental o número de bandidos mortos em ações policiais. De acordo com Cano (1997), tal medida foi responsável não apenas pelo aumento da letalidade policial, como também pela recorrência do uso dos autos

de resistência⁶⁷ como justificativa para tal letalidade. Assim, mediante à possibilidade de promoções e gratificações salariais, policiais que antes não faziam registros dos cadáveres de suas vítimas, passaram a fazê-los sob a justificativa dos autos de resistência (CANO, 1997).

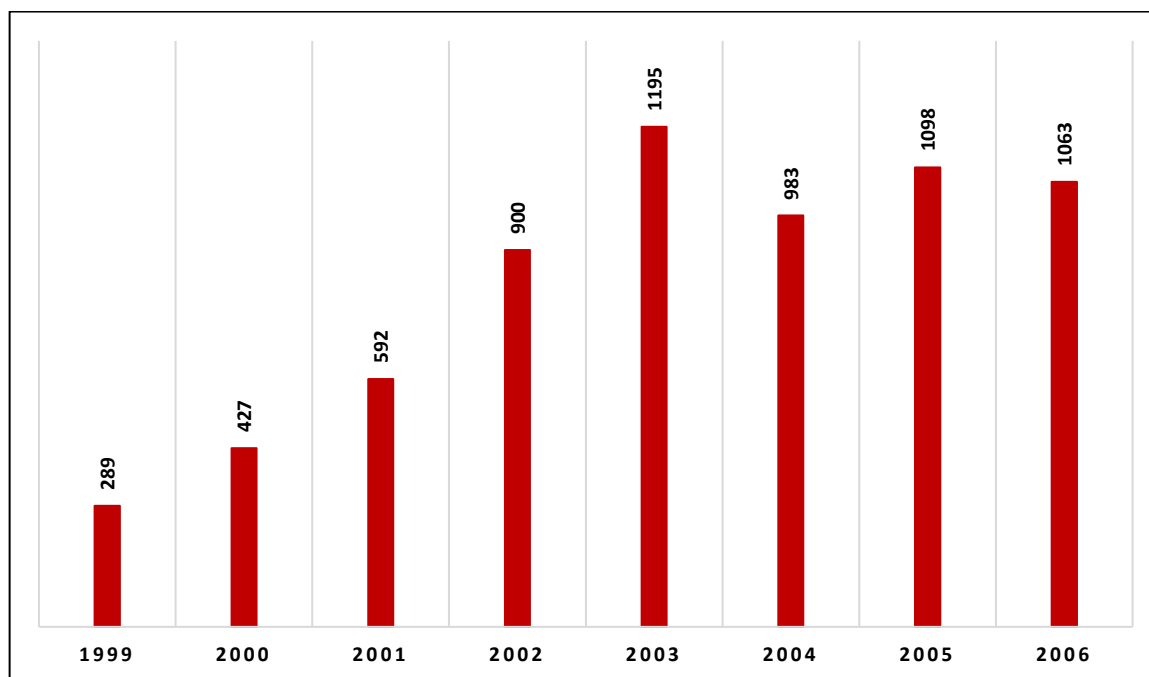
Nos governos de Anthony Garotinho (1999-2002) e Rosinha Garotinho (2003-2006), a utilização excessiva dos autos de resistência foi mantida, atingindo a marca de mais de 1000 por ano (RAMOS, 2016). Junto a isso, a corrupção e a violência excessiva foram fixadas como características fundamentais da polícia do Rio de Janeiro, principalmente nas ações em espaços favelados. Em contrapartida, Ramos (2016) aponta que nessas duas administrações foi possível constatar uma redução de 11,5% nas taxas de homicídio que, na análise da autora, se deu devido às reorganizações que foram realizadas nas políticas de segurança do estado ao longo dos dois mandatos. Dessa forma, a autora destaca como símbolos dessas modificações:

modernização da Polícia Civil (informatização, novo sistema de gestão, fim das carceragens, treinamento e renovação dos quadros) por meio do programa Delegacia Legal, que deu início a um processo profundo e bem-sucedido de reforma da Polícia Civil; o sistema de controle e remodelação das Áreas Integradas de Segurança Pública, que articulou uma integração mínima na ação da PM e da PC. Além de programas de metas, nesse período também foi criado o ISP, o Instituto de Segurança Pública, responsável pela coleta e a divulgação dos dados sobre crimes produzidos pelas delegacias (RAMOS, 2016, p. 29).

Entretanto, essas medidas contrastavam com a permanência da violência como pauta central no estado do Rio de Janeiro, não apenas pelo crescimento e fortalecimento de grupos armados ilegais, como também pela manutenção da violência e da brutalidade como práticas policiais. No governo de Rosinha Garotinho, as operações policiais mantiveram o caráter arbitrário e brutal que as caracterizam até os dias atuais. Segundo a Anistia Internacional (2006), no primeiro ano do governo de Rosinha, a polícia militar realizou operações “que envolviam repetidamente graves abusos contra os direitos humanos, como tortura, “desaparecimentos”, execuções extrajudiciais e uso excessivo de força” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2006, p. 22), como foram os casos das operações em Senador Camará e no Borel, e do desaparecimento de dois jovens no Turano⁶⁸. Cabe ressaltar ainda que nas gestões de Anthony e Rosinha Garotinho, o número de mortes por intervenções de agentes do Estado no Rio de Janeiro mais do que triplicou, conforme é possível verificar no gráfico abaixo.

⁶⁷ De acordo com a Anistia Internacional (2015, p. 28), os “autos de resistência são registros administrativos de ocorrência realizados pela Polícia Civil, que faz uma classificação prévia do homicídio praticado por policiais, associando-o a uma excludente de ilicitude: legítima defesa do policial”.

⁶⁸ Para maiores detalhes sobre os casos, ver Anistia Internacional (2006).

Gráfico 1: Mortes por intervenção do agente do Estado no Rio de Janeiro (1999-2006)

Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

Após as gestões de Anthony e Rosinha Garotinho, a violência se manteve como pauta central para pensar o Rio de Janeiro, despertando preocupações não apenas com a expansão do poderio bélico, territorial e econômico de organizações criminosas, mas também com a arbitrariedade e impunidade das ações policiais que eram mais ou menos violentas a depender do território em que aconteciam, bem como a depender dos sujeitos aos quais eram destinadas. Nesse contexto, o governo de Sérgio Cabral (2007-2014) é iniciado mantendo a lógica de confronto e de brutalidade nas operações policiais em áreas faveladas. Como consequência, o número de autos de resistência no primeiro ano de governo chegou a 1330, alcançando o patamar mais elevado do período compreendido entre 1980 e 2010 (RAMOS, 2016). Para Farias (2007), a utilização dos autos de resistência passa a ser mais uma ferramenta de reafirmação da hierarquia que se dá às vidas, de maneira a definir aquelas que devem ser preservadas e aquelas que podem ser violadas – até mesmo com a morte –, como é o caso de pessoas negras e faveladas, sobretudo quando homens e jovens. Nas palavras da autora:

O “auto de resistência” e o “crime de associação ao tráfico” se encaixam numa espécie de retroalimentação do processo que configura os moradores de favelas como uma população matável: os policiais que durante incursões executarem sumariamente moradores desses locais passam a ter certeza da sua impunidade e se torna ainda mais complicado para os favelados denunciarem este tipo de ação e reivindicarem seus

direitos; afinal, protestos e manifestações podem resultar em enquadramento e prisão (FARIAS, 2007, p. 76).

Ainda no ano de 2007, em uma ação conjunta entre as Polícias Militar e Civil do Estado do Rio de Janeiro com o apoio da Força Nacional de Segurança, foi realizada a autodenominada “retomada” do Complexo do Alemão, sob o argumento de combate a narcotraficantes e de reprimir suas ações naquele território. A operação que foi feita contando com 1350 agentes, resultou na morte de 19 pessoas. O episódio, conhecido como “Chacina do Pan”, compunha uma operação que durou de maio a julho de 2007, e ficou marcado pelas graves violações aos direitos humanos que foram cometidas, já que as evidências da ocorrência de execuções eram incontestáveis. Contudo, apesar da baixa eficiência no que se propunha e das denúncias de violações cometidas, no discurso da mídia hegemônica, a Chacina do Pan foi tratada como um caso de sucesso, que representava tanto a afirmação e a retomada do poder do Estado no âmbito da segurança pública, quanto uma “inovação” no combate à criminalidade (FILHO, 2016).

De acordo com Ramos (2016), o governo de Cabral também ficou marcado por significativas transformações verificadas ainda na primeira metade do governo, como o anúncio de não interferência político partidária na organização interna das polícias; um plano para modernizar a gestão que fez com que as polícias militar e civil trabalhassem de maneira integrada, e implicaram na redução dos índices criminais; e o restabelecimento do diálogo com “líderes comunitários, empresários, mídia, ONG e pesquisadores” (RAMOS, 2016, p. 31). Para além disso, foi também na gestão de Cabral que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foram implantadas, a partir do projeto piloto desenvolvido no Morro Santa Marta.

Acerca das UPPs, cabe destacar que o programa foi constituído a partir das experiências práticas, sem que tivesse sido concebido e planejado previamente. Dessa forma, o programa apresentava falta de padronização nas ações dos comandantes, tendência à redução de qualidade dos serviços públicos nas favelas com o passar do tempo, além de não possibilitar que o programa seja continuamente avaliado e repensado de acordo com as limitações e potencialidades que apresenta (RAMOS, 2016).

De toda forma, a implementação das UPPs representava, pelo menos idealmente, uma inflexão nas políticas de segurança, tendo como objetivos a recuperação do controle de territórios dominados por grupos criminosos, a garantia da paz nessas áreas e a superação da lógica de guerra que imperava no estado (ASHCROFT, 2014).

Embora representasse uma modificação no discurso e propusesse uma lógica de policiamento comunitário, o programa não tardou em apresentar problemas que, mais uma vez, expuseram a população das áreas “pacificadas” à violência e à brutalidade policial. De acordo

com Ramos (2016), são cinco os principais problemas das UPPs: 1) a relação entre policiais e a comunidade não foi institucionalizada de maneira a abrir espaços para que a população pudesse dialogar diretamente com a polícia, o que é fundamental para uma lógica que, em teoria, se pretende ser de policiamento comunitário. Segundo a autora: “Em muitas UPPs, percebe-se que o projeto ficou no estágio inicial: o território foi ocupado, policiais foram colocados, mas não se avançou na mudança das relações e no diálogo entre a polícia e a comunidade” (RAMOS, 2016, p. 34); 2) Não houve esforços no sentido de integrar o policiamento ostensivo às ações investigativas, o que acarreta na permanência de confrontos entre grupos criminosos organizados e os efetivos policiais; 3) Ausência de avaliação sistemática sobre a realidade de cada UPP, fato que dificulta identificar os limites e potencialidades do programa em cada um desses territórios, considerando suas particularidades; 4) Não houve mudança basilar na formação dos policiais. A formação dos agentes segue pautada pelo “modelo guerreiro da tropa de elite inspirado no BOPE” (RAMOS, 2016, p. 35), tendo como base os confrontos armados e combate direto a criminosos, o que nada tem de acordo com o objetivo inicial do programa de reduzir o número de conflitos violentos nessas áreas através da superação da lógica da guerra. 5) A política de intervenções sociais nos territórios que deveria acompanhar a ocupação policial promovendo atividades culturais e de lazer, programas de formação profissional, entre outros, não foi implementada com eficácia. Dessa maneira, as UPPs são tão somente um programa de policiamento e seu aspecto social se reduziu ao campo discursivo inicial.

O que se normaliza e se consolida a partir da instalação das UPPs é a militarização do cotidiano (FRANCO, 2014), pois o programa foi reduzido à invasão e ocupação dos territórios pelas forças policiais. As operações de recuperação dos territórios sempre contavam com a ação conjunta da Polícia Militar, do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e da Força Nacional do Exército, e dessa maneira, a mensagem passada à sociedade é a de que os problemas sociais encontrados naqueles territórios só poderiam ser resolvidos por vias policiais. Dessa forma, desconsidera-se todo o processo histórico de marginalização a que essas pessoas – majoritariamente negras e pobres – foram submetidas, bem como reforça-se o estigma de que sobre tais pessoas e territórios deve sempre haver ações de vigilância e controle. Conjuntamente, o processo de militarização é alicerçado tanto no policiamento ostensivo, quanto pela criação de um imaginário de que ao promover a paz em territórios antes dominados pela barbárie, as UPPs seriam capazes de conduzir a população desses locais à cidadania. Brito (2013) destaca uma propaganda televisiva que exemplifica bem a relação de causa e

consequência que se pretendia estabelecer entre a militarização do cotidiano favelado e o acesso à cidadania:

[...] um camburão da Polícia Militar, acelerado e estrepitoso, sobre a ruela de uma favela carioca e para; um sisudo policial sai e, com uma “quebra brechtiana” (!), abre a caçamba, de onde surgem médicos, professores, assistentes sociais etc. Neste momento começa a tocar uma idílica trilha sonora e um narrador diz: “Segurança a porta de entrada da cidadania”. Por um revestimento adequado, a “segurança”, isto é, o aparato repressivo do Estado, não dá apenas sustentação à “cidadania”, mas é antes responsável por seu “acionamento” (BRITO, 2013, p. 81).

Cabe destacar ainda que as UPPs foram implementadas mediante muito ceticismo por parte das populações faveladas, pois, conforme aponta Ashcroft (2014), não era possível que uma instituição policial responsável por 1.330 mortes no Rio de Janeiro no ano de 2007, de um ano para o outro tivesse modificado toda sua filosofia e *modi operandi*. Essa desconfiança da população era legitimada pela permanência de tiroteios entre policiais e grupos criminosos, que resultaram na manutenção do estigma dos territórios favelados como espaços em que a barbárie é permitida, e de vidas pobres e negras como passíveis de conviver com a violência e, eventualmente, serem vitimadas por ela⁶⁹ (FRANCO, 2014).

Para além disso, a percepção que se tinha era de que o objetivo era, mais uma vez, uma “higienização” da cidade visando “limpar a imagem” do Rio de Janeiro para o público e para os meios midiáticos antes dos megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) que aconteceriam na capital do estado. Nesse sentido, Ashcroft (2014) destaca ainda que as operações de ocupação e do território por parte da polícia eram anunciadas antecipadamente e, assim, aconteciam de maneira a permitir que as facções criminosas que ocupavam essas áreas pudessem se organizar e se retirar em direção a áreas mais distantes. Assim, afirma o autor: “Isso só serve para criar um deslocamento do crime, mas, talvez, seja este o objetivo: o Estado prefere enfrentar criminosos (e as consequências sangrentas) nas áreas mais periféricas da cidade” (ASHCROFT, 2014). Tal constatação nos permite entender o território enquanto um fator determinante na aplicação das políticas de segurança. Junto ao marcador racial, isso faz com que em alguns territórios a exposição à brutalidade, à violência e ao perigo de morte possa se dar de maneira deliberada.

Isso se constata na prática quando, ao considerarmos as mortes por intervenção de agentes do Estado nas áreas das UPPs, no período compreendido entre 2007 e 2021, os maiores

⁶⁹ Episódios emblemáticos como o desaparecimento e assassinato de Amarildo na Rocinha, em 2013; o assassinato de Douglas da Silva, dançarino da TV Globo, em 2014, no Pavão-Pavãozinho; e a morte de Eduardo, de 10 anos, em 2015, no Complexo do Alemão, indicavam que a polícia ainda agia de maneira a estigmatizar territórios e vidas faveladas, sem realizar qualquer modificação prática no seu método de atuação.

números são encontrados em duas UPPs localizadas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, na Vila Kennedy e na Cidade de Deus, com 148 e 126 mortes, respectivamente⁷⁰. A tabela abaixo apresenta as 10 UPPs com mais registros de morte por intervenção de agentes do Estado no período supracitado.

Tabela 7: Mortes por intervenção de agentes do Estado, por Unidade de Polícia Pacificadora (2007-2021)

UPPs	Número de mortes por intervenção de agentes do Estado
Vila Kennedy	148
Cidade de Deus	126
Jacarezinho	89
Mangueirinha	86
Coroa/Fallet/Fogueteiro	68
Vila Cruzeiro	66
Alemão	49
São Carlos	49
Turano	45
Borel	43

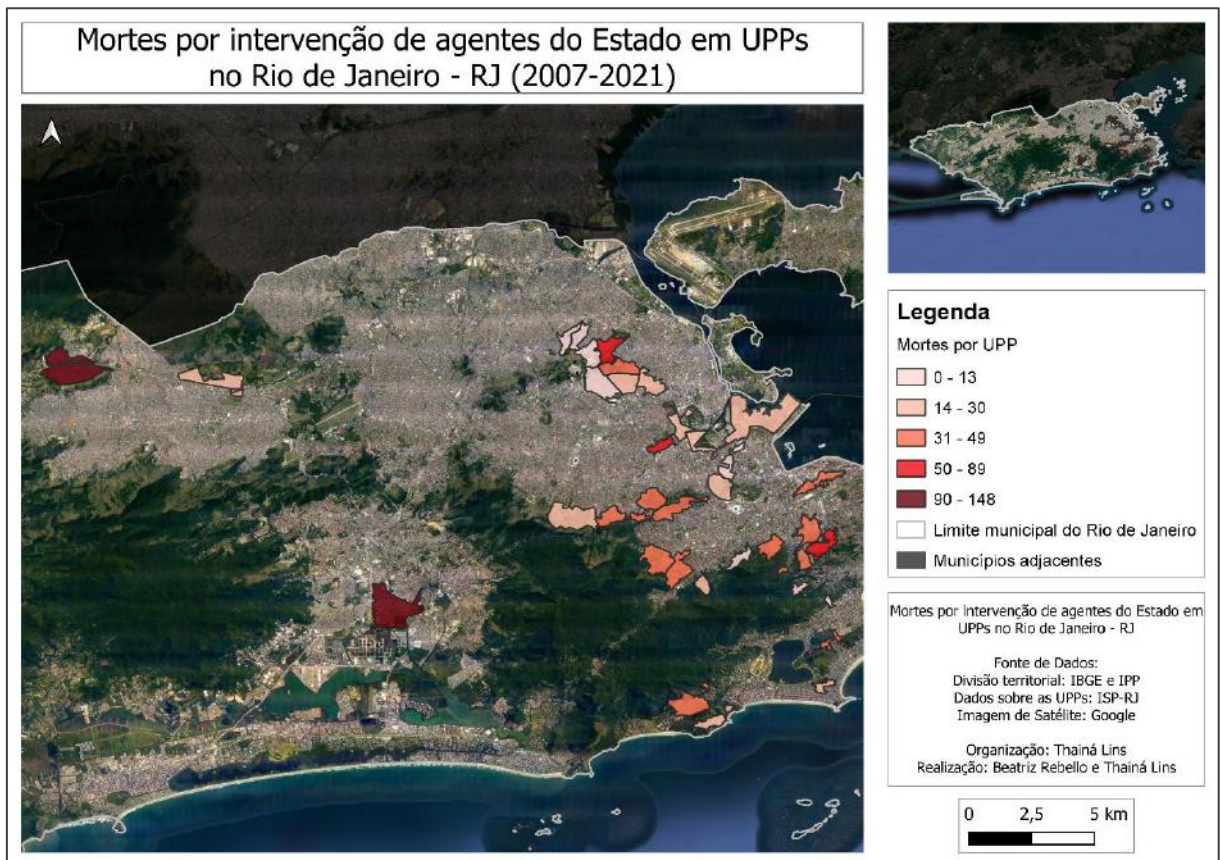
Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

Embora os impactos negativos das UPPs e da militarização da vida seja uma realidade de todas as favelas ocupadas, há aquelas em que a brutalidade das ações policiais é permitida porque não causa qualquer interrupção do cotidiano às consideradas áreas nobres da cidade. Dessa maneira, não é apenas o fato de ser uma favela que implica a brutalidade policial – ainda que esse seja um grande determinante –, mas também o entorno da área em que tal favela se localiza. O mapa abaixo possibilita visualizar, no espaço, essa diferenciação das ações do braço armado do Estado de acordo com o território em que essa atuação se dá⁷¹.

⁷⁰ Somadas, as duas UPPs correspondem a 19,46% do registro total de mortes por intervenção de agentes do Estado no período considerado, em áreas de atuação das UPPs.

⁷¹ A UPP Mangueirinha, localizada no município de Duque de Caxias, apresentou 89 mortes em decorrência da ação de agentes do Estado. Contudo, não consta no mapa, pois o recorte espacial que nos interessa na presente pesquisa é a cidade do Rio de Janeiro. Assim, consideramos apenas as UPPs que estão circunscritas no território da cidade.

Mapa 2: Mortes por intervenção de agentes do Estado em UPPs no Rio de Janeiro - RJ (2007-2021)



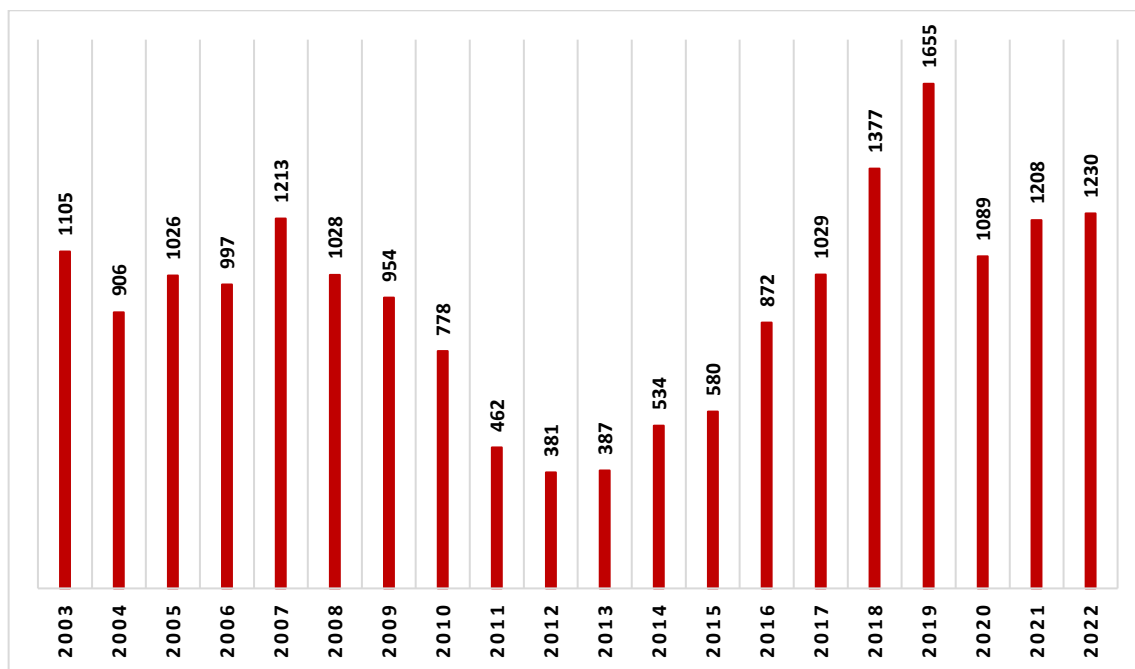
Organizado pela autora.

Para além das mortes por intervenção, também chama atenção o fato de a maior parte das UPPs estarem localizadas nas proximidades das áreas da cidade que eram importantes para o bom desenvolvimento dos megaeventos que aconteceriam na cidade. Isso corrobora com a ideia de que as UPPs foram um programa de segurança pública não voltado para a garantia de maior segurança da população ou de uma modificação da concepção de atuação policial, mas uma tentativa de construir, com o apoio e cobertura midiática, a imagem de uma cidade pronta para receber os megaeventos programados, já que mantinha as populações e os territórios pobres e negros – interpretados como ameaças em potencial – sob constantes vigilância e controle (ASHCROFT, 2014).

No ano de 2018, através do Decreto 9.288, de 16 de fevereiro, o Rio de Janeiro foi alvo de uma intervenção federal na segurança pública. Nesse momento, Walter Souza Braga Netto, general do exército, foi nomeado interventor e tinha por objetivo restabelecer a ordem pública que, de acordo com os defensores da medida, estava comprometida no Rio de Janeiro. Com isso, a segurança pública do estado – e isso incluía também os órgãos estaduais voltados para

este fim – foi transferida do governador para o general mencionado, que agia em subordinação ao presidente da república, não estando condicionado às diretrizes estaduais que não estivessem em acordo com as ações necessárias à efetuação da intervenção federal. Por experiências anteriores – e recorrentes – o cotidiano militarizado já era uma realidade estabelecida no Rio de Janeiro, pois o exército era constantemente acionado e, atuando enquanto força de segurança pública, exercia poder de polícia no estado, como aconteceu na ocupação e na efetivação das UPPs nas favelas.

Nesse contexto, o discurso adotado pelos responsáveis pela intervenção e seus apoiadores foi o de que a medida havia sido tomada para recuperar a credibilidade dos órgãos e instituições de segurança pública do estado, bem como para reduzir os altos índices de violência registrados. De acordo com dados do ISP, embora a intervenção tenha apresentado uma diminuição na ocorrência de crimes contra o patrimônio – como roubos de carga e de automóveis – em relação ao mesmo período do ano anterior (fevereiro a dezembro de 2017), os roubos de veículos atingiram o segundo maior patamar na série histórica de 2003 a 2022, com 46.811 ocorrências; e o terceiro maior, na mesma série histórica, quando considerados os roubos de cargas, com 8.205 ocorrências. De maneira similar, as mortes em decorrência de intervenções de agentes do Estado foram potencializadas no Rio de Janeiro durante o período de intervenção, atingindo o segundo maior número de ocorrências ao longo da série histórica, ficando atrás apenas do ano de 2019, conforme é possível constatar no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Mortes por intervenção de agentes do Estado no Rio de Janeiro (2003-2022)⁷²

Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

Mediante a tais índices, podemos inferir que os objetivos que eram anunciados por interventores e propagados pelos apoiadores de tal medida se restringiam apenas ao campo discursivo, pois na prática, a violência no estado se manteve em patamares elevados. Somam-se a esse fato as críticas de representantes sociais, lideranças locais e estudiosos do tema da segurança pública à intervenção federal, que apontavam para o caráter ilegítimo, arbitrário e autoritário da medida adotada. Nesse sentido, a não redução dos índices de violência ratifica a ineficiência da estratégia intervencionista, previamente apontada por seus críticos e opositores.

Para o interventor Braga Netto, a medida empregada reforçava a imagem do Rio de Janeiro como “um laboratório para o Brasil”⁷³. Marielle Franco, vereadora da cidade do Rio de Janeiro e relatora da Comissão da Câmara Municipal de acompanhamento da Intervenção Federal, destacava o caráter seletivo e truculento da intervenção federal, bem como o seu intuito puramente político e midiático, já que a medida foi estabelecida em ano eleitoral. Nas palavras de Marielle:

O interventor federal General Braga Netto declarou que “o Rio de Janeiro é laboratório para o Brasil”. E o que vemos é que neste “laboratório” as cobaias são os

⁷² Os dados presentes nesse gráfico fazem referência ao período compreendido entre os meses de fevereiro e dezembro, o que possibilitou a comparação com os dados do período de intervenção federal no Rio de Janeiro, que se deu entre 16 de fevereiro e 31 de dezembro do ano de 2018. Assim, foram excluídos os dados referentes ao mês de janeiro de todos os anos.

⁷³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/autoridades-detalham-medidas-da-intervencao-federal-o-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 10/05/2023.

negros e negras, periféricos, favelados, trabalhadores. A vida das pessoas não pode ser experimento de modelos de segurança. O apontamento das favelas, como lugar do perigo, do medo que se espalha para a cidade, desperta o mito das classes perigosas (...) São as mulheres negras e periféricas que perdem seus filhos para a letalidade. Essa estatística assustadora demonstra que mesmo às vésperas de completar um mês do início da Intervenção, a tão falada sensação de segurança não passa de um discurso político-midiático. **E as mortes têm cor, classe social e território** (FRANCO, 2018, grifo nosso).

De fato, no ano de 2018, do total de 1.534 mortes por intervenção de agentes do Estado registradas, 75,1% das vítimas eram pessoas negras. Quando consideramos apenas a cidade do Rio de Janeiro no mesmo período, os dados são similares, com pessoas negras compondo 74,9% das 558 mortes em decorrência da ação de agentes do Estado, conforme dados do Instituto de Segurança Pública.

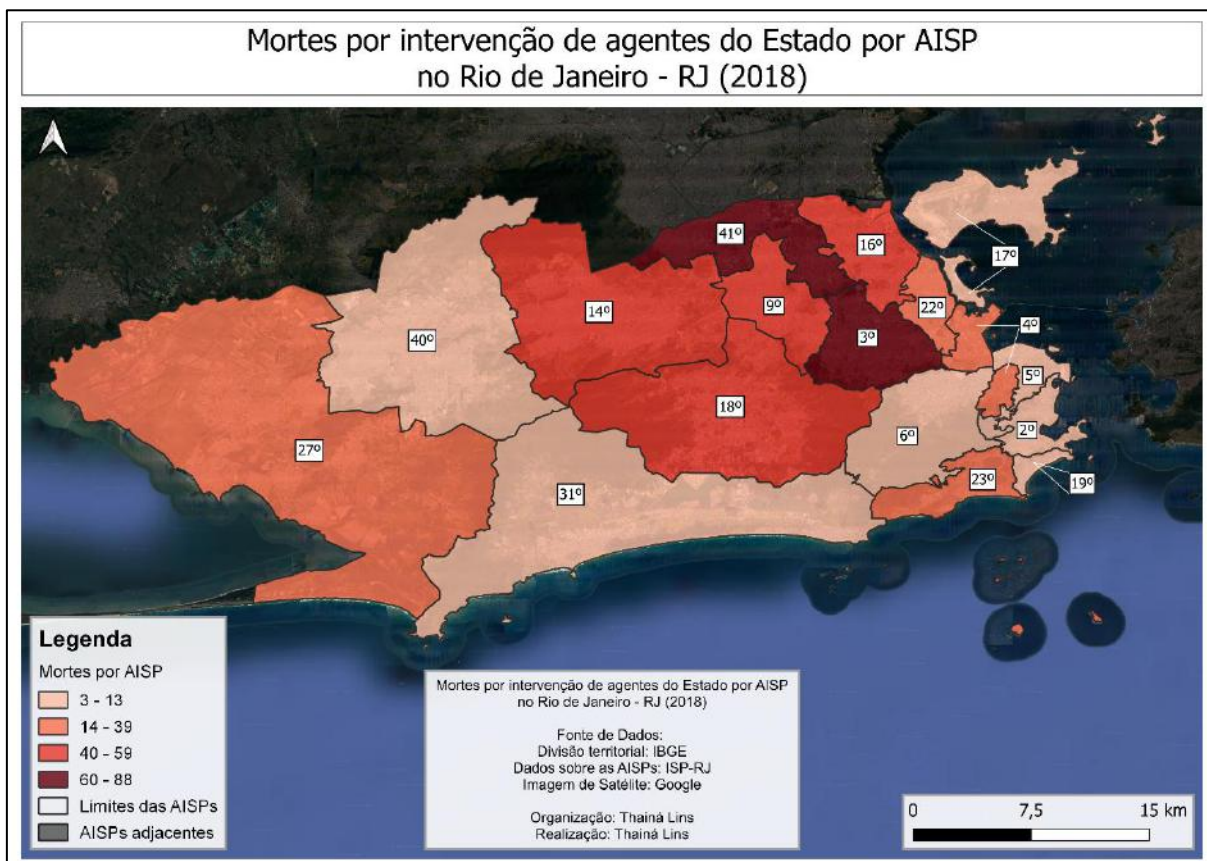
Outro fator apontado por Marielle Franco como um determinante para a ocorrência das mortes é o território. Ao considerarmos as mortes em decorrência de intervenções de agentes do Estado na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 2018, no qual a intervenção federal esteve em vigor, é possível identificar uma concentração desse tipo de morte na 3^o⁷⁴ e na 41^o⁷⁵ Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)⁷⁶, com 74 e 88 ocorrências, respectivamente, conforme o mapa 2. Juntas, as AISPs mencionadas correspondem a cerca de 6,85% da área total da cidade. A observação do mapa permite inferir também a contiguidade existente entre as duas AISPs com maior número de ocorrências, através dos bairros de Vicente de Carvalho e Vila Kosmos, na 41^a AISP, e dos bairros de Tomás Coelho e Engenho da Rainha, na 3^a AISP.

⁷⁴ De acordo com o ISP, o 3^o Batalhão da Polícia Militar está localizado na Zona Norte e sua área de atuação abrange os seguintes bairros: Abolição, Água Santa, Cachambi, Del Castilho, Encantado, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Inhaúma, Jacaré, Jacarezinho, Lins de Vasconcelos, Maria da Graça, Méier, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Todos os Santos e Tomás Coelho.

⁷⁵ O 41^o Batalhão de Polícia Militar também está localizado na Zona Norte e sua área de atuação abrange os seguintes bairros: Acari, Anchieta, Barros Filho, Colégio, Costa Barros, Guadalupe, Irajá, Parque Anchieta, Parque Colúmbia, Pavuna, Ricardo de Albuquerque, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vila Kosmos e Vista Alegre. O 41^o batalhão era constante e duramente criticado pela própria Marielle Franco, devido à truculência com que agia contra a população do seu território de atuação. O alto número de arbitrariedades policiais, junto a casos como o assassinato de Thiago Guimarães Dingo e Jorge Lucas Martins Paes após um policial militar confundir um macaco hidráulico com uma arma, e a execução de cinco jovens que comemoravam o primeiro emprego de um amigo com 111 tiros disparados por quatro policiais militares, fizeram com que o batalhão em questão fosse popularmente conhecido como “batalhão da morte”.

⁷⁶ As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) foram criadas em 1999 e, de acordo com o que consta no site do Instituto de Segurança Pública, “correspondem, geograficamente, às áreas de atuação de um batalhão da SEPM e às circunscrições das delegacias da SEPOL contidas na área de cada batalhão”.

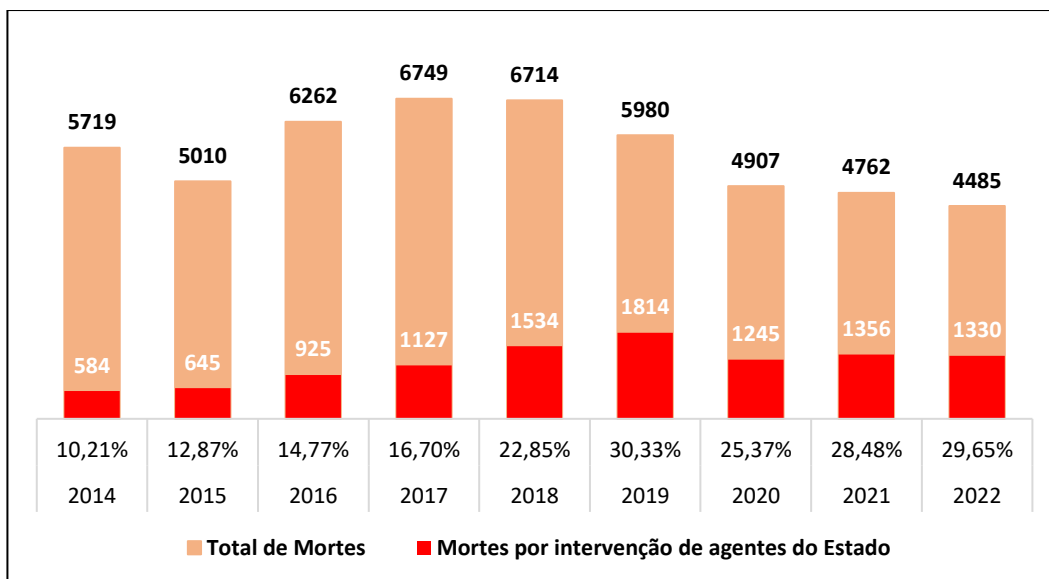
Mapa 3: Mortes por intervenção de agentes do Estado por AISP no Rio de Janeiro – RJ (2018)



Organizado pela autora.

Tal configuração territorial na disposição das mortes ocasionadas por intervenções de agentes do Estado não apenas evidencia aquilo que afirmara Marielle Franco, como também nos possibilita afirmar que, com a intervenção federal de 2018, pouco foi modificado em relação à segurança pública no Rio de Janeiro: os territórios e as vidas violadas permaneciam sendo os negros e pobres, a única modificação era a presença de mais uma força armada e militarizada do Estado ocupando a função de algoz. Isso fica ainda mais explícito ao analisarmos a participação da intervenção de agentes do Estado no total de letalidade violenta registrado no estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 3: Participação de agentes do Estado no total de letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro (2014-2022)



Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

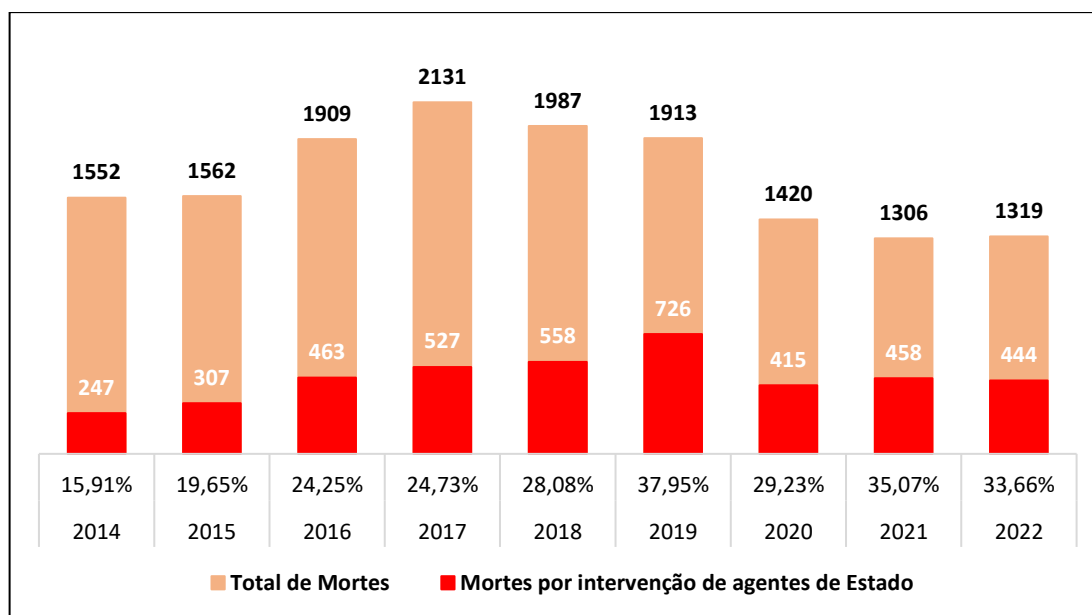
A partir desse gráfico, o que percebemos é que até 2017 a participação de mortes em decorrência da intervenção de agentes do Estado no total de letalidade violenta no estado aumentava cerca de 2% a cada ano. De 2017 para 2018, ano em que vigorou a intervenção federal, no entanto, o que se verifica é um crescimento relativo de aproximadamente 6% nessa participação. Portanto, apesar de o total da letalidade violenta apresentar queda a partir do ano de 2018, a participação de agentes do Estado nessa letalidade apresentou significativo crescimento relativo frente aos anos anteriores à intervenção.

Outro fator que chama atenção nesse gráfico é a participação de agentes do Estado em 30,33% do total de letalidade violenta no estado no ano de 2019, o que corresponde a um crescimento relativo de cerca de 8% quando comparado ao ano anterior. Cabe destacar que 2019 foi o primeiro ano do governo de Wilson Witzel, que em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo afirmou: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”⁷⁷. Nessa afirmação, Witzel desconsiderou, dentre outras coisas, as dezenas de casos em que os policiais “confundiram” objetos rotineiros como macaco hidráulico, furadeira e guarda-chuva com armamentos e vitimaram pessoas partindo da premissa defendida pelo governador. Para além disso, não há qualquer respaldo legal – a não ser em legítima defesa – que conceda ao policial o direito de exercer o poder de morte.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio/>. Acesso em: 25/04/2023.

A maior participação da intervenção de agentes do Estado no total de letalidade violenta também foi constatada na cidade do Rio de Janeiro, com crescimento proporcional de quase 3,5% entre os anos de 2017 e 2018, e de quase 10% entre 2018 e 2019, conforme explicita o gráfico abaixo.

Gráfico 4: Participação de agentes do Estado no total de letalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro (2014-2022)



Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

O discurso de Wilson Witzel e a política de segurança pública implementada em seu governo seguiam a lógica do confronto, das operações arbitrárias e ineficientes, e, conseqüentemente, da maior exposição de territórios e pessoas negras ao perigo de morte. Mais uma vez, como fora comum ao longo da história do Rio de Janeiro, a lógica de segurança pública pautava-se pelo exercício brutal do poder.

No ano de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, por meio de liminar, todas as operações policiais não essenciais foram suspensas. Conhecida como ADPF das Favelas, a decisão vetava o uso de helicópteros como plataformas de tiro, restringia operações policiais em áreas escolares e hospitalares, determinava a preservação das cenas dos crimes e evitava a remoção de corpos para que a perícia fosse realizada. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) muitas vidas foram poupadas, mas não houve qualquer modificação efetiva no *modus operandis* das polícias. As chacinas ocorridas no Jacarezinho e no Salgueiro, em 2021, explicitam bem o quanto a política de segurança do governo do estado do Rio de Janeiro não se submeteu às determinações da Suprema Corte no tangente às operações policiais.

Com o impeachment de Witzel confirmado no ano de 2021, seu sucessor foi Claudio Castro, que compôs a chapa do governador impeachmado na condição de vice-governador. Em seu governo é mantida a lógica belicista e de guerra que caracteriza as políticas de segurança do estado. De acordo com os dados dos gráficos expostos acima, nos anos de 2021 e 2022, o percentual de participação de agentes do Estado no total da letalidade violenta no estado e, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro mantém-se alto, refletindo a ineficiência da política do confronto para lidar com a criminalidade.

Em janeiro de 2022, foi iniciado o projeto “Cidade Integrada”, que, de acordo com o governador Cláudio Castro, objetiva retomar territórios dominados pelo tráfico e pela milícia, bem como ser um modelo baseado no tripé segurança pública, intervenções urbanísticas e sociais. Como piloto do projeto foram escolhidas as favelas do Jacarezinho e da Muzema, com a proposta de que o projeto só será expandido a partir dos resultados obtidos nesses lugares. Na prática, entretanto, o que se constata é a manutenção da militarização da vida da população, ausência de transparência no planejamento e na execução do projeto, e ausência de participação das lideranças comunitárias. Para além da ineficiência do programa no que tange à segurança pública, pesam sobre o governo os massacres que se multiplicaram contra vidas negras em áreas faveladas e deram a Cláudio Castro o título de “governador das chacinhas”. Nas palavras de Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional, o único resultado obtido pelo governador e sua política de segurança pública baseada na lógica de guerra inconsequente é o acúmulo de corpos tombados⁷⁸.

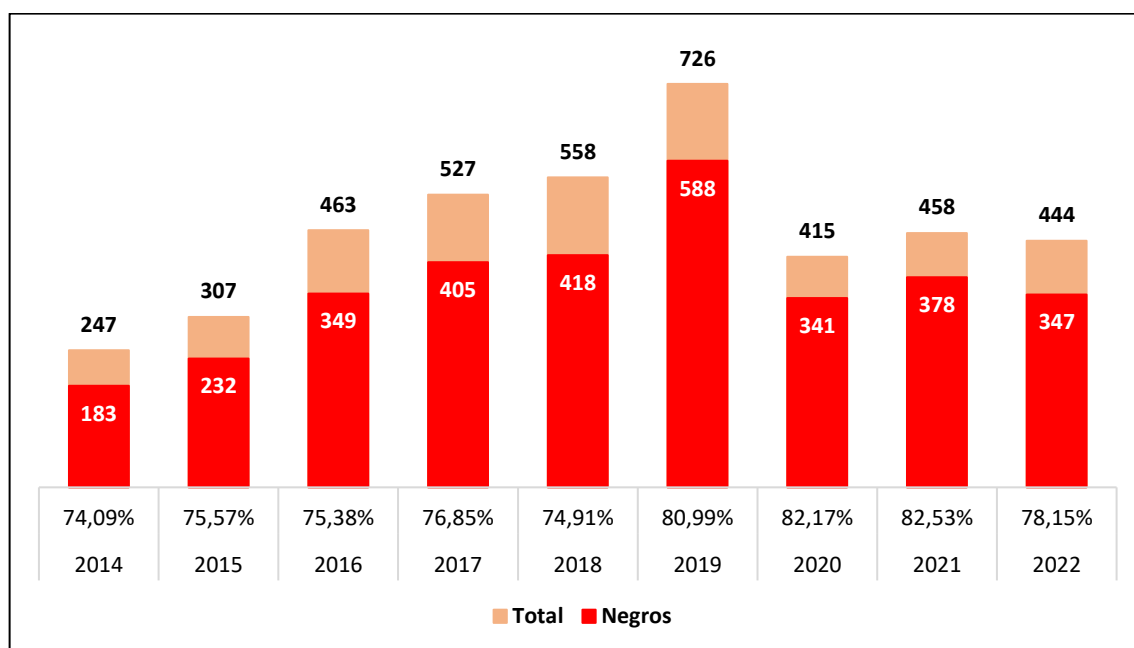
É fato que o Rio de Janeiro tem, ao longo de décadas, um histórico de chacinhas policiais. Mas sob o governo de Castro, que assumiu o mandato após o *impeachment* de Wilson Witzel, de quem era vice, em apenas 15 meses, o estado viveu uma sequência de 39 chacinhas com 178 mortes promovidas pelas polícias, de acordo com levantamento do Instituto Fogo Cruzado, que reúne dados sobre a violência armada, em conjunto com o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF) (LIMA, 2023).

Dessa forma, o que podemos inferir é que, embora ao longo do tempo o Rio de Janeiro tenha tido diferentes governos, o ideal de segurança pública que se perpetua no estado e, por consequência, na cidade, estabelece uma lógica de guerra, do nós *versus* eles, em que a eliminação do inimigo tem que ser concretizada a qualquer custo, ainda que à margem da lei e mediante o sacrifício de vidas e territórios, sobretudo pobres e negros, historicamente mais afetados pelas arbitrariedades e truculências das instituições repressivas do Estado.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/governador-cl%C3%A1udio-castro-busca-pol%C3%ADtica-de-chacina-no-lugar-da-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica/a-62569114>. Acesso em: 23/04/2023.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública, na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre os anos de 2014 e 2022⁷⁹, 78,19% das vítimas das intervenções de agentes do Estado são pessoas negras. O gráfico abaixo possibilita visualizar a proporção de pessoas negras vitimadas por intervenção de agentes do Estado anualmente, dentro desse mesmo período.

Gráfico 5: Mortes por intervenção de agentes do Estado na cidade do Rio de Janeiro (2014-2022)



Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

A partir da leitura do gráfico, podemos inferir que no período de 2014 a 2022, pessoas negras são as mais diretamente afetadas pela intervenção de agentes do Estado, representando, em todos os anos, mais de 70% das vítimas do braço armado do Estado. O ano de 2019, que apresenta o maior número absoluto de mortes e de pessoas negras vitimadas, se destaca por ser o primeiro ano dentro do período em questão que o número de pessoas negras ultrapassa 80% do total de vítimas fatais da ação do Estado. Para além disso, em relação ao ano de 2018, o aumento percentual de mortes totais é de 30,10%, enquanto quando consideramos a morte de pessoas negras, esse aumento é de 40,67%. Outra informação que chama atenção é que, apesar de haver significativa redução nas mortes do ano de 2019 para 2020, há, proporcionalmente, maior participação de pessoas negras vitimadas de um ano para o outro. Em suma, o gráfico nos permite identificar que existem vidas que são vítimas potenciais do braço armado do

⁷⁹ Recorte temporal disponibilizado para consulta na plataforma de obtenção de dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

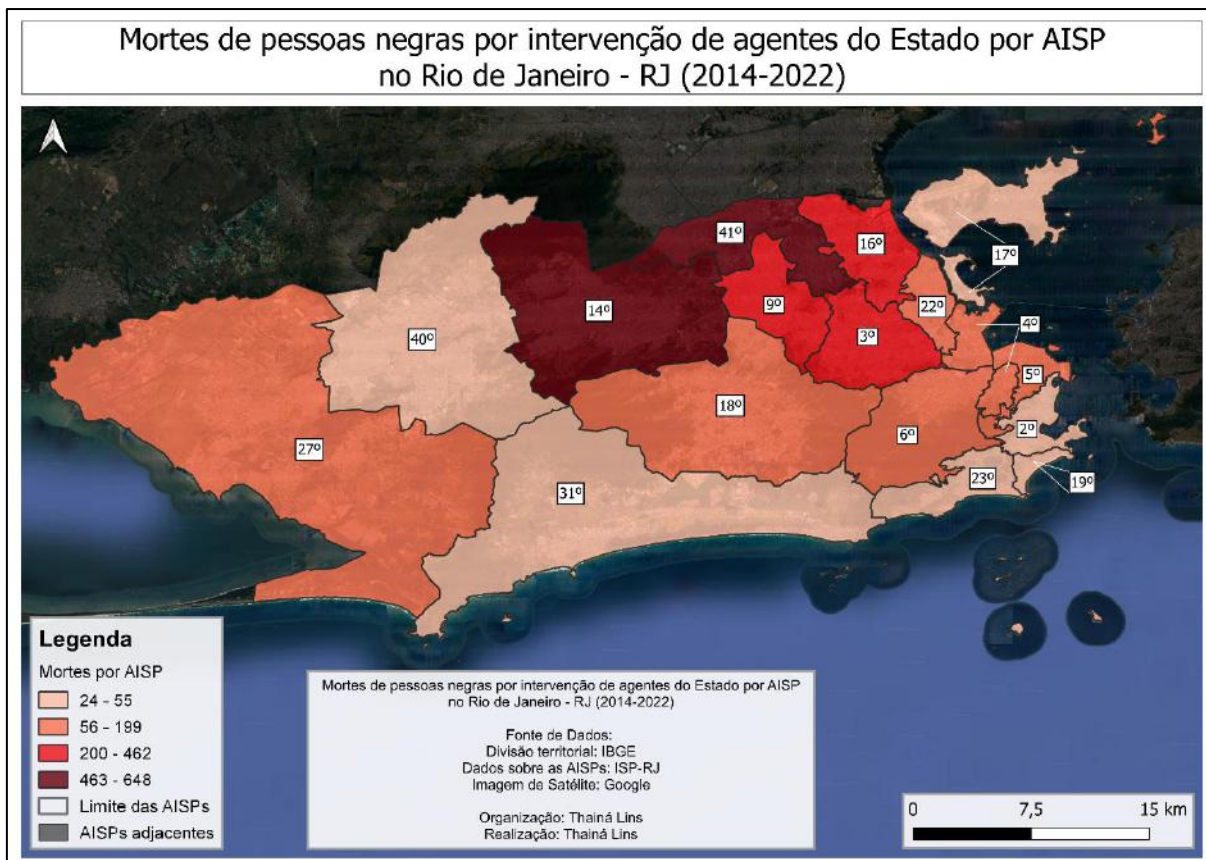
Estado. Essa configuração de tão alto número de pessoas negras vitimadas pela ação policial corresponde ao ponto de culminância, o resultado final de uma lógica de poder que se perpetua por meio da hierarquia racial.

Cabe destacar ainda a existência de outros marcadores fundamentais para a compreensão da mortalidade negra causada por ação do Estado, como o sexo e a faixa etária. Essa tríade de fatores foi anteriormente apontada como definidora de suspeição para abordagens policiais na cidade do Rio de Janeiro, em entrevistas realizadas por Ramos e Musumeci (2005) Segundo dados do ISP, no período de 2014 a 2022, 45,19% das vítimas de intervenções de agentes do Estado na cidade do Rio de Janeiro são jovens na faixa etária entre os 15 e os 29 anos. Dentre esses jovens, 81,58% são negros e, majoritariamente, do sexo masculino⁸⁰. Isso nos permite verificar que são os homens, jovens e negros as vítimas preferenciais da ação violenta do braço armado do Estado.

Essa dinâmica violenta, conforme já destacado, não se dá de maneira dissociada do território, mas nele e a partir dele. O mapa abaixo nos permite visualizar a distribuição espacial da morte de pessoas negras em decorrência da ação policial na cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁰ Os dados disponibilizados em plataforma aberta pelo Instituto de Segurança Pública não possibilitaram o cruzamento dos dados para saber a porcentagem exata de homens-jovens-negros vitimados, daí a ausência da precisão nessa informação.

Mapa 4: Mortes de pessoas negras por intervenção de agentes do Estado por AISP no Rio de Janeiro – RJ (2014-2022)



Organizado pela autora.

O mapa evidencia a maior vitimização de pessoas negras em áreas periféricas, com destaque para as AISP's 14^a⁸¹ e 41^a. A distribuição espacial encontrada no mapa acima é correspondente à verificada quando consideramos o total de mortes por intervenção policial no período mencionado. Outro fator que podemos destacar acerca da mortalidade negra ocasionada pela ação policial na cidade do Rio de Janeiro é o fato de ela ser predominante em todas as AISP's, até mesmo naquelas em que o número total de mortes não é tão expressivo, conforme é possível constatar na tabela abaixo.

Tabela 8: Porcentagem de pessoas negras mortas por intervenção de agentes do Estado por AISP no Rio de Janeiro – RJ (2014-2022)

AISP	Total de Mortes	Mortes de pessoas negras	Porcentagem de pessoas negras mortas
2 ^a	28	26	92,86%
3 ^a	490	403	82,24%
4 ^a	203	157	77,34%
5 ^a	139	104	74,82%

⁸¹ A 14^a AISP é composta pelos seguintes bairros: Bangu, Campo dos Afonsos, Deodoro, Gericinó, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Padre Miguel, Realengo, Senador Camará e Vila Militar.

6 ^a	148	122	82,43%
9 ^a	356	293	82,30%
14 ^a	573	463	80,80%
16 ^a	454	344	75,77%
17 ^a	78	55	70,51%
18 ^a	233	199	85,41%
19 ^a	38	32	84,21%
22 ^a	252	181	71,83%
23 ^a	77	55	71,43%
27 ^a	127	102	80,31%
31 ^a	30	24	80,00%
40 ^a	52	37	71,15%
41 ^a	867	648	74,74%

Fonte: Instituto de Segurança Pública. Organizado pela autora.

Isso nos possibilita inferir que, independentemente da área da cidade em que essa modalidade de morte ocorra, as vítimas preferenciais da truculência e da brutalidade policial são pessoas negras. O marcador racial é, indiscutivelmente, um determinante que condiciona algumas vidas – as negras – ao perigo de morte. Em consonância, a maior ocorrência de mortes provocadas pelo braço armado do Estado em áreas periféricas nos permite afirmar que há uma utilização do território enquanto estratégia para a promoção de violências contra vidas negras.

Apontar uma relação entre racismo e geopolítica significa compreender as tensões e os projetos de dominação racial em curso na definição de como o espaço será produzido, organizado, **usado** e apropriado (...) A geopolítica do racismo envolve a definição de onde será exercido o *soft power* racial (um exercício do poder racialmente brando) e o *hard power* racial (um exercício do poder mais violento) (OLIVEIRA, 2021, p. 81-82).

Dessa maneira, na cidade do Rio de Janeiro, o *hard power* é manifestado – dentre outras coisas – por meio de incursões violentas, brutais e sanguinárias do braço armado do Estado contra vidas e territórios negros e periféricos. Em contrapartida, o *soft power* é aplicado nas ditas áreas nobres – majoritariamente brancas –. Isso não significa, entretanto, que em áreas nobres vidas negras sejam tratadas com qualquer privilégio, isso apenas explicita que nesses espaços não há permissividade com a barbárie. Não à toa, chacinas como as ocorridas no Jacarezinho jamais seriam vistas em Copacabana ou Ipanema, não porque vidas negras tenham algum prestígio nesses espaços, mas porque tamanha barbárie em áreas “nobres e midiáticas” da cidade provocaria grande comoção e indignação social. Além disso, representaria uma mancha na cordialidade e na democracia racial que foram construídas como imaginários do Brasil mundo afora (OLIVEIRA, 2021). A estratégia, portanto, é manter os horrores sanguinários cometidos pelo Estado em territórios que não são dignos de sensibilidade e contra vidas que não são dignas de comoção. Nas palavras de Oliveira (2021),

A produção diferenciada de comoção social é reveladora tanto da geopolítica quanto da corropolítica das mortes. Isso é, a valorização desigual de vidas e mortes pelo endereço, pela classe e pela classificação racial. Uma das marcas do racismo é a produção da indignidade. Algumas vidas são dignas de serem vividas (outras não) e algumas mortes são dignas de luto (outras não) (OLIVEIRA, 2021, p. 91).

Daí a necessidade da construção temporal que fizemos até culminar neste último capítulo. A expressiva aniquilação física de pessoas negras pelo braço armado do Estado aqui apresentada não está dissociada das estratégias de atribuição de características negativas a esses corpos. Perigo, ameaça, raiva, violência, impulsividade, agressividade, animosidade e brutalidade foram, ao longo do tempo, palavras utilizadas para caracterizar corpos negros. Assim, a construção dos estigmas raciais e sua fixação no imaginário social fizeram com que vidas negras estivessem sempre sob controle e vigilância. Da mesma forma, todo tipo de violência contra esses corpos está socialmente justificado, pois representam uma perturbação à ordem social que é, por essência e construção histórica, branca.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, pensar a mortalidade da população negra através da geografia não tem como objetivo propor uma análise capaz de compreender a totalidade dessa dinâmica, mas corroborar no debate já existente acerca do tema considerando o território enquanto dimensão fundamental de análise. As dinâmicas populacionais sempre foram muito caras à sociedade e, em diferentes contextos espaciais e temporais, foram priorizadas para pensar a organização territorial, a partir da qual a população passou a ser considerada enquanto um fator primordial de controle – seja em seu crescimento ou decréscimo, em sua mobilidade ou imobilidade – para a manutenção da ordem estabelecida.

Dessa maneira, no primeiro capítulo o esforço aqui empenhado se deu no sentido de propor um entendimento da ausência da temática da mortalidade negra nos estudos consolidados da geografia da população, ainda mais quando consideramos que tal dinâmica se concretiza com muita expressividade na realidade brasileira. Tal ausência foi, também, um dos incentivos iniciais ao desenvolvimento da presente pesquisa, sobretudo por ser o Brasil um país de histórico colonial e, como tal, fundamentado em hierarquias raciais que condicionam as estruturas e o funcionamento da sociedade como um todo até os dias atuais. Enquanto um subcampo da ciência geográfica, a geografia da população é capaz de nos oferecer possibilidades de análises e interpretações que contribuam nos debates propostos sobre as dinâmicas populacionais, visto que se propõe a estudá-las em sua dimensão espacial. Contudo, o que se verifica é que muitas das potenciais discussões a serem feitas pela geografia da população, foram negligenciadas e relegadas a um ensurdecido silêncio. Dentre essas, está aquela que trata da relação entre mortalidade, raça e território.

O impacto da colonização não é temporal e espacialmente estático, mas se perpetua através de diferentes estratégias. A dominação e a exploração territorial impostas pelas potências europeias durante o período colonial não foram concretizadas sem que houvesse, conjuntamente, um controle sobre corpos, mentes, práticas e saberes. A imposição de uma racionalidade pensada a partir do “Eu europeu” a diferentes povos, em diferentes partes do mundo, implica em invalidação e inferiorização de outras formas de viver e pensar o mundo. Acerca disso, fazemos alguns apontamentos: 1) o apagamento da dimensão racial ao considerar dinâmicas populacionais no Brasil é, também, uma consequência do eurocentrismo que, ao colocar a Europa e os ideais europeus como padrões a serem seguidos, moldou até mesmo a produção de conhecimento. Ao estabelecer hierarquias entre os sujeitos, tendo como critério a raça, a colonização promoveu a invisibilidade de temáticas de extrema relevância na realidade brasileira; 2) para além do eurocentrismo na produção intelectual, outro impacto direto da

hierarquização racial foi a estigmatização de pessoas negras (e também indígenas, cabe ressaltar) que, sempre pensadas em relação ao ideal branco, foram destituídas de humanidade e tiveram seus modos de vida deslegitimados. Privados de suas subjetividades e identidades coletivas, os povos expropriados pelos europeus se tornaram suscetíveis à máxima exploração de suas vidas por meio da escravização, que sustentou o ideal de desenvolvimento apregoado pela racionalidade europeia e forneceu as bases para que a Europa figurasse como o centro hegemônico do capitalismo. Não há, portanto, como pensar o desenvolvimento do capitalismo sem considerar a dimensão racial que, ao hierarquizar povos e seus respectivos modos de vida, o fundamentou.

Partindo desse pressuposto, a escravização de corpos negros, dependente da reposição via tráfico transatlântico para a manutenção do sistema, funcionava por meio de uma lógica empresarial, no qual o principal produto dos negócios eram os corpos negros. Assim, percebe-se como a estigmatização desses corpos – na presente pesquisa melhor discutida no capítulo 3 – esteve sempre no fundamento dos horrores racistas aos quais a população negra foi e é submetida ao longo do tempo. Desumanizadas, pessoas negras foram o primeiro produto do capitalismo e, como tal, eram aproveitadas até que perdessem utilidade e, assim, fossem substituídas. O que inferimos da lógica de funcionamento do sistema escravista no Brasil, portanto, é que a relação entre os estigmas e a alta mortalidade da população negra está dada desde então. Daí deriva a premissa assumida na condução desta pesquisa de que a expressiva mortalidade da população negra nos dias atuais não se dá de maneira eventual, mas como parte de um processo histórica e espacialmente constituído. O sistema escravista se sustenta fundamentalmente com a estigmatização que não apenas permite, mas também promove altos índices de mortalidade entre a população negra. Nesse cenário, o Rio de Janeiro ganha destaque por sua grande participação no recebimento de pessoas negras escravizadas, pelas estruturas existentes na cidade, que materializam no espaço a relação entre a estigmatização e a mortalidade de corpos negros – como é o caso do Valongo –, e pelos altos índices de mortalidade que perduraram para além do período escravocrata.

Ao longo do século XIX, com a iminência da libertação dos escravizados, a população negra foi colocada, mais uma vez, na posição de problema a ser resolvido. Não à toa, multiplicaram-se pelo país teóricos que se propunham a pensar o Brasil, em termos populacionais e territoriais, tendo como ponto de partida o contingente populacional negro que aqui habitava. Tal fato motivou a escrita do segundo capítulo, no qual a dedicação foi voltada para a análise da constituição do pensamento racial brasileiro e suas reformulações, ao longo do tempo, para manter a população negra em situação de subalternidade. A constituição desse

pensamento tinha uma fundamentação territorial intrínseca. O que demonstramos com a análise aqui realizada é que “solucionar o problema negro” no Brasil era, também, organizar o território de acordo com as concepções e os interesses brancos.

Nesse contexto, o Brasil pensava sua realidade a partir do ideal de desenvolvimento e civilidade do branco europeu e, dessa forma, ancorados em determinismos, eram dois os empecilhos para que o Brasil pudesse se desenvolver: 1) o meio natural indutor de degeneração; 2) a inferioridade populacional devido à composição racial. Dessa maneira, os esforços de pensadores brasileiros à época foram direcionados a solucionar o “problema brasileiro” para que, assim, o país coubesse nos moldes desenvolvimentistas europeus. Assim, foram apresentadas diversas propostas para solucionar esse problema, como o embranquecimento gradual da população, que se utilizou da apropriação tendenciosa da demografia para se justificar, numa espécie de transição racial ao longo do tempo; a utilização do mestiço enquanto figura representativa da identidade nacional brasileira; responsabilização penal diferenciada e reconhecimento de diferenças no nível de desenvolvimento psíquico entre brancos e demais grupos raciais, entre outros. Todas essas soluções, entretanto, partem da premissa de que é a presença do negro em território brasileiro que origina um problema que precisa ser sanado a qualquer custo, ainda que para isso a realidade seja negada ou manipulada de maneira a ratificar aquilo que se defende.

A partir da década de 1930, uma nova percepção acerca da dimensão racial passa a imperar no Brasil. Trata-se de um momento em que o objetivo passa a ser não apenas a definição da identidade nacional brasileira, que há muito era discutida, mas também de negar as consequências do sistema escravocrata que perdurou durante séculos no país. A ideia de que o Brasil vivia uma harmonia racial, que para ser comprovada se valia da imagem do mestiço, implica necessariamente em negar o sistema de hierarquização racial imposto pelo sistema escravocrata. Assim, a ideia era construir a imagem de um país capaz de lidar com as suas diferenças internas através da integração entre diferentes grupos raciais. Para isso, valiam-se da criação de mitos que relativizavam a culpa de pessoas brancas no sistema escravocrata e nos seus impactos na vida da população negra e, assim, naturalizavam a hierarquia racial que fundamentou as relações sociais no Brasil, sustentavam a ideia de uma benevolência branca para com a população negra – e para isso o cristianismo foi mobilizado como garantidor dessa bondade –, e menosprezavam o protagonismo de pessoas negras na luta pelos seus interesses. Dessa maneira, nega-se não apenas a história, mas também o direito à memória. Cria-se uma espécie de “pacto de silêncio” em torno da escravidão e de suas consequências, de maneira que o branco não seja questionado por aquilo que herdou simbólica e concretamente da exploração

de corpos, mentes e vidas negras; e que o negro não possa reivindicar reparação pelos males a que foi submetido durante esse período. A ideia da harmonia racial, portanto, nada mais era do que uma nova estratégia de manutenção da hierarquia racial no contexto republicano.

A abolição da escravidão em 1888, embora tenha concedido liberdade a pessoas negras antes escravizadas, pouco significou do ponto de vista da garantia à cidadania e dignidade para essa população. Não seria possível que os séculos de estigmatização, desumanização e violência promovidos pela escravidão fossem superados apenas com a assinatura de um documento, sem que fosse acompanhado da criação de políticas de reparação das desigualdades raciais, capazes de alçar a população negra à condição de humanidade e cidadania no Brasil. Dessa forma, a população negra no Brasil, agora livre, tinha que lidar com a exclusão no mercado de trabalho, a marginalização na vida social, a criminalização de suas práticas e com a permanência da estigmatização de seus corpos.

Como anteriormente mencionado, a hierarquia racial tanto para ser constituída, quanto para ser mantida, demanda apropriação e organização territorial. Nesse contexto, o território que consideramos nesta análise é aquele que se dá em relação dialética com as ações humanas, composto pelos objetos e pelas ações, o território usado, conforme proposto por Milton Santos (1994). Considerar essa interação entre as ações humanas e os objetos significa reconhecer que o território ao mesmo tempo que resulta das ações humanas, desempenha influência sobre elas, de maneira a comportar simultaneamente as ações passadas e as ações presentes. É a partir deste entendimento que situamos a mortalidade negra na cidade do Rio de Janeiro enquanto um processo que se fundamentou por e a partir de uma organização territorial que possibilita a vitimização dessa população.

Ora, o território usado comporta a tecnosfera, a dimensão técnica e material, e a psicofera, o campo das ideias e das crenças, de maneira indissociável e complementar (SANTOS, 2006). Dessa maneira, o conjunto de ideias racistas que legitimam a mortalidade negra é materializado no espaço através da criação e do uso indiscriminado de instrumentos técnicos para a promoção dessa morte. Se com a passagem do território zonal ao território-rede, a prioridade em relação à população passa a ser a sua segurança biopolítica, cuja garantia se faz pela eliminação dos perigos inerentes à circulação (HAESBAERT, 2014), o território será mobilizado enquanto estratégia para contenção dessa circulação.

No contexto espacial aqui estudado, a cidade do Rio de Janeiro, a ameaça à supracitada segurança sempre esteve materializada nos corpos negros. Assim, a construção de um imaginário coletivo do medo racial implica na necessidade de contenção da circulação dessas pessoas. E foi este o caminho que encontramos para posicionar a mortalidade negra no Rio de

Janeiro enquanto resultado de uma lógica essencialmente territorial: a demanda por controle, vigilância e restrição em um território que agora tem como fundamento a circulação da população. Assim, considerando o território usado enquanto um território em processo (SANTOS, 1999), entendemos que não há na dinâmica da mortalidade negra uma ruptura com o passado, mas reformulações e adaptações que foram feitas ao longo do tempo para que a dinâmica se perpetuasse, tanto no âmbito material, quanto no reino das ações e pensamentos – tecnosfera e psicofera, respectivamente –. Em nossa análise, isso fica explícito ao percebermos que os ônus e mazelas da cidade do Rio de Janeiro são majoritariamente destinados a pessoas negras, bem como o imaginário social ainda pensa pessoas negras a partir do véu da estigmatização.

Nesta dissertação, o estigma foi tratado a partir da entrevista realizada com cinco jovens negros que vivem na cidade do Rio de Janeiro. Em alguns momentos, foram utilizados dados secundários obtidos a partir de fontes oficiais para maior aprofundamento na temática tratada. Durante o processo de escuta, transcrição e análise do material da entrevista foi possível reconhecer o caráter processual até mesmo na atribuição e autopercepção dos estigmas na vida de pessoas negras. Assim, percebemos que ao compartilhar conosco suas experiências de vida, as falas se deram em torno de quatro tópicos principais, que escolhemos para a constituição do terceiro capítulo: 1) a infância; 2) as representações midiáticas; 3) o gênero e; 4) o território.

A atribuição de estigmas a pessoas negras é iniciada já na infância, quando nos ambientes em que estão inseridas, as crianças negras são vítimas de exclusão, de comentários e “piadas” racistas, bem como são condicionadas a aceitar o que contra elas é feito para que possam se sentir socialmente inseridas. Na fala das pessoas entrevistadas, o espaço escolar esteve intrínseco, a todo momento, à dimensão da infância. Isso nos permite reconhecer que, enquanto um espaço institucional e um dos principais espaços de reafirmação do poder do Estado, a escola – por vezes – é um espaço de reafirmação dos estigmas raciais que fundamentam a sociedade brasileira, tanto pelas relações que são estabelecidas com as crianças negras neste espaço, assim como pela composição curricular. E aqui fazemos uma associação entre espaço escolar e representações midiáticas à medida em que, nos dois contextos, crianças negras não se sentem parte ou se veem marginalmente incluídas.

Nas composições midiáticas, as representações negativas que são feitas do corpo negro também são capazes de impactar na autopercepção de pessoas negras, sobretudo as crianças, que são condicionadas à percepção que ser negro está associado àquilo que é negativo, conforme fora por vezes salientado ao longo das falas apresentadas no capítulo 3. Da mesma forma, ao representar pessoas negras de maneira estigmatizada, a partir de imaginários que se

constituíram com base na alteridade do branco para com o negro, a mídia atua diretamente no reforço e na perpetuação de estigmas que subalternizam pessoas negras.

Embora se possa considerar a estigmatização um mal que visa condicionar a vida de pessoas negras de maneira geral, é inegável que há diferenciações vinculadas ao gênero. Os estigmas atribuídos a mulheres negras, distinguem-se daqueles atribuídos aos homens negros. Historicamente, mulheres negras foram fixadas sob a imagem da promiscuidade e do corpo convidativo, que eram mobilizados para as violências sexuais por elas sofridas, e da habilidade para desenvolver atividades relacionadas aos cuidados domésticos. Já aos homens negros foram imputados estigmas relacionados à brutalidade, à violência e à animosidade, que contribuem não apenas para fixar a masculinidade negra à dimensão sexual, mas também para a negação do direito à intelectualidade, sob o argumento de que seus corpos são próprios para o trabalho braçal. Há, nessa lógica, uma redução de mulheres e homens negros ao plano fenotípico e à corporeidade. Esse estigma foi constituído no período escravocrata e, sob novas formas, está presente em nossa sociedade até os dias atuais.

A dimensão territorial destacada pelas pessoas entrevistadas está imersa na realidade da cidade do Rio de Janeiro, cuja formação foi pautada pela divisão racial do espaço. Dessa maneira, sob o discurso higienista, pessoas negras foram deslocadas para áreas faveladas e periféricas da cidade. Tal divisão racial do espaço não apenas demarcou os espaços dos grupos raciais, como também orientou a formulação de políticas públicas e a distribuição de serviços essenciais na cidade, de forma a privar pessoas negras de qualidade de vida em seu cotidiano.

Para além disso, outro ponto muito destacado na fala das pessoas entrevistadas foram as restrições à sua circulação pela cidade e, nesse sentido, foi explicitado que tais coerções espaciais são manifestadas através da tecnosfera e da psicosfera. Tanto os objetos presentes no espaço, quanto a ação dos sujeitos atuam de maneira complementar na promoção do desconforto e do constrangimento de pessoas negras que circulam pela cidade e, assim, ousam subverter a lógica de divisão racial do espaço. É nesse sentido que concordamos com Oliveira (2020) e reafirmamos a existência de uma gestão racista do espaço, na qual a população negra que vive no Rio de Janeiro tem suas vidas e seus territórios mantidos sob constante vigilância e controle, de maneira a coibir sua apropriação efetiva do espaço por meio das experiências e da circulação.

O que observamos é que na cidade do Rio de Janeiro esse controle territorial da população se sustentou fundamentalmente pela ação arbitrária e seletiva do braço armado do Estado. Nesse sentido, no último capítulo nosso foco foi direcionado à atuação policial na

cidade do Rio de Janeiro e às políticas de segurança pública a nível estadual que fundamentaram tal atuação.

O próprio surgimento da instituição policial no Brasil, ainda no período escravocrata, esteve associado ao controle e à disciplina da população, sob o argumento da garantia da ordem pública. Já neste momento, a atuação policial se voltava para a contenção e vigilância da população negra, suas práticas e territórios. Com o fim da escravidão, isso não foi alterado e a relação estabelecida entre a força policial e a população foi pautada pela repressão violenta, sem qualquer preocupação com a garantia de direitos ou proteção da população. Assim, para a manutenção da ordem – branca – estabelecida, toda sorte de violência poderia ser empregada.

A militarização da polícia no contexto da ditadura militar brasileira, junto ao aumento da criminalidade no Rio de Janeiro e à metáfora de guerra muito mobilizada pela mídia para tratar da realidade carioca fizeram com que a atuação policial fosse cada vez mais pautada por imediatismo e enfrentamentos diretos. O discurso que vigorava é que a criminalidade se espalhava das favelas e demais áreas periféricas para o restante da cidade. A partir disso, o fomento à sensação de insegurança e a criação de um medo coletivo personificado em pessoas negras demarcou territorialmente os espaços em que a violência do braço armado do Estado pode ser empregada de maneira deliberada, bem como os corpos que por ela podem ser vitimadas, sem que haja qualquer comoção social.

Frente a tal realidade, as políticas de segurança empregadas no Rio de Janeiro passaram a ter caráter cada vez mais arbitrário e brutal. Qualquer ideia de garantia dos direitos humanos fora descartada em prol dos confrontos, das execuções sumárias, das “confusões” policiais e da violência policial. Pensada como solução, a militarização da vida, seja por meio das UPPs ou das intervenções militares, foi apenas mais uma das estratégias para manter o controle sobre os territórios e os corpos considerados ameaças à ordem social. Do ponto de vista prático, não apresentaram qualquer êxito na redução da criminalidade e da violência, conforme anunciavam.

Conforme já apontado, a lógica de guerra aplicada pela força policial na cidade do Rio de Janeiro age contra territórios e corpos muito bem definidos. São nas favelas e periferias que a violência policial se manifesta em seu estado mais puro; é contra corpos negros – sobretudo de homens jovens – que a brutalidade policial se escancara. E o que determina tais territórios e corpos são os estigmas que, historicamente, foram imputados sobre a população negra, conferindo-lhe subalternidade, inferioridade e desumanização.

Concluindo, o que apontamos com esta dissertação é que a mortalidade negra não se dá de maneira eventual no tempo e no espaço, mas se desenvolve como um processo que ao longo da história foi reformulado, adotou novos discursos, novas estratégias e novos instrumentos

para se perpetuar, sem que deixasse de utilizar o território para a promoção dessa morte e os estigmas como fundamento e justificativa. A relação estigmas-território-mortalidade negra está dada na cidade do Rio de Janeiro!

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia)*, Porto, Portugal, v. XIV, p. 77-97, 2001.
- AGAMBEN, G. **O estado de exceção: homo sacer II**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), FIOCRUZ, 99f. 2009.
- ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo +10. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 20, n.2, p. 129-156, jul./dez. 2003.
- ANDRÉ, M. C. **O ser negro: a construção da subjetividade em afrobrasileiros**. Brasília: LGE, 2008.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Rio de Janeiro 2003: Candelária e Vigário Geral, dez anos depois. Rio de Janeiro, Anistia Internacional, 2006.
- ASHCROFT, P. **História da Polícia Militar do Rio de Janeiro Parte I: Primórdios do Século XIX**. Tradução: Juliana M. de Souza. 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10231>. Acesso em: 01/05/2023.
- _____. **História da Polícia Militar do Rio de Janeiro Parte II: Da ditadura à guerra às drogas**. Tradução: Arianne Reis. 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10480>. Acesso em: 01/05/2023.
- _____. **História da Polícia Militar do Rio de Janeiro Parte III: Policiamento comunitário**. Tradução: Arianne Reis. 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10988>. Acesso em: 01/05/2023.
- _____. **História da Polícia Militar do Rio de Janeiro Parte IV: Unidades de Polícia Pacificadora**. Tradução: Arianne Reis. 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=11428>. Acesso em: 01/05/2023.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAILEY, A. **Making Population Geography**. London: Hodder Arnold, 2005.
- BARBOSA, M. S. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa*, São Paulo, v.1, n.1, p. 47-63. 2008.
- BARROS, J. A. História, Região e Espacialidade. *Revista de História Regional*, 10 (1), p. 95 – 129, 2005.

- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de população**. São Paulo: Nacional, 1980.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, Y (orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 22-58.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 31, v, 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BME – BANCO MULTIDIMENSIONAL DE ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/06/2021.
- BRITO, F. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, F; OLIVEIRA, P. R. (Orgs.). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 340f. 2005.
- CARVALHO, M. B. A prática do extermínio como dispositivo de segurança no Rio de Janeiro. *[SYN]THESIS*, v. 12, n.1, p. 26-36 jan./jun. 2019.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CIRQUEIRA, D. M. **As inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1890-1930)**. 216f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- CORRÊA, R. L. **Caminhos pela geografia: o urbano, as redes e as formas simbólicas**. 2008. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/robertolobatocorrea/Outros-Trabalhos> >. Acesso em: 05/03/2021.
- CORRÊA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. *Boletim Paulista de Geografia*, n.94, p. 1-11, 2016.
- COSTA E SILVA, V. T. **Modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e os Debates em torno do nacional**. Recife: Carpe Diem, 2009.
- DAMIANI, A. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Anuário de Estatística Demógrafico-Sanitária**: 1908. Rio de Janeiro, 1910.
- DUSSEL, E. **1492: O Encobrimento do Outro** (A Origem do "Mito da Modernidade"). Petrópolis:Vozes, 1993.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVARISTO, C. Não nasci rodeada de livros, mas de palavras, através da literatura oral.

Entrevista. *Jornal El país*. Paraty. 03 jul. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/29/cultura/1501282581_629505.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIAS, J. **Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

FERNANDES, C. S. **Acordo sobre Residência do Mercosul, Pensamento de Estado e Biopolítica: uma análise sobre a governabilidade migratória no território**. 136 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FERNANDES, L. F. **Violência, medo e estigma: Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro**. 506f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FILHO, J. R. A. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n.1, p. 111-117, jan-abr. 2016.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2ª ed. Brasília: Brado Negro, 2017.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORENTINO, M. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANÇA, D. S. N. **Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo**. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

- FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.
- FRANCO, M. **Últimas palavras**. *Jornal do Brasil* (online), 16 mar. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/artigo/noticias/2018/03/16/ultimas-palavras.html>. Acesso em: 29/04/2023.
- FRANCO, M. P. P.B. **Análise de Conteúdo**. Séria Pesquisa. Brasília: Líber Livro, 2006.
- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GATO, M. **O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- GEORGE, P. **População e povoamento**. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. **Geografia da população**. São Paulo: Difel, 1981.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, P. C. C. **Quadros Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- GOTTMANN, J. **La politique des États et leur géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.
- _____. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*, 1975, V. 14, n. 3-4, p. 29-47.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRIJÓ, W. P.; SOUSA, A. H. F. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. *Estudos em Comunicação*, n.11, p. 185-204, 2012.
- GROSGOUEL, R. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la vision descolonial de Frantz Fanon y la sociologia Descolonial de Boaventura de Souza Santos. In: V Seminário de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR, 2013.
- GUIMARÃES, G. F. A Geografia desde-dentro nas relações étnico-raciais. In: NUNES, M. D. R.; SANTOS, I. S.; MAIA, H. C. A. **Geografia e Ensino: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente**. Salvador: EDUNEB, 2018.
- GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras e geografias negras. *Revista da ABPN*, v.12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “*Geografias Negras*”, p. 292-311. 2020.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HILL COLLINS, P. **Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism**. Nova York: Routledge, 2004.

HOFBAUER, A. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação**. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, b. Escolarizando homens negros. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.23, n.3, p.677-689, dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: mai. 2021

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. Amostragem do Solo da Floresta Amazônica. In: LATOUR, B. **A Esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n.14, p. 73-90. 2000.

_____. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: SILVA, L. A. M. (org.) **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, p. 625-642. 2014.

LIMA, T. O 'Governador das Chacinas' vs. O direito à favela: A segurança pública do Rio de Janeiro como ruptura de direitos nas favelas cariocas. Rio On Watch (online), 08 fev. 2023. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=65285>. Acesso em: 24 abr. 2023.

LOPES, N. **Partido-alto: samba de bamba**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 309-353.

MALTHUS, T. R. **Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MELGAÇO, L. Securização Urbana: da psicofera do medo à tecnofera da segurança. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 274f. 2010.
- MBEMBE, A. **Políticas de Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MILLÉO, J. C. Uma perspectiva sobre a geografia da população a partir de algumas obras de Ruy Moreira. *Ensaio de Geografia*, v. 3, p. 7-25, 2014.
- MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Dífceis e Possíveis Relações entre Métodos Quantitativos e Qualitativos nos Estudos de Problemas de Saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (org.). **O clássico e o novo. Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- MINOIS, G. “Um planeta muito populoso?”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 48, 2011.
- MONDARDO, M. A dinâmica multi/transterritorial dos povos Guarani e Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P.; SILVA, G. V. (orgs). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, p. 218-233, 2018.
- MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990
- _____. **Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- MORMUL, N. M.; ROCHA, M. M. . Análise sobre a geografia da população e suas manifestações no pensamento geográfico. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. *I Anais Eletrônicos*, 2014.
- MORMUL, N. M. **As abordagens sobre população na Geografia no Brasil (1934-2010): permanências, transformações e rupturas**. 340f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NOIN, D. **La Géographie de la Population**. Paris: Armand Colin, 2005.
- OLIVEIRA, D. A. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. *Revista ABPN*, v. 12, p. 312-335, 2020.

- OLIVEIRA, D. A. Geopolítica da morte: periferias segregadas. In: SANTINI, D.; ALBERGARIA, R.; SANTARÉM, P. D. (Org). **Mobilidade antirracista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- OLIVEIRA, F. T. G. **Malthus e Marx: falso encanto e dificuldade radical**. Núcleo de Estudos de População – UNICAMP. Campinas, 1985.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. World Population Prospects: The 2019 Revision**. Disponível em: < <https://population.un.org/wpp/>>. Acesso em 15 mai. 2021.
- PATARRA, N. L. (coord.) et al. **Tendências demográficas recentes e perspectivas para a próxima década**. São Paulo, FUNDAP, 1991.
- PATRÍCIO, J. V. S. As margens são o centro: as diferentes expressões de centralidade da sociabilidade gay na área central do Rio de Janeiro. *Boletim Alfenense de Geografia*, v. 2, n. 4, p. 95-117. 2022.
- PEREIRA, J. C. M. S. **À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2009. p. 73-116.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americana, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RAMOS, S. Violência e polícia: três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. In: MOURÃO, B.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; RAMOS, S. **Polícia, justiça e drogas: como anda nossa democracia?** Rio de Janeiro: CESeC, 2016.
- SANTOS, D. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. *Universitas Humanas*, Brasília, v. 11, n. 1, p.7-20, 18 dez. 2014.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica.**

São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As cidadanias mutiladas. In: **Preconceito.** São Paulo: Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, 1997.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur*, 1999, n. 2, p. 15-25.

_____. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto.** São Paulo: Lapoplan/Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2012, p. 21-32.

SANTOS, R. E. A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Tamoios*, Niterói, Ano VII, n. 1, p. 4-24, 2011.

SCHULTZ, K. **Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. (orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 23-54.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI – a história de um livro. *Acta Geográfica* (UFRR), Ed. esp, p. 151-163, 2011.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SODRÉ, M. **Pensar nagô.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SZMRECSÁNYI, T. (org.). **Malthus**. Editora Ática: São Paulo, 1982.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – O positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VENTURA, Z. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo**. Como o concebemos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, nº 13, p. 260-300, 2005.

ZALUAR, A. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In

VELLOSO, J. P. R. (coord.) [et al]. **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ZELINSKY, W. **Introdução à geografia da população**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.